

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO

CLARISMAR GOMES DE ABREU

História e literatura na cidade de *Chão vermelho*

Goiânia

2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO

CLARISMAR GOMES DE ABREU

História e literatura na cidade de *Chão vermelho*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, para obtenção do título de Mestre em História.

Área de Concentração: Culturas, Fronteiras e Identidades.

Linha de Pesquisa: Sertão, Regionalidades e Projetos de Integração.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Antônio de Menezes.

Goiânia

2010

CLARISMAR GOMES DE ABREU

História e literatura na cidade de *Chão vermelho*

Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, para a obtenção do título de Mestre em História, aprovada em ____ de ____ de 2010 pela seguinte Banca Examinadora:

Prof. Dr. Marcos Antônio de Menezes - UFG
(Presidente)

Prof. Dr. Eliézer Cardoso de Oliveira – UEG
(Membro)

Prof. Dr. Cristiano Pereira Alencar Arrais – UFG
(Membro)

Prof^a. Dr^a. Renata Cristina de Sousa Nascimento
(Suplente)

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação na (CIP)
GPT/BC/UFG**

A162h Abreu, Clarismar Gomes de.
História e literatura na cidade de Chão vermelho
[manuscrito] / Clarismar Gomes de Abreu. - 2010.
xv, 122 f.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Antônio de Menezes.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de História, 2010.
Bibliografia.

1. História 2. Literatura 3. Chão Vermelho I. Título.

CDU: 94(817.3):82

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço à Deus, por tudo.

Certa vez um garoto foi conduzido pelas mãos de duas pessoas até um ambiente que a princípio lhe causou certo estranhamento – Escola era o nome daquele lugar. Logo depois assimilou e passou a gostar daquilo que ali era produzido: conhecimento. O garoto aprendeu os caminhos para aquele lugar e passou a buscar outras esferas onde era produzido aquele conhecimento. Entretanto, se hoje o garoto avança mais um degrau é porque antes fora apresentado e conduzido até aquele degrau primeiro e porque mesmo de longe sempre foi acompanhado e ajudado nos momentos em que um apoio para continuar a subir era necessário. Em todos os momentos eles estiveram lá, duas pessoas que me fizeram compreender o verdadeiro sentido das palavras Pai e Mãe. Muito obrigado pela vida, pelo carinho, pelo amor, por tudo. Amo vocês.

Ao Professor Dr. Marcos Antônio de Menezes, meu agradecimento por aceitar orientar este trabalho, pela paciência com este orientando e, principalmente, por ter enriquecido minhas concepção acerca das relações entre História e Literatura no estudo da cidade.

Agradeço aos Professores Dr. Eliézer Cardoso de Oliveira, Dr. Cristiano Pereira Alencar Arrais e Dr^a. Renata Cristina de Sousa Nascimento por aceitarem compor esta banca e enriquecer meu trabalho com suas valiosas observações. É gratificante a presença dos senhores, pois ambos desde os tempos da UEG participaram de minha formação como historiador e despertaram meu interesse pelo estudo da história de Goiânia.

Devo gratidão também aos professores da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás e da Universidade Estadual de Goiás, por me ensinarem o historiar.

Agradeço aos funcionários do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, em especial a secretária Neuza por sua prestatividade sem igual.

Aos eternos colegas e amigos da Biblioteca Central da Universidade Federal de Goiás, em especial à Maria de Sousa Lima.

Aos colegas e amigos do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, em especial ao Otacílio e ao pessoal da 4ª de Família e da SEGD.

Àquelas pessoas que rotineiramente trocam dois dedos de prosa com este *caboclo* acerca do tudo e do nada e fazem do viver algo mais aprazível.

À Tati meu muito obrigado pelo abstract e principalmente pelo cuidar.

...

RESUMO

O presente trabalho busca perceber algumas características de Goiânia, no período de sua construção, por meio da análise do romance *Chão vermelho*, de Eli Brasiense, obra escrita e ambientada nessa cidade na década de 50 do século passado. Localizo o romance no tempo e no espaço para em seguida discutir a segregação socioespacial verificada em Goiânia, o trabalho e a emigração campesina. Além disso, abordo questões relativas ao moderno e ao progresso, que acabaram sendo temas recorrentes na historiografia goiana, e aponto a ambivalência como resposta ao questionamento sobre a condição moderna ou não da cidade. Destaco alguns aspectos do lazer e da política presentes no conjunto do romance e que suscitam a hipótese de que algumas aspirações, impressas na obra, são indicativos de expectativas de futuro ao revelarem parte de seu presente e passado.

Palavras-chave: História; Literatura; Goiânia; *Chão vermelho*; Eli Brasiense.

ABSTRACT

This work seeks to understand some characteristics of Goiania, in the period of its construction, through the analysis of the novel *Chão Vermelho*, by Eli Brasiliense, a piece of work that was written and set in the town of Goiania during the 50s of the last century. I find the romance in time and space to then discuss the sociospatial segregation, the labor and peasant emigration occurred in Goiania. In addition, I discuss issues related to modernity and progress, which ended up being recurring themes in the historiography of Goiás, and I point out the ambivalence in response to the questions about the modern and nonmodern conditions of the city. Also, I highlight some aspects of leisure and politics present throughout the novel and which raise the possibility that some aspirations, found in the book, are indicative of future expectations for revealing part of its present and past.

Keywords: History, Literature, Goiânia, *Chão Vermelho*; Eli Brasiliense

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
CAPÍTULO I – O CHÃO VERMELHO QUE TODOS PISAM	20
1.1 O tempo e o espaço do romance <i>Chão vermelho</i>	20
1.2 Segregação socioespacial na cidade de <i>Chão vermelho</i>	38
CAPÍTULO II – VISÕES SOBRE O MUNDO DO TRABALHO	56
2.1 Visões sobre o trabalho	56
2.2 O romance citadino assunta o campo e a terra	68
2.3 A política e as ambivalências do romance	74
CAPÍTULO III – MODERNO, MODERNISMO E MODERNIZAÇÃO	84
3.1 Moderno, progresso e seus contrários na cidade de <i>Chão vermelho</i>	84
3.2 Espaços de lazer	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	113

INTRODUÇÃO

Analiso o romance *Chão vermelho* com o intento de nele localizar representações da cidade e da sociedade goianiense nos anos iniciais de Goiânia, especialmente na década de 1950, quando o romance foi escrito e publicado. Creio ser fundamental principiar, assumindo que as linhas que se seguem serão um exercício de interpretação e considerando as palavras de Bosi:

Se os sinais gráficos que desenham a superfície do texto literário fossem transparentes, se o olho que neles batesse visse de chofre o sentido ali presente, então não haveria forma simbólica, nem se faria necessário esse trabalho tenaz que se chama *interpretação*.¹

Entrementes, não tenho a pretensão de que o texto por mim produzido traga luz à caverna escura dos que não conhecem o romance objeto de minha análise ou que não conseguiriam interpretá-lo. Cada leitor pode fazer sua interpretação e apropriação do escrito.

É certo, como diz Ítalo Calvino, que “nenhum livro que fala de outro livro diz mais sobre o livro em questão”. Ou seja, a leitura crítica jamais substituirá a leitura da obra de criação – mas é fundamental, muitas vezes, para chamar a atenção para detalhes importantes, revelar aspectos despercebidos, projetar nova luz sobre autores já empoeirados.²

Destaca-se nesse processo seu caráter eletivo. Afinal, “ler é colher tudo quanto vem escrito. Mas interpretar é eleger (ex-legere: escolher), na messe das possibilidades semânticas, apenas aquelas que se movem no encaixo da questão crucial: o que o texto quer dizer?”³

O fato de a realidade (representada ou concreta) ser passível de interpretação (ou interpretações) destaca a própria natureza da compreensão do real, que se mostra distante de um entendimento único, possível somente se fosse transparente e apreendido da mesma forma pelas diferentes pessoas que questionarem sobre o que o texto diz. Em síntese, evidencio o caráter interpretativo de minha escrita e de

¹ BOSI, 1988, p. 274.

² CALVINO, 1993. Apresentação. Orelha.

³ BOSI, 1988, p. 275.

qualquer escrita que deseje “falar sobre” uma dada realidade. Trata-se, contudo, de uma interpretação “histórica” a partir da literatura.

Na leitura interpretativa que desenvolvo, sigo aquilo que Ginzburg define como paradigma indiciário. Quando Ginzburg traça uma relação entre Freud e Morelli, vale-se do método indiciário para se conduzir no rastro das pistas que levam a respostas para seu questionamento:

Antes de tentar entender o que Freud pôde extrair da leitura dos textos de Morelli, será oportuno determinar o momento em que ocorreu essa leitura. O momento, ou melhor, os momentos, visto que Freud fala de dois encontros distintos: “muito tempo antes que eu pudesse ouvir falar de psicanálise, vim a saber que um especialista de arte russo, Ivan Lermolieff [...] Foi depois muito interessante para mim saber que sob o pseudônimo russo escondia-se um médico italiano de nome Morelli [...]

A primeira afirmação é datável apenas hipoteticamente. Como *terminus ante quem* podemos colocar 1895 (ano da publicação dos *Estudos sobre a histeria* de Freud e Breuer) ou 1896 (quando Freud usou pela primeira vez o termo “psicanálise”). Como *terminus post quem*, 1883. Em dezembro daquele ano, de fato, Freud contou numa longa carta à noiva a “descoberta da pintura” feita durante uma visita à galeria de Dresden. No passado, a pintura não o interessara; agora, escrevia, “tirei de mim a barbárie e comecei a admirar”. É difícil supor que, antes dessa data, Freud fosse atraído pelos textos de um desconhecido historiador da arte; é perfeitamente plausível, pelo contrário, que se pusesse a lê-los pouco depois da carta à noiva sobre a galeria de Dresden, visto que os primeiros ensaios de Morelli reunidos em livro (Leipzig, 1880) referiam-se às obras dos mestres italianos nas galerias de Munique, Dresden e Berlim.⁴

Ginzburg busca localizar o tempo em que Freud lê Morelli, valendo-se das pistas dadas por Freud. Vasculha, a partir delas, outros indícios que se somam para dar resposta às suas indagações. Tal procedimento encontra correspondência no método utilizado por Walter Benjamin, baseado na montagem cinematográfica, na qual as fotografias combinadas produzem o movimento. Segundo Benjamin, o caminho trilhado pelo historiador seria semelhante⁵. Além disso, é preciso

⁴ GINZBURG, 1989, p.148-149.

⁵ PESAVENTO, 2008, p. 64.

recolher os traços e registros do passado, mas realizar com eles um trabalho de construção, verdadeiro quebra-cabeças ou *puzzle* de peças, capazes de produzir sentido. Assim, as peças se articulam em composição ou justaposição, cruzando-se em todas as combinações possíveis, de modo a revelar analogias e relações de significado, ou então se combinam por contraste, a expor oposições ou discrepâncias. Nas múltiplas combinações que se estabelecem, argumenta Benjamin, algo será revelado, conexões serão desnudadas, explicações se oferecem para a leitura do passado. Pode-se ainda dizer que este seria o método da grelha ou grade de cruzamentos, onde os cacos da história, de que fala Benjamin, tomados na sua rede de correspondências, se apresentam como sintomas de uma época que anuncia Ginzburg, tudo a ser submetido ao olhar detetivesco do historiador. Montar combinar, compor, cruzar, revelar o detalhe, dar relevância ao secundário, eis o segredo de um método do qual a História se vale, para atingir os sentidos partilhados pelos homens de um outro tempo.⁶

A história cultural expandiu as possibilidades do trabalho de leitura do passado quando destacou a importância e a riqueza dos registros em fontes como a literatura. Tal movimento acompanhou uma inversão no modo como se configuravam as fronteiras entre as ciências humanas. No século XIX houve uma clara demarcação de limites que se diluíram nas últimas décadas do século XX. Pesavento chama esse momento de era da multidisciplinaridade e a considera como resposta à complexificação do real⁷. A autora também destaca o papel da literatura para a compreensão desse real complexo:

É impossível, contemporaneamente, para a história cultural, ignorar o poder de “dizer o mundo” da literatura e da poesia, por um lado e, da pintura, da fotografia, do cinema, da história em quadrinhos e da arquitetura, de outro, isto sem falar no teatro, esta forma privilegiada de dar a ver e a ler, através do texto, da fala e do corpo, ou ainda da música, a compor um registro fino de sensibilidade sobre o real.⁸

Nota-se a relevância da literatura como registro de uma dada realidade, posto que ela “diz” o mundo. Todavia, conforme vimos anteriormente, o interpretador dela é quem a faz dizer, afinal, é ele quem pergunta o que ela tem a dizer. Albuquerque Júnior enfatiza que a literatura, por não temer utilizar-se das sombras, diferencia-se da história que se prende à busca exacerbada pela luz. Para ele, a história nasce

⁶ PESAVENTO, 2008, p. 64.

⁷ PESAVENTO, 2007, p. 3.

⁸ PESAVENTO, 2007, p. 3.

como cúmplice deste pensamento que recusa o sombrio, o negro, os abismos, que também fazem parte da realidade, que é o real dos homens, da vida, realidade que a Literatura continua à procura de figurar. Por isso, assim como Nietzsche queria que fosse o discurso filosófico, a Literatura seria o discurso das auroras, pois buscaria perceber como as coisas se movem a caminho de suas próprias formas utilizando as menores sombras e os menores feixes de luz [...] Enquanto a Literatura enfatizaria a visibilidade, o discurso historiográfico enfatizaria a dizibilidade, daí por que a História seria um discurso com dificuldade de perceber que, às vezes, a luz em vez de revelar as coisas, oculta-as, já que não deixa ver a sua dimensão sombria.⁹

Feitas essas considerações iniciais, retomo as origens desta pesquisa. O interesse e a possibilidade de investigar a cidade e a sociedade goianiense, considerando os aspectos anteriormente destacados, surgiram do contato com a literatura, iniciado durante a pós-graduação em história, seguido da primeira de muitas leituras do romance *Chão vermelho*. A partir dessa aproximação e da percepção de que o romance poderia ser uma forma de ler a cidade de Goiânia, dediquei-me ao estudo desse romance que, até aquele momento, não recebera atenção como objeto de análise em trabalhos acadêmicos, conforme observei ao consultar a plataforma lattes¹⁰ e não obter resultado algum quando lancei como argumento de pesquisa a expressão “Chão vermelho”. Entretanto, destaco que existem trabalhos¹¹ dedicados ao autor do romance, Eli Brasiense, e outros¹² que se utilizam da obra como fonte e objeto de análise em história e ciências humanas, mas em algumas páginas apenas.

O fato é que o romance não recebeu a atenção que julgo ser a ele devida em razão de suas possibilidades de revelar o social. Isso, aliado ao meu interesse por temáticas relacionadas à cidade de Goiânia, fortaleceu a percepção da riqueza histórica passível de assimilação a partir da análise de *Chão vermelho*, que poderia ajudar-me a compreender algumas dessas questões temáticas que me inquietavam.

⁹ ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 47.

¹⁰ LATTES/CNPQ, 2009.

¹¹ Como as dissertações de MACHADO, Lacy Guaraciaba. **O narrador em Eli Brasiense**: uma voz entocaiada, Goiânia: UFG, 1989, e de PEREIRA, Isabel Cristina Auler. **“Corpo fechado”**: símbolo de resistência no sertão em Pium e uma sombra no fundo do rio de Eli Brasiense, Brasília: UNB, 2002.

¹² A exemplo das dissertações de OLIVEIRA, Eliezer Cardoso. **Imagens e mudança cultural em Goiânia**, Goiânia: UFG, 1999, e de SILVA, Ivonete Maria. **“Ou trabalha e come ou fica com fome e estuda”**: o trabalho e a não-permanência de adolescentes, jovens e adultos na escola em Goiânia. Goiânia: UFG, 2004.

Minha intenção é discutir de que maneira as representações literárias da cidade de Goiânia e de seus habitantes, presentes em *Chão vermelho*, ajudam a perceber algumas questões envolvendo as sociabilidades, materialidades e sensibilidades da cidade e de seus habitantes durante o percurso cronológico da narrativa do romance. Trabalho também com a possibilidade de mudar a forma de lidar com a questão do moderno no mesmo contexto, ou seja, do período inicial da construção da cidade, na década de 1930, até o momento em que o romance foi lançado, na década de 1950. Busco captar a cidade de Goiânia a partir de minha leitura do olhar de Eli Brasiense e apreender de que forma se manifesta no romance a experiência humana de viver numa cidade em construção, bem como detectar quais as questões que se apresentavam às pessoas naquele momento histórico, principalmente aquelas sobre as quais se debatia Eli Brasiense.

Intenciono, assim, analisar o referido romance, a fim de que, a partir da sua leitura, possam-se ampliar as discussões acerca da aproximação entre história e literatura no estudo de história regional, especificamente entre Goiânia e *Chão vermelho*. Tentarei responder as seguintes questões: Como e o que o romance nos informa sobre a cidade de Goiânia? Quais as representações presentes nessa obra, fruto do imaginário de Eli Brasiense, impressas em sua narrativa e nas personagens por ele criadas? Quais questões se apresentavam para os viventes daquele momento histórico e que mereceram destaque nas linhas do romance?

Acredito que a literatura, olhar privilegiado do social, permite captar a experiência humana em determinado espaço-tempo e responder carências de orientação¹³. Ao optar pela literatura como meio para alcançar meus objetivos, creio necessário retomar alguns entendimentos sobre tal área e compreender de que forma ela pode ser aliada da história nos objetivos norteadores desta disciplina. Longe de se expelirem, esses dois campos comungam e se complementam.

Pesavento contribui significativamente para os estudos que tratam de história e literatura. A autora afirma que a cidade é materialidade, sociabilidade e sensibilidade. Neste trabalho, a atenção se volta para o que ela define como “cidade fruto do pensamento” — denominação que não se distancia da cidade real e que, aliás, permite discutir até que ponto o pensamento não deixa de ser real. Tal posicionamento se firma na opção por adotar a literatura como lugar de observação

¹³ RUSEN, 2001.

do passado e no entendimento da história como uma narrativa de verossimilhança que almeja o real vivido.

A cidade é objeto da produção de imagens e discursos que se colocam no lugar da materialidade e do social e os representam. Assim, a cidade é um fenômeno que se revela pela percepção de emoções e sentimentos dados pelo viver urbano e também pela expressão de utopias, de esperanças, de desejos e medos, individuais e coletivos, que esse habitar em proximidade propicia. É, sobretudo, essa dimensão da sensibilidade que cabe recuperar para os efeitos da emergência de uma história cultural urbana: trata-se de buscar essa cidade que é fruto do pensamento, como uma cidade sensível e uma cidade pensada, urbes que são capazes de se apresentarem mais “reais” à percepção de seus habitantes e passantes do que o tal referente urbano na sua materialidade e em seu tecido social concreto.¹⁴

A autora concebe materialidade, sociabilidade e sensibilidade comungando um mesmo lugar no espaço-tempo, interrelacionando-se e interpenetrando-se no momento de elaboração cognitiva e representativa de uma narrativa literária. Isso se observa em *Chão vermelho*. Ao revelar o que pensam e sentem as personagens e o narrador, o romance possibilita o resgate de sensibilidades, bem como da materialidade e da sociabilidade apagadas pelo tempo e pela transformação do espaço.

A literatura desnuda uma cidade verossímil, permitindo ao historiador se aproximar de cidades passadas e da experiência humana nelas vivenciada. Pesavento também enfatiza a preocupação de alguns historiadores com o que efetivamente ocorreu em determinada época, comentando que “o não acontecido” é um elemento perturbador para eles. Se o historiador procura personagens da história ou acontecimentos ou datas específicas sobre algo ocorrido no passado, definitivamente a literatura não é um caminho que ele deva percorrer quando precisar de fontes. Já para aquele que deseja valer-se da literatura, a perspectiva é outra:

¹⁴ PESAVENTO, 2007, p. 14.

A sintonia fina de uma época, fornecendo uma leitura do presente da escrita, pode ser encontrada em um Balzac ou em um Machado, sem que nos preocupemos com o fato de Capitu, ou do Tio Goriot e de Eugène de Rastignac, terem existido ou não. Existiram enquanto possibilidades, como perfis que retraçam sensibilidades. Foram reais na “verdade do simbólico” que expressam, não no acontecer da vida. São dotados de realidade porque encarnam defeitos e virtudes dos humanos, porque nos falam do absurdo da existência, das misérias e das conquistas gratificantes da vida. Porque falam das coisas para além da moral e das normas, para além do confessável, por exemplo.¹⁵

O mundo da ficção literária – “este mundo verdadeiro das coisas de mentira” – permite que o historiador tenha acesso “às sensibilidades e às formas de ver a realidade de um outro tempo, fornecendo pistas e traços daquilo que poderia ter sido ou acontecido no passado e que os historiadores buscam”. A importância, nesse sentido, não seria buscar o fato em si, mas resgatar “possibilidades verossímeis que expressam como as pessoas agiam, pensavam, o que temiam, o que desejavam”¹⁶, ultrapassando-se assim a ideia tradicional de documento.

As tensões existentes na sociedade também se apresentam na literatura na medida em que ela tece a realidade por meio do discurso e, por isso mesmo, é o canal por onde desafiam o real

também os inconformados e os socialmente mal-ajustados. Essa é a razão por que ela aparece como um ângulo estratégico notável, para a avaliação das forças e dos níveis de tensão existentes no seio de uma determinada estrutura social. Tornou-se hoje em dia quase que um truísmo a afirmação da interdependência estreita entre os estudos literários e as ciências sociais.¹⁷

Nessas tensões, notam-se fragmentos e multiplicidades da cidade, de forma que a literatura, ao trazer tais sensibilidades, aponta a existência de uma cidade múltipla e não homogênea. A literatura é um espaço que recebe, nas linhas da escrita, por meio da narrativa e das personagens, as inquietações vividas ou sofridas pelos autores em determinado momento.

¹⁵ PESAVENTO, 2006, p. 4.

¹⁶ PESAVENTO, 2006, p. 8.

¹⁷ SEVCENKO, 1999, p. 20.

Contemporaneamente, percebem-se no cotidiano da cidade as tensões urbanas que emergem, vivenciadas de forma fragmentada e diversificada por seus habitantes, o que contrasta com as representações nos estudos acadêmicos, técnicos e nas fontes oficiais, nos quais a cidade se apresenta como unidade; na realidade, a cidade se mostra múltipla.

As tensões urbanas surgem como representações do espaço – suporte de memórias contrastadas, múltiplas, convergentes ou não, mas que delineiam cenários em constante movimento, em que esquecimentos e lacunas constroem redes simbólicas diferenciadas. Discursos diversos fazem da cidade lugar para se viver, trabalhar, rezar, observar, divertir-se, misturando-se os laços comunitários e étnicos, criando espaços de sociabilidade e reciprocidade, no trabalho e no lazer, em meio às tensões historicamente verificáveis.¹⁸

Tais tensões e contrastes presentes na literatura evidenciam uma pluralidade compondo a cidade, em oposição às visões que tentam tratar a urbe como uma unidade coesa. Ao contrário dessa coesão, o que se nota é que as imagens diversas se cruzam, interpenetram-se e às vezes até mesmo se expõem. Para Pesavento, “a cidade é objeto de múltiplos discursos e olhares, que não se hierarquizam, mas que se justapõem, compõem ou se contradizem, sem, por isso, serem uns mais verdadeiros ou importantes que os outros”.¹⁹

Sobre uma diversidade de ângulos de visão, ao analisar as obras de Machado de Assis, Roberto Schwarz caracteriza a narrativa machadiana de maneira tal que acredito poder aproximá-la da escrita de Brasiliense, justamente pela interposição de pontos de vistas diferentes e mesmo de contradições e indefinições, o que pode evidenciar que tais contrários constituem uma questão do momento em que a narrativa de Brasiliense foi produzida.

A fórmula narrativa de Machado consiste em certa alternância sistemática de perspectivas, em que está apurado um jogo de pontos de vista produzido pelo funcionamento mesmo da sociedade brasileira. O dispositivo literário capta e dramatiza a estrutura do país, transformada em regra da escrita.²⁰

Para Albuquerque Júnior, a história temeria aproximar-se da literatura em razão da proximidade desta com um território que se atreve a transcender os domínios da razão.

¹⁸ MATOS, 2002, p. 34-35.

¹⁹ PESAVENTO, 2002, p. 9.

²⁰ SCHWARZ, 2000, p. 11.

A História, como discurso, tem tido receio de encarar a realidade tal como ela é: caótica, turbilhonante, proliferante, para se situar na descrição, inicialmente, e depois, na análise de territórios já cristalizados, já formados, de ordens já estabelecidas, desconfiando de tudo aquilo que não vê; tendo medo de se situar neste lugar em que, segundo Foucault, apenas as artes e a Literatura vieram se alojar, na modernidade; este lugar de encontro direto com a desrazão, com o informe, com o ainda não objetivado, o ainda não subjetivado, o ainda não-humano, o inumano, por isso o ainda não submetido, o indomado, o ainda não dobrado pelo poder: as forças de fora.²¹

Para tentar alcançar essa cidade, lugar de ambivalências, multiplicidades e tensões, sombria e caótica, exploro um romance que, conforme observei anteriormente, ainda não mereceu atenção específica, no sentido de se promover uma abordagem sócio-histórica acerca da sua trama. Há trabalhos que fazem referência à obra, mas noto a carência de um estudo específico sobre como ela pode contribuir e enriquecer a captura da experiência humana na cidade de Goiânia. Trabalho com o romance *Chão vermelho*, escrito por Eli Brasiliense na década de 50 do século passado e publicado em 1956 pela Livraria Martins Editora.

Brasiliense se mudou para Goiânia durante a realização do primeiro congresso de educação do Estado de Goiás em 1937. Nasceu em 18 de abril de 1915 na cidade de Porto Nacional (norte de Goiás, atualmente pertencente do território do Estado de Tocantins) e faleceu em 1997 em Goiânia. Sua obra se divide em quatro ciclos classificados por Almeida:

- a) ciclo do norte ou do Tocantins: Pium (1940); Bom Jesus do Pontal (1954); Rio Turuna (1964); Uma Sombra no Fundo do Rio (1971); O Irmão da Noite (1968).
- b) ciclo citadino: Chão Vermelho (1956).
- c) ciclo filosófico: O Perereca (1973); O Grão de Mostarda (1969); A Morte do Homem Eterno (1970); A Cidade Sem Sol e Sem Lua (1977); Bilhete à Minha Filha na Noite de Natal (1982).²²

Justifico essa breve apresentação do autor porque recorro a informações sobre ele em determinados momentos que as julgo necessárias em minha análise da obra, considerando, como recomenda Oehler, que se deve

²¹ ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 46.

²² ALMEIDA, 1985, p. 17.

insistir sobre esta verdade: a literatura vale pelo que é, não pela biografia mais ou menos acidentada dos que a produzem. Primeiro há que se debruçar sobre os textos; só então, tendo-os meditado, podemos nos dar ao luxo de devanear um tantinho sobre a vida do autor. Mas atenção! Não se imagine que isso traga novas luzes à leitura! No melhor dos casos, essa especulação confirma o que já está no texto ou fornece um aspecto acessório – sem jamais explicar o segredo da coisa: é no texto e tão-somente nele que se deve procurá-lo.²³

Isso não significa que apenas o texto me trará as respostas, mas muitas delas estão nele, mesmo que confirmadas em outras fontes. Apesar de o romance *Chão vermelho* pertencer ao ciclo citadino do autor, não deixa de promover relações com temas alheios à urbe, mas sempre, conforme Almeida, prendendo-se na cidade. Neste trabalho, abordo esses aspectos que ultrapassam a cidade por considerar que, ao tentar compreendê-la, é preciso olhar não apenas para ela, mas observar para onde ela olha tentando se enxergar. Entendo que se o campo ou os elementos não citadinos perpassam a narrativa do romance é porque eles se faziam presentes no cotidiano da cidade.

O romance é ambientado em Goiânia e a presença da cidade é nele tão intensa que Alves, repetindo as palavras de Almeida, afirma que “a maior personagem é a cidade nascente, que reúne, em torno de seu surgimento, toda a vida que a levanta e agita.”²⁴. Para Ramos²⁵, o livro seria “um guia de Goiânia daqueles tempos”, que ainda pode ser visualizada:

Mas ainda a visualizamos em muitos de seus trechos. Nos protestos do autor contra a exploração daquele tempo, nas críticas feitas aos novos-ricos, nos ataques velados aos políticos da época (os mesmos de agora, parece) é que vemos o quanto Goiânia pouco mudou intimamente, apesar de haver crescido e assumido o corpo de cidade grande.²⁶

Nesse sentido, pode-se dizer que há uma aproximação entre o trabalho histórico e a fonte literária, por conta de esta permitir ao historiador e ao leitor o estabelecimento de relações entre o presente da leitura e o passado da feitura. Segundo Borges, o romance mostra o “drama existencial da cidade e do sertão”.²⁷

²³ OEHLER, 2004, p. 64.

²⁴ BRASILIENSE, 2002, p. 33.

²⁵ BRASILIENSE, 2002, p. 34.

²⁶ BRASILIENSE, 2002, 34.

²⁷ BRASILIENSE, 2002, 35.

Para ela, *Chão vermelho* seria “a construção literária do nascimento da cidade de Goiânia. Seguindo ações e sentimentos das suas personagens, o leitor pode acompanhar as peripécias da fundação de uma cidade: o trabalho, a esperança, as desilusões”.²⁸

Ao estudar a história cultural da cidade de Goiânia, Oliveira destaca o caráter privilegiado da literatura para compreensão da cidade e avalia em que medida a produção literária se diferencia de trabalhos acadêmicos e de outros carregados de intenções mudancistas.

Não há uma imagem antitética entre Goiânia e a cidade de Goiás, não há um otimismo exagerado em relação ao futuro, não há referências à figura do interventor, nem à Revolução de 30. E o que é mais importante para este trabalho: não há uma tentativa de esconder, nem de resolver a ambiguidade que permeia a vida cultural da cidade.²⁹

Quanto a essa ambiguidade presente, Oliveira acrescenta que “não há, em nenhum dos romances, uma definição da cidade que vale para todos – cada imagem é uma definição de uma personagem específica.”³⁰ Dentre as personagens que possuem pensamentos contraditórios, muitas vezes ambíguos entre si, e vivenciam confusões interiores, nota-se no romance de *Brasiliense* uma característica impressa nas personagens que expressam divisões implícitas, mas ao mesmo tempo manifestadas, entre heróis e anti-heróis. Chiappini trata assim da questão:

Há personagens que se encaixam no paradigma dos atributos positivos e outros no paradigma dos atributos negativos, ou seja, heróis e anti-heróis. Sobre os heróis recai a “tinta emocional”. Por oposição, o anti-herói é representado por todo elemento estranho ao meio, o forasteiro, os exploradores da terra e do homem da região.³¹

Essa característica observada em *Chão vermelho* confirma a pertinência da análise do romance neste estudo histórico, a partir do entendimento de que a literatura comporta muito mais que uma proposta estética. Ela vai além e, ao apresentar heróis e anti-heróis, insinua-se como portadora de verossimilhança, de probabilidades de verdade. O fato de conter a possibilidade de semelhança entre o narrado e o real credita a obra literária como fonte de investigação e incita o

²⁸ BRASILIENSE, 2002, 35.

²⁹ OLIVEIRA, 1999, p. 219.

³⁰ OLIVEIRA, 1999, p. 219.

³¹ CHIAPPINI citado por PEREIRA, 2002, p. 8.

pesquisador a desvelar intenções subjacentes ao discurso impresso, a encontrar, nas linhas e entrelinhas, na performance dos heróis e anti-heróis, vestígios da história, sensibilidades e modos de sociabilidade. Defendo o argumento de que o romance traz para a tela da história detalhes ainda não visualizados pelo historiador. Isso não significa lançar os livros de história e literatura na mesma estante de uma biblioteca, mas sim perceber que eles se comunicam.

Dessa forma, a partir dos apontamentos conceituais até aqui expostos, considero não poder afirmar que tenham existido Joviano, Binduca ou Dr. Ferreira, entre outros personagens de *Chão vermelho*, exatamente com o perfil delineado no romance. Contudo, não constitui incoerência supor que, nos anos iniciais de Goiânia — coordenadas espaço-temporais do romance —, existiam Jovianos, Binducas ou Ferreiras, com outros nomes, mas vivências similares àquelas das personalidades romanescas. Com base nesses pressupostos, adentro o universo goianiense explorado por Eli Brasiense.

Esta dissertação é composta por três capítulos. No primeiro, busco localizar o romance e sua história no tempo e no espaço. Feito isso, volto atenção para algumas questões postas pelo romance em torno da cidade e de sua segregação socioespacial, que implicaram a criação de fronteiras perceptíveis na sociabilidade representada pela literatura. No segundo capítulo discuto uma temática que percorre todo o romance e consiste nas representações sobre o trabalho e sua relação com o indivíduo e com o social. Ainda ganham espaço as relações entre campo e cidade, numa tentativa de ver como o romance citadino assunta o campo e de que forma, mesmo sendo ambientados na cidade, os eventos mantêm relação com o campo. Tento também compreender quais as representações acerca da política presentes no romance e a quais reflexões a escrita intencional conduzir os leitores.

No terceiro capítulo, analiso a questão do moderno na cidade de Goiânia e de que forma ele se manifesta no romance. Espero aqui reunir considerações importantes para repensar a forma de definir esse momento da história de Goiânia. A partir de alguns pontos expostos nos demais capítulos, aliados a novos apontamentos, defendo a ideia da cidade como lugar de ambivalência e a impossibilidade de delimitá-la como moderna ou não moderna, vendo-a como moderna e não moderna ao mesmo tempo. Por fim, apresento os lugares de lazer existentes na cidade de Goiânia e como são apresentados pelo romance.

CAPÍTULO I – O CHÃO VERMELHO QUE TODOS PISAM

1.1 O tempo e o espaço do romance *Chão vermelho*

Iniciei este trabalho de pesquisa na busca da resposta à seguinte questão que diz respeito a todas as outras que se desenvolverão ao longo da dissertação: é possível localizar a história narrada no tempo e no espaço? Mas verifiquei que antes era preciso saber como Eli Brasiense organiza a narrativa do romance *Chão vermelho*, qual a conexão entre os eventos narrados e em que ordem eles acontecem.

Para tanto, apresento uma panorâmica da história acontecida nas terras de *Chão vermelho*, o que possibilitará uma visão geral da história e facilitará a inserção das citações apresentadas ao longo do trabalho nesse contexto, numa tentativa de minimizar os deslocamentos contextuais inerentes às citações literárias.

O romance é dividido em 33 capítulos, enumerados com algarismos romanos e não intitulados, e inicia com uma epígrafe, cujo conteúdo será analisado mais adiante. O capítulo I começa com os gritos de um garoto que vendia pirulito pelas ruas de Goiânia:

- Piruliiiiito! Piruliiiiito!...

Binduca apareceu à porta, onde o pai se encontrava. O piruliteiro parou, firmou a haste do tabuleiro e ajeitou o saco de garrafas vazias que trazia ao ombro.

- Tu não tem garrafa vazia para trocar?

- Já troquei tudo, pai.

Joviano deu uma moeda ao filho.

- Compra pra ti e leva um pra tua mãe, ela gosta disso.

- Pirulito desse minino tem limão³².

Joviano é apresentado nessa primeira cena, na qual um menino vendia pirulitos em troca de garrafas vazias e ou dinheiro, e que um pai (Joviano) comprava pirulitos deste menino para seu filho (Binduca) e sua esposa (Dona Fia). Essa cena inicial permite algumas interpretações e analogias advindas de uma leitura e

³² BRASILIENSE, 2002, p. 43.

releitura da obra como um todo. É representada uma lógica presente naquela sociedade: a da mercadoria como elemento intrínseco à sociedade. Qual é a primeira palavra da história narrada? Um pirulito, isto é, uma mercadoria vendida pela rua e que pode ser negociada por meio da troca ou de dinheiro. O desejo impronunciado do garoto Binduca se fez visível por Joviano e pelo menino vendedor. Para ter a mercadoria era preciso dar algo em troca, mas não existiam mais garrafas vazias; então Joviano usou dinheiro e satisfaz o desejo de seu filho – e indiretamente o desejo do menino vendedor. As garrafas vazias, apesar de momentaneamente inexistentes, evidenciam a circularidade de outra mercadoria, afinal, garrafas vazias pressupõem que outrora já estiveram cheias de algo. As relações de compra e venda de mercadorias em seus mais amplos sentidos seguirão em diversos momentos do romance, seja direta ou indiretamente.

Aqui somos apresentados àquele que será peça importante na condução narrativa de *Brasiliense*: a personagem de nome Joviano. Não me atrevo a dizer que ele seja o protagonista do romance. Isso porque não considero possível afirmar que exista apenas um protagonista. Concordo com a opinião de Almeida, quando ela afirma que “a maior personagem é a cidade nascente, que reúne, em torno de seu surgimento, toda a vida que a levanta e agita.”³³

Após essa cena do piruliteiro, uma série de acontecimentos atravessa a noite até a manhã seguinte. Para narrar o que se passa nesse espaço temporal, o autor utiliza os 14 primeiros capítulos e quase metade das páginas do romance. Pode-se assim resumir os eventos aí inseridos: Joviano, de sua casa, olha para a cidade e reflete sobre ela; recebe visita dos vizinhos Sancho e Cabo Joca; também chega ao local um antigo amigo de nome Joaquim, que ele não via há algum tempo e que viera de São Paulo; Toninho – filho mais velho de Joviano – sai a pedido do pai para comprar cachaça para o visitante Joaquim; Toninho resolve comprar a bebida na região central da cidade e passa pela casa de sua namorada, Noêmia. Cai uma forte chuva em Goiânia; Toninho tenta estudar durante a noite; o carroceiro Manoel vai até a casa de Dr. Ferreira – genro de Joviano – pedir que ele socorra sua comadre que está em trabalho de parto; Dr. Ferreira sai de sua casa na região central da cidade e vai até o bairro de Manoel realizar o socorro; Joaquim conta o que fizera durante o tempo que ficou em São Paulo, o que desaponta Joviano e sua esposa,

³³ BRASILIENSE, 2002, p. 33.

Dona Fia; Dr. Ferreira leva Brígida – comadre de Manoel – para o hospital; o médico volta até a casa de Manoel e depois retorna para sua casa.

Em linhas gerais, é isso que acontece na narrativa linear dos fatos, e não é difícil perceber sua sequência e seu encadeamento temporal. Entretanto, outras diversas temporalidades se inserem nesse tempo da narrativa, isto é, o narrador, a partir de eventos engendrados no presente, discorre sobre fatos ocorridos num tempo passado. Essa digressão temporal é comum no romance, sendo realizada com menor frequência nos capítulos seguintes. Assim, existe uma temporalidade que é o presente da narrativa e o passado evocado por meio da rememoração, além de o presente trazer embutidas expectativas (ou desejos) de futuro.

Novos acontecimentos são apresentados no capítulo XV e ocorre aí um avanço temporal em relação à manhã que findou a série de acontecimentos narrados até o capítulo XIV. Esse tempo decorrido não pode ser mensurado porque o romance não o especifica nem traz indícios que permitam inferi-lo. A história prossegue com as seguintes cenas: Toninho recebe envelope com convite para ir ao aniversário de Noêmia; com dinheiro dado pelo pai, ele vai até a Avenida Anhanguera escolher o presente de aniversário; encontra uma ex-namorada, Margarida, que comunica ter sido ele vencedor de um concurso de contos; Toninho vai ao aniversário de Noêmia; Marcelo se insere no mercado de trabalho de Goiânia; ao andar pela cidade, Marcelo encontra um dos algozes no episódio da expulsão de suas terras e o fere, foge e por conta desse evento vai trabalhar (e se esconder) no sítio de Dr. Ferreira; Joviano recebe em seu trabalho a visita de Fernando; Dr. Ferreira, que deixara seu automóvel no conserto, caminha pela cidade e encontra com um antigo amigo que agora é prefeito de uma cidade de interior; Toninho e alguns amigos vão até a festa do Divino Pai Eterno em Trindade; Toninho recebe carta de seu amigo Alfredo que se mudara para São Paulo; Cabo Joca visita Joviano e lhe informa sobre um assassinato na cidade; Noêmia teme perder o namorado.

Chega-se ao capítulo XXV e com ele se aproximam as eleições. Joviano recebe a visita de um candidato: Juventino; Dr. Ferreira atende dois recados: num deles vai até a casa de um funcionário público, Patureba, e no outro vai até o hotel atender a um chamado misterioso, que posteriormente descobre que foi feito por uma ex-noiva, Eugênia; Dr. Ferreira busca o carro na oficina mecânica e no caminho recebe uma carta de Eugênia com revelações sobre o passado; Joviano visita o

adoentado Cabo Joca; Dr. Ferreira recebe visita de um propagandista de remédios; Joviano mata uma cobra que se aproxima de seu neto, Luiz Carlos; Patureba e sua esposa brigam por falta de comida; Toninho lê outra carta de Alfredo; Dona Fia morre repentinamente.

Apresentados os principais eventos da narrativa no tempo presente do romance, retomo minha tentativa de localizar o romance no espaço e no tempo, recorrendo ao conceito de cronotopo, apropriado da matemática por Bakhtin e aplicado por ele à literatura:

À interligação fundamental das relações temporais e espaciais, artisticamente assimiladas em literatura, chamaremos *cronotopo* (que significa “tempo-espaço”). Esse termo é empregado nas ciências matemáticas e foi introduzido e fundamentado com base na teoria da relatividade (Einstein). Não é importante para nós esse sentido específico que ele tem na teoria da relatividade, assim o transportaremos daqui para a crítica literária quase como uma metáfora (quase, mas não totalmente); nele é importante a expressão de indissolubilidade de espaço e de tempo (tempo como a quarta dimensão do espaço). [...]

No cronotopo artístico-literário ocorre a fusão dos indícios espaciais e temporais num todo compreensivo e concreto. Aqui o tempo condensa-se, comprime-se, torna-se artisticamente visível; o próprio espaço intensifica-se, penetra no movimento do tempo, do enredo e da história. Os índices do tempo transparecem no espaço, e o espaço reveste-se de sentido e é medido com o tempo. Esse cruzamento de séries e a fusão de sinais caracterizam o cronotopo artístico.³⁴

Noto uma simbiose entre tempo e espaço, na qual o tempo, como quarta dimensão do espaço, alia-se à largura, altura e comprimento desse espaço, formando uma unidade. Assim, acredito que, para compreensão do romance como representação do social, preciso buscar nele esses dois elementos intrínsecos: tempo e espaço. Tentarei localizar, no romance, indícios³⁵ que me permitam identificar seu cronotopo artístico, isto é, o tempo e o espaço nos quais acontecem os eventos narrados, e sua relação com o cronotopo real, ou seja, os eventos e espaços existentes em realidade e por mim investigados em outras fontes históricas.

Nesse intento, exploro uma relação espaço-tempo que o romance apresenta e que não está localizada no presente da narrativa, mas que julgo importante para a compreensão de um dos personagens principais (Joviano): sua fixação no espaço

³⁴ BAKHTIN, 1993, p. 211.

³⁵ Cf. GINZBURG, 1989, p. 143-180.

da cidade de Goiânia, que se deu no início da construção da cidade. No trecho que segue, o narrador se refere a um caminho percorrido por Joviano nesse tempo: “No começo da cidade ainda passava pelo ADIS-ABEBA para um aperitivo. O barzinho alegre fora escorraçado pelo progresso”³⁶. O lançamento da pedra fundamental da nova capital ocorreu em 24 de outubro de 1933³⁷, ou seja, o momento em que Joviano chegou é posterior a esse. Assim, é possível inferir que o personagem seria conhecedor da cidade em seus anos iniciais. Outro momento permite identificar o período da presença de Joviano:

Tinha conhecimento apenas dos bate-bocas na Assembléia, antes de ser esbandalhada pela ditadura. Lorotas de jornais, patranhas de politiquinhos. Do serviço duro mesmo só davam notícia os pioneiros. Ele [Joviano], ali sentado na soleira de um caritó, conhecia tudo, desde o começo do Palácio, batizado com um nome bonito.³⁸

Essas referências indicam que *Chão vermelho* não é uma história biográfica, já que o personagem habitava o lugar e acompanhou fatos locais — como o início das obras do Palácio das Esmeraldas, que integra as primeiras construções iniciadas na nova capital — bem antes da chegada do autor: Eli Brasiliense se mudou para Goiânia em 1937, alguns anos após a época em que o narrador localiza Joviano na cidade. Já a referência ao Adis-Abeba ajuda a situar o espaço onde Joviano residia. O bar é descrito por Galli:

O Casal Durval César de Freitas e Adelaide Félix de Freitas, vindos de Bonfim (atual Silvânia), chegaram em Goiânia em agosto de 1935, em companhia dos seus dois filhos, Luiz e Durval. Estabeleceram-se na Avenida Anhangüera, próximo à histórica Rua 24, Centro, onde moravam em casa de tábuas construída pelo primeiro prefeito de Goiânia, Venerando de Freitas Borges. Adelaide, dona de um fantástico tino comercial, resolveu abrir, sem nenhum alarde, o primeiro bar de Goiânia, com funcionamento de uma sorveteria, graças a um motor-gerador. Opção única da capital que estava brotando, virou o point, como se dizia na época, da sociedade e agitou o vai e vem noturno da moçada em sua calçada, que aproveitava os eflúvios da iluminação gerada pelo motor. Acatando sugestão de populares o empreendimento comercial foi batizado de Bar do Adisabeba.³⁹

³⁶ BRASILIENSE, 2002, p. 46.

³⁷ CHAUL, 1988, p. 101.

³⁸ BRASILIENSE, 2002, p. 43.

³⁹ GALLI, 2005.

Era nesse bar que Joviano vez ou outra tomava um aperitivo. Para chegar até o estabelecimento, ele passava pela Avenida Anhanguera, que havia sido projetada para cortar a cidade de Leste a Oeste e ser a principal via de tráfego para o exterior da cidade, conforme lembra Adorno:

Goiânia, ao ser planejada por Atílio Corrêa Lima, teve a sua estrutura básica constituída pela Av. Anhangüera, principal base do comércio e principal via de tráfego para o exterior da cidade, a Avenida Pedro Ludovico, atual avenida Goiás, que cruzaria ortogonalmente com a Avenida Anhangüera, ligando o Centro Administrativo à Estação da estrada de ferro, a Avenida Araguaia que se iniciaria no Centro Administrativo e iria até o Parque Botafogo e a avenida Tocantins que também se iniciaria no Centro Administrativo indo até o Aeródromo, que é o local hoje das proximidades da Praça do Avião no Setor Aeroporto, bem como a avenida Paranaíba, que ligaria em curva o parque Botafogo ao Aeródromo, cortando a avenida Araguaia e a avenida Tocantins.⁴⁰

É duplamente significativa essa citação. Primeiro por apresentar a Avenida Anhanguera como ligação com o “exterior” que, como será mostrado adiante, não era tão longe. Segundo pela quantidade notável de lugares aos quais a avenida poderia conduzir o personagem. Entretanto, pode-se apontar uma hipótese que não é contradita por esse primeiro elemento indicador de localização, pautando-se na ideia de inseparabilidade de tempo-espço. Ela se sustenta em referências históricas que tratam daquele período e apontam pontos de fixação de alguns operários da construção civil durante os primeiros anos de construção da cidade⁴¹. Suponho que Joviano era um desses trabalhadores.

Uma das regiões habitadas pelos operários era o Bairro de Botafogo, localizado do lado esquerdo do córrego Botafogo e possível de ser acessado pela Avenida Anhanguera. O narrador informa que o personagem, de sua casa, podia avistar tal avenida: “Dali [da casa de Joviano] se avistava a Avenida Anhanguera, inçada de automóveis, alguns até engraçados, parecendo mais com jabotis de lata”.⁴²

Joviano passava pela Avenida Anhanguera e também a avistava. Tal elemento contribui para minha hipótese de sua casa localizar-se no Bairro do Botafogo. Afinal, desse bairro se podia avistar a avenida, pela qual os moradores

⁴⁰ ADORNO, 2002, p. 91-92.

⁴¹ GONÇALVES, 2002.

⁴² BRASILIENSE, 2002, p. 45.

transitavam para chegar até a região central da cidade. Agora não mais especificamente da casa de Joviano, mas do bairro onde ele morava, tem-se outra pista fornecida pelo narrador: “A vantagem de quem morava naquele bairro era a paisagem. Uma riqueza de panoramas e em baixo a cidade que tomava corpo”.⁴³ Esse apontamento não permite localizar a residência de Joviano, mas leva a crer que se trata da região ocupada por operários da construção civil, situada do lado esquerdo do córrego Botafogo, pois as habitações se estendiam da margem do córrego até regiões mais elevadas do aclave, de onde se teriam tais visões panorâmicas.

Até agora os indícios apontam proximidade entre a Anhanguera e o Botafogo, indicando também certa distância em relação a um marco de referência citado no livro e lembrado por pioneiros da cidade de Goiânia. O romance menciona uma mata: “Veio-lhe uma lembrança de Chico. Francisco de quê? Não sabia. A verdade é que sempre o conheceu pelo apelido. Morava num barracão perto da mata”.⁴⁴ Esse apontamento, além de sinalizar pontos de verossimilhança, ao utilizar um termo de localização espacial compartilhado por outros que viveram naquele espaço-tempo, também reforça a localização do personagem no Bairro Botafogo:

Desde o início da ocupação da Vila Nova, seus moradores tiveram que conviver com as matas que então ocupavam grande parte das regiões atualmente urbanizadas do Bairro. A recordação da convivência estabelecida entre homem e natureza por ocasião da construção da cidade pode ser percebida nas narrativas dos entrevistados que se lembram que, por ocasião do surgimento das primeiras casas do Bairro, a mata ainda predominava em seu espaço. Referindo-se ao período da ocupação da Vila Nova, D. Leila Braz Muniz e D. Lêda Araújo Vilela contam:

“Que aqui o mato, que aqui isso era tudo cerrado, nós andávamos era no meio do cerrado aí.”(Leila Braz Muniz, abril, 2004).

“Era muito bom, muito bonito. Tinha aqui, ainda tem, essa matazinha, que a gente chama mata. Ali era mata, mata cerrada mesmo. E daqui da Vila Nova, daqui a gente ia para o Centro, passava em trieiros, aqui não tinha casa. Aqui antigamente era fazenda, foi loteado, e formou aqueles trieiros. Tinha gado aí, pastando por aí... era muito tranquilo aqui, assim, nesse ponto, só o que era perigoso era a mata aí. A gente chamava mata do Botafogo. (Lêda de Araújo Vilela, março, 2004).⁴⁵

⁴³ BRASILIENSE, 2002, p. 45.

⁴⁴ BRASILIENSE, 2002, p. 46.

⁴⁵ MATTOS, 2008, p. 119.

Em momento distinto, novamente a mata é apontada no romance como elemento de referência espacial durante um diálogo estabelecido entre Joviano e o velho Sancho na residência de Joviano:

O velho parou, virou-se para Joviano, a fisionomia séria.
- um homem sangrou a mulher agorinha mesmo.
- Viche! Onde, siô?
- Perto da mata. Quem me contou foi Severiano, que passou por lá. Tem gente feito formiga. Formiga nada, mosca em cima da carniça. Não gosto de ver crime.⁴⁶

No diálogo, falam de um assassinato ocorrido perto da mata. Além da citação da mata, reforçando os indícios de ser o Bairro do Botafogo, acredito que a utilização do “lá” significa que o local onde os dois se encontravam naquele momento (a casa de Joviano) não era próximo ao lugar do assassinato (perto da mata).

Destaco também a informação dada pela Sra. Lêda acerca dos trieiros usados pelos moradores — aspecto que será explorado adiante, sob outro viés —, que serve para corroborar minha percepção de verossimilhança de muitos elementos do romance, quando comparados a dados historiográficos de Goiânia, pois as personagens do livro também caminhavam por esses trieiros, chamados pelo narrador de atalhos: “Toninho foi varando o bairro por atalhos em lotes sem construção. Umas voltas pelo asfalto lhe fariam bem. Não iria em nenhuma venda ali por perto, para que vizinhos não maldassem”.⁴⁷ Essa citação evidencia que o bairro onde Toninho residia não possuía asfalto, tal qual o Botafogo à época que acredito ser a do romance.

Outro indicativo da distância com relação à parte norte da cidade é dado pela sonoridade percebida quando um trem se aproxima da cidade: “O trem apitou longe. Deveria ser um cargueiro. Olhou a torre da Estação ainda em acabamento. Veio chegando o velho Sancho”.⁴⁸ Nessa citação identifico também o elemento temporal que pode ser observado pela situação das obras da referida torre, em fase de acabamento, o que sinaliza que a cena ocorre antes de novembro de 1952, data de

⁴⁶ BRASILIENSE, 2002, p. 56-57.

⁴⁷ BRASILIENSE, 2002, p. 66.

⁴⁸ BRASILIENSE, 2002, p. 46.

inauguração da estação⁴⁹. Com referência ao aviso sonoro do trem, ele permite, associado à análise do trajeto percorrido pela linha férrea, supor que Joviano não estava tão próximo da ferrovia, que se localizada na parte norte da cidade, distante do Bairro Botafogo; afinal, o apito era ouvido “de longe” e ele não conseguia visualizar o trem. Podia apenas ver a torre da estação, o que indicaria que ele não estava tão perto do córrego Botafogo, pois dali não poderia identificá-la. Assim, até o momento, há uma coerência em termos espaciais, pois noto que Joviano reside no Bairro Botafogo e afastado da mata e da linha férrea.

Outro elemento que reforça essa localização é a sinalização do trajeto percorrido por um avião que pousou no aeroporto da cidade: “O tempo estava ameaçando chuva. O mormaço indicava aguaceiro com trovoadas. Um avião roncava sobre o bairro, já com as rodas descidas. Joviano acompanhava a marcha do aparelho”.⁵⁰ As rodas descidas do avião, acompanhadas do “já”, levam à inferência de que ele se preparava para pousar. Naquele tempo — anterior a 1952, conforme os indícios até aqui expostos —, o aeroporto da cidade se localizava no atual Setor Aeroporto. Levando em conta a posição da pista do avião, acredito que ele sobrevoava o Bairro do Botafogo antes do pouso.

Entretanto, o sinal mais revelador aparece numa cena na qual o narrador fala das lembranças de Toninho de um dia em que fora até a cidade de Anápolis receber uma dívida para Joviano e, ao regressar, fez um pedido ao chofer do carro, indicando a ele o local onde desejaria ficar:

O carro parou em uma esquina do bairro botafogo, a pedido dele. Desceu, entregou o bilhete de passagem ao chofer, e falou com um aceno de mão.
- Até logo, pessoal!⁵¹

Partindo da informação de que Toninho regressava de uma viagem feita com objetivo de cumprir uma tarefa a ele delegada por Joviano e que, provavelmente, ele

⁴⁹ “A estação ferroviária de Goiânia foi inaugurada em 11 de novembro de 1952, sendo o último edifício construído com o estilo Art´déco. Trata-se de uma obra exemplar neste estilo, e esse concorreu como um dos motivos que o elevou a Patrimônio Nacional, em 2003, pelo IPHAN, consistindo em parte integrante do conjunto arquitetônico e urbanístico Art´déco da cidade. Em seu interior encontram-se dois painéis do introdutor do modernismo nas artes plásticas, em Goiás: Frei Italiano Nazareno Giuseppe Confaloni. Os painéis representam a construção dos *caminhos de ferro* no estado de Goiás, de forma descritiva, infundindo elementos regionais. Foram executados em 1951”. (COSTA, 2006, p. 27-28).

⁵⁰ BRASILIENSE, 2002, p. 50.

⁵¹ BRASILIENSE, 2002, p. 135.

se reportaria ao credor da dívida logo na chegada, pode-se deduzir que Joviano era morador do Bairro Botafogo. Apesar de não oferecer um dado que permita confirmar de forma pontual o lugar de moradia de Joviano, esse episódio comporta forte indício de sua localização no espaço-tempo.

Quanto à temporalidade da história narrada, o romance traz outros elementos que merecem reflexão, mas antes julgo importante enfatizar um aspecto que remete à semelhança entre a realidade descrita em outras fontes e a narrada em literatura. Refiro-me às enchentes no córrego Botafogo, citadas em mais de um momento no romance; um deles, durante aquela noite repleta de eventos à qual me referi anteriormente, quando uma forte chuva assolou a cidade:

Ferreira freou o carro, não deu pela pergunta:

- Que foi?

- A água está passando por cima da ponte.

- Viche! Nunca vi esse Botafogo engrossar desse jeito. Parece que ainda dá vau pro carro, doutor.

- Dá. Na volta terei que passar pela Rua Dez.⁵²

Nesse trecho, apesar de não fazer referência ao caminho que os personagens percorriam naquele momento, Brasiliense indica que atravessariam o córrego rumo ao Bairro do Botafogo. Afinal, faz alusão a uma via de acesso ao bairro, que é a Rua Dez:

O Botafogo havia crescido tanto que já não cabia no bueiro da Rua Dez e a água se espalhava pelas casas marginais. A chuva recomeçou, quando já estava no asfalto. Se demorasse mais não passaria por canto nenhum porque o riacho virara torrente.⁵³

Além disso, é importante notar que noutra ocasião, na qual fora até a casa do carroceiro Manoel, Ferreira passou pela Avenida Anhanguera:

O carro agora atravessava o bairro em direção ao centro. [...] Havia passado pelas margens do Botafogo, onde a chuva fizera estragos de espantar. Muitas casas haviam caído, famílias inteiras no tempo. Dois armazéns marginais foram levados pelo córrego açulado pelo aguaceiro. Uma multidão de curiosos entupia a passagem para a Avenida Anhanguera, onde os desabamentos foram maiores.⁵⁴

⁵² BRASILIENSE, 2002, p. 101.

⁵³ BRASILIENSE, 2002, p. 105.

⁵⁴ BRASILIENSE, 2002, p. 152.

Sobre a questão da verossimilhança, cabe salientar que outras fontes, a exemplo de Moura, dão conta de enchentes que atingiam o córrego Botafogo em proporções similares às narradas pelo romance:

Os córregos do Capim Puba e Botafogo são insignificantes quanto à vazão na época da seca, porém basta chover com certa impetuosidade em suas nascentes para que a intranqüilidade apareça em centenas de casebres que infestam as margens destes dois “inexpressivos” regatos. Algumas “habitações” são inundadas, outras são arrastadas pela fúria das águas poluídas de fezes e outros detritos destes dois anões-gigantes.⁵⁵

Em entrevista concedida a Mattos (2008), um antigo morador de Goiânia conta:

Daqui para a gente ir no Centro da cidade era trieiro, aí dentro da mata, aonde é a Av. Araguaia, aí era trieiro. O mato era fechado, e ali aonde está essa ponte aí, aí era pinguela. Depois fizeram uma ponte assim tosca de madeira, às vezes dava uma enchente, levava. (Manoel Rodrigues Santana, abril, 2004).⁵⁶

Demonstrei, até aqui, que o cosmo espacial do romance tem como esfera nuclear a cidade de Goiânia, em especial as regiões do Centro e do Bairro do Botafogo. Considero que me aproximei bastante do endereço residencial de um dos principais personagens do romance, localizando a casa de Joviano no Bairro do Botafogo, numa região próxima à Avenida Anhanguera e não muito perto do córrego Botafogo, mais ao alto do aclave, mas sem precisão quanto a estar do lado norte ou sul da avenida. Além desses, outros espaços são citados no romance, como a cidade de Trindade, com sua festa do Divino Pai Eterno, e outras cidades do interior, porém eles são mencionados superficialmente.

O romance também mostra pistas sobre o período em que ocorrem os fatos narrados por Brasiliense, aproximando o tempo presente da narrativa ao do lançamento do romance. Focalizo minha atenção na tentativa de identificar em qual época se desenvolve o presente da narrativa no primeiro capítulo, que inicia com o garoto vendendo pirulito pelas ruas e finda com a morte de Dona Fia.

Um indício capturado no romance se traduz em uma referência aparentemente afastada do tempo presente da narrativa, mas que serve para traçar uma linha coerente no tratamento do tempo:

⁵⁵ MOURA, 1981, p. 77.

⁵⁶ MATTOS, 2008, p. 123.

Era Sancho com uns embrulhos na mão. Deveria ter comprado coisa de segunda, porque uma nota de vinte não dava para muita afoiteza. Cinco cruzeiros não compravam uma abóbora d'água. O dinheiro tinha mudado de nome, como carcamano falido, para ninguém desconfiar que era coisa sem valia.⁵⁷

O romance informa sobre a mudança no sistema monetário brasileiro, a partir do Decreto-lei nº 4.791, de 05 de outubro de 1942.⁵⁸ Até então a moeda nacional era o réis, que foi transformado em cruzeiro.⁵⁹ A crítica apresentada no trecho diz respeito à forma como foi pensada a conversão das moedas: um cruzeiro equivaleria a mil réis; daí a crítica a essa conversão como artifício para não tornar perceptível a perda de valor do dinheiro.

Chão vermelho apresenta outro evento que permite avançar um pouco mais na década de 1940, ao tratar do desmoronamento da Usina do Jaó, que por algum tempo forneceu energia elétrica para a recém-criada Goiânia:

Joaquim espiava a lamparina com cara de ironia e perguntou.

- Quebrou a usina daqui? Isto é coisa de roça.

- Uma vez água levou. Agora deve ser enguiço, depois ela vem.⁶⁰

As personagens se referem à Usina do Jaó, instalada no Rio Meia Ponte, conforme informa Castilho:

A construção da primeira usina geradora de energia elétrica de Goiânia havia sido contratada pelo governo estadual com a empresa do engenheiro José Madureira Junior em agosto de 1934. Em um ponto estratégico do rio Meia Ponte, onde havia um desnível natural de aproximadamente 8 metros, junto do qual surgiria anos depois o Clube Jaó e o bairro de mesmo nome, o rio seria represado para formar o reservatório da usina pioneira. [...] No dia 15 de novembro de 1936, feriado da Proclamação da República, Goiânia ganhava o seu primeiro sistema de abastecimento de energia elétrica. [...] Com o crescimento da cidade, a usina do Jaó passou a ficar defasada. Mesmo tendo sido reformada e sem operar por causa de uma enchente em 1945, esta usina atendia a cidade com a mesma antiga capacidade, em torno apenas de 1.500 quilowates.⁶¹

⁵⁷ BRASILIENSE, 2002, p. 56.

⁵⁸ BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2010a.

⁵⁹ BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2010b.

⁶⁰ BRASILIENSE, 2002, p. 62.

⁶¹ CASTILHO, 2010.

O presente da narrativa do romance pode então ser colocado à frente de 1945 e remete à informação de que o personagem Joviano era conhecedor dos eventos que ocorreram nos anos iniciais da cidade, pois é ele quem conta ao visitante o que aconteceu com a usina. Uma lembrança de Toninho oferece outro elemento que lança a narrativa para a década de 1950:

Agora notava-lhe os olhos gateados, um jeito gracioso de piscar miúdo. Ao passarem perto de Waldo ele embeijou-se pela novata, fez-lhe um brinde com o copo de cerveja. Ela fingiu-se distraída e recostou o queixo no ombro de Toninho. Um rapaz da orquestra cantava.

“Poderia ser bonequinha de louça,
Tão moça mas não é...”

Ela segredou-lhe com certa mágoa na voz.

- Este samba deveria ser o hino das prostitutas.

Toninho pareceu acordar.

- Qual?

- “Boneca de louça”, não está ouvindo? Cantou baixinho aos ouvidos dele.

“Hoje é boneca de pano
De um sombrio cabaré”⁶²

A música à qual se referem é o samba “Boneca de pano”, composto por Assis Valente em 1950.⁶³ Assim, infere-se que a cena ocorreu a partir de 1950 e que, como é uma lembrança do passado, o presente da narrativa também está à frente dessa datação. Outra indicação importante se refere a um filme em cartaz, citado num diálogo entre Toninho e Noêmia:

- Pensei que estivesse no cinema – falou aproximando-se.

- Hoje é reprise. Fui ontem com mamãe. Bom filme. Não me diga que você não assistiu ao famoso “Luzes de Ribalta”.

- Gosto muito de Carlitos mas não pude ir.⁶⁴

O filme foi lançado em 1952⁶⁵, o que indica que o presente da narrativa se localiza a partir dessa data. A fala do personagem Patureba reforça essa hipótese:

- Eu agora mesmo estava aqui falando para Finoca sobre a carestia da vida. Essa COAP é uma desgraça. Outro dia eu escrevi um artigo pra arrasar com essa cachorrada, mas quando ia saindo pra levar pro jornal a mulher me segurou pelo palito.⁶⁶

⁶² BRASILIENSE, 2002, p. 90

⁶³ MUSEU DA CANÇÃO, 2010.

⁶⁴ BRASILIENSE, 2002, p. 68.

⁶⁵ FROST, 2007, p. 75.

⁶⁶ BRASILIENSE, 2002, p. 231.

Patureba se refere à Comissão de Abastecimento e Preços (Coap), órgão auxiliar da Comissão Federal de Abastecimento e Preços (Cofap), criada pelo governo federal em 1951 (Lei nº 1.522, de 26 de dezembro de 1951)⁶⁷ para intervir no domínio econômico com a finalidade de assegurar a livre distribuição de produtos necessários ao consumo da população. A coerência com a localização temporal dos eventos apresentados até aqui também se expressa na cena que envolve Joviano e seu antigo amigo Joaquim:

Joviano voltou a examinar Joaquim. O que dissera não passava de hipocrisia. Tinha a pele fina e seca de quem não suava no trabalho. Joaquim estaria fugindo de alguma coisa em São Paulo? Lembrou-se do caso da penitenciária de Anchieta e estremeceu.⁶⁸

Ao imaginar uma possível associação de Joaquim com o caso da penitenciária, Joviano coloca a narrativa no mesmo tempo da rebelião ocorrida em 1952 naquele presídio. Esse episódio é explicado por Teixeira (2009), a partir de uma análise de Adorno e Fisher sobre o sistema penitenciário do Estado de São Paulo:

A prática de segregar, de modo indistinto, presos perigosos e indisciplinados em controversos estabelecimentos, tem sido, aliás, bastante recorrente e remota na história do sistema penitenciário paulista, sendo importante resgatá-la para melhor compreender o contexto da criação do “Piranhão”. Até a década de 1950, cabia ao Instituto Correccional de Ilha Anchieta cumprir essa função de estabelecimento de “excelência disciplinar” dentro do sistema, recebendo em regime de isolamento (intensificado pela sua localização) os presos considerados “problemáticos”. Em 1952, uma violenta rebelião levaria à morte de presos e funcionários, bem como à destruição de grande parte das instalações do presídio, trazendo a público a crise e a tensão há décadas vivenciadas naquele tipo de estabelecimento. Três anos depois, já em 1955, esse presídio seria finalmente desativado, sob o governo de Jânio Quadros (ADORNO; FISHER, 1987).⁶⁹

A desconfiança com Joaquim e a lembrança da penitenciária persistia em Joviano:

⁶⁷ Cf. SANTOS, 2009.

⁶⁸ BRASILIENSE, 2002, p. 80.

⁶⁹ ADORNO; FISHER citados por TEIXEIRA, 2009, p. 183.

Nem queria ver quantas horas no relógio de pulso de Joaquim. Notava que era dourado, a pulseira saíra do lugar mas a pele estava igual. Em São Paulo nunca havia sol para queimar a pele de gente que trabalhava? Os olhos de Taquari corriam água por causa de danação ou era manha de vigarista? Lembrou-se do caso da penitenciária de Anchieta, muito comentado pelos jornais. Aí é que as pontadas de malícia vieram mais renitentes.⁷⁰

Nessa outra passagem do livro, novamente vinha à mente de Joviano o caso da penitenciária de Anchieta que, segundo o narrador, teria sido muito comentado pelos jornais. Em 21 de junho de 1952, o Jornal Folha da Manhã noticiava:

REBELIÃO NA COLONIA CORRECIONAL DA ILHA ANCHIETA

(...) Cerca de trezentos detentos do presídio da ilha Anchieta, rebelaram-se na manhã de ontem, por volta das 8h30. Segundo plano previamente traçado, os presos, uma vez distribuídos no campo para as tarefas diárias, assaltaram os guardas, tomaram-lhe as armas e os dominaram. Um grupo de presidiários, que ficara de sobreaviso, logo que se estabeleceu a confusão se apossou do depósito de armas e munições, conseguindo dessa forma elementos para, em poucos minutos, subjugar toda a guarda. Senhores da situação, os amotinados conseguiram lanchas e outros barcos, com que se fizeram ao mar, todos armados. (...) Às últimas horas da tarde de ontem, todavia, a reportagem era informada de que grupos de amotinados haviam conseguido desembarcar nas praias Grande e Toninha, nas proximidades de Ubatuba, embrenhando-se nas matas próximas e desaparecendo. (...) As notícias, além de chegarem com grande atraso, são contraditórias e falhas em muitos pontos, não sendo possível, avaliar-se com segurança, a verdadeira extensão do levante e suas consequências.⁷¹

Segundo Miranda, “tudo começou quando um prisioneiro de nome Álvaro da Conceição Carvalho Farto, o Portuga, deu início a um plano de fuga que entraria para história nacional como o maior levante de presos de todos os tempos até o ano em questão (1952).”⁷² A autora conta que o plano foi minuciosamente elaborado e executado. Como esperava Portuga, presos e policiais estabeleceram uma relação de cordialidade na Casa de Detenção e essa convivência em clima de paz afrouxou a segurança.

⁷⁰ BRASILIENSE, 2002, p. 136.

⁷¹ FOLHA DA MANHÃ, 21 de junho de 1952.

⁷² MIRANDA, 2003, p. 12.

De posse das informações que precisava e sabendo que no dia 20 de junho de 1952 a lancha Ubatubinha chegaria de Santos com os mantimentos, o mentor marcou para esse dia a data da fuga. Foi uma batalha sangrenta, com assassinatos cruéis e muitas baixas, tanto do lado dos militares, quanto dos presos, muitos dos quais acabaram perecendo de fome e frio durante a fuga. A notícia teve larga cobertura nos jornais da época, nacionais e internacionais. Aliando a fuga ao massacre, a rebelião foi considerada a maior que o planeta já havia presenciado até então.⁷³

Tamanho era o espanto de Joviano com a visita inesperada do antigo amigo e com sua aparência de quem não era afeito ao trabalho que ele supunha ter Joaquim se envolvido com práticas criminosas e participado da sangrenta fuga. Tal evento, ocorrido num espaço afastado daquele em que se desenvolve a história de *Brasiliense*, conecta-se ao tempo da obra literária, alinhavando pontos de intersecção entre o ficcional e o real.

Considerando que a desconfiança de Joviano sobre Joaquim esteja correta e que a conversa entre os dois acontece na longa noite do início do romance, pode-se dizer que a narrativa é posterior a 20 de junho de 1952.

Tentarei agora encontrar outro limitador que permita diminuir o espaço temporal do romance. Para isso, repito uma citação apresentada anteriormente: “O trem apitou longe. Deveria ser um cargueiro. Olhou a torre da Estação ainda em acabamento. Veio chegando o velho Sancho”.⁷⁴ Esse episódio ocorre no presente da narrativa, antes da longa noite que marca o início do romance e também da conclusão das obras da Estação Ferroviária de Goiânia, na década de 1950.

Cabe salientar que as informações em torno do momento de inauguração da referida estação são desconstruídas. Entre as fontes consultadas, encontrei três indicações distintas para a inauguração da obra. Quanto aos trilhos da Estrada de Ferro Goiás, Borges afirma que eles “atingiram apenas a cidade de Anápolis em 1935 e Goiânia somente em 1950”⁷⁵, informação corroborada no Guia Geral de Estradas de Ferro do Brasil de 1960⁷⁶. Segundo Costa, a inauguração da estação ferroviária ocorreu em 11 de novembro de 1952⁷⁷, data também apresentada por Cavalcanti⁷⁸. Porém, de acordo com Roriz Júnior, ela foi inaugurada somente em

⁷³ MIRANDA, 2003, p. 12-13.

⁷⁴ BRASILIENSE, 2002, p. 46.

⁷⁵ BORGES citado por CAMPOS, 1998, p. 47.

⁷⁶ GUIA GERAL DE ESTRADAS DE FERRO DO BRASIL citado por GIESBRECHT, 2010.

⁷⁷ COSTA, 2006, p. 27.

⁷⁸ CAVALCANTI citado por GIESBRECHT, 2010.

1954⁷⁹. Ao abordar essa questão, Campos cita trecho de uma ata da Câmara Municipal de Goiânia, de 12 de fevereiro de 1954, dando conta de que a estação ferroviária não estava concluída:

[...] pediu a palavra o Sr Vereador Pires Fernandes, deixando claro porque votou contra o Requerimento. Disse que não é possível a mudança da Diretoria da Estrada de Ferro para a capital, porquanto não depende exclusivamente do Capitão Mauro. Não deu crédito ao boletim que notifica o desejo do diretor em mudar a sede da estrada, [...]. Queira ou não, disse o Vereador, a sede virá para Goiânia; **é só terminar a Estação**⁸⁰. (grifo nosso)

Entretanto, o mesmo trabalho apresenta a informação de que em 1952 os trilhos já haviam chegado à Estação Ferroviária de Goiânia:

Até o ano de 1952, a “Goiás” percorria com os seus trilhos, aproximadamente, 480 quilômetros, chegando o seu ponto mais distante à capital goiana. No total, 30 estações serviam à estrada, onde se destacam as de: Araguari, Amanhece, Ararapira, Anhanguera, Goiandira (ponto de ligação com a Rede Mineira), Ipameri, Roncador, Pires do Rio, Engenheiro Balduino, Vianópolis, Leopoldo de Bulhões, Anápolis e Goiânia.⁸¹

Cruzando todas essas informações, levanto a hipótese de que, embora as obras de construção tenham sido concluídas somente em 1954, a estação pode ter sido inaugurada dois anos antes, com as linhas férreas já passando por Goiânia em 1952, ano da revolta na penitenciária da Ilha de Anchieta e da chegada de Joaquim à casa de Joviano. Assim, por enquanto, conto com uma faixa temporal de 1952 a 1954. Importa considerar que em outubro de 1954 foram realizadas eleições municipais e que esse evento é referido no romance:

As eleições não estavam longe. Joviano se admirava da coragem de alguns homens que se candidatavam. De certo mesmo só contavam com o próprio voto. Pelas lorotas dos jornais ninguém iria perder. Seriam dois governadores, três ou quatro prefeitos, mais de duzentos vereadores, uns trezentos deputados. Não olhava os politiqueros com simpatia.⁸²

⁷⁹ RORIZ JUNIOR, 2008, p. 65.

⁸⁰ CAMPOS JÚNIOR, 1998, p. 71.

⁸¹ CAMPOS JÚNIOR, 1998, p. 40.

⁸² BRASILIENSE, 2002, p. 221.

Antes de analisar o trecho citado, apresento o quadro com a cronologia das eleições ocorridas a partir de 1945, ano da reinstalação da Justiça Eleitoral no Brasil (Decreto-Lei nº 7.586/45)⁸³, até 1962.

CARGOS ELETIVOS					
ANO DO PLEITO	EXECUTIVO FEDERAL	SENADO E CÂMARA FEDERAL	EXECUTIVO ESTADUAL	ASSEMBLÉIAS LEGISLATIVAS	EXECUTIVO E CÂMARA MUNICIPAL
	PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA	DEPUTADO FEDERAL/ SENADOR	GOVERNADOR	DEPUTADO ESTADUAL/ DISTRITAL/ DE TERRITÓRIO	PREFEITO, VICE-PREFEITO E VEREADORES
1945	Eleição Direta 2 de Dezembro	Eleição Direta 2 de Dezembro	–	–	–
1947	–	Eleição Direta 19 de Janeiro	Eleição Direta 19 de Janeiro	Eleição Direta 19 de Janeiro	Eleição Direta* 19 de Janeiro
1950	Eleição Direta 3 de Outubro	Eleição Direta 3 de Outubro	Eleição Direta 3 de Outubro	Eleição Direta 3 de Outubro	Eleição Direta 3 de Outubro
1954	–	Eleição Direta 3 de Outubro	Eleição Direta 3 de Outubro	Eleição Direta 3 de Outubro	Eleição Direta 3 de Outubro
1955	Eleição Direta 3 de Outubro	–	Eleição Direta 3 de Outubro	–	Eleição Direta 3 de Outubro
1958	–	Eleição Direta 3 de Outubro	Eleição Direta 3 de Outubro	Eleição Direta 3 de Outubro	Eleição Direta 3 de Outubro
1960	Eleição Direta 3 de Outubro	–	Eleição Direta 3 de Outubro	–	Eleição Direta 3 de Outubro
1962	–	Eleição Direta 7 de Outubro	Eleição Direta 7 de Outubro	Eleição Direta 7 de Outubro	Eleição Direta 7 de Outubro

* Eleição no Distrito Federal para cinquenta vereadores.

Quadro 1: Cronologia das eleições no Brasil entre 1945 e 1962.

Fonte: TSE (2010)

No romance, além da crítica aos candidatos, são informados os cargos eletivos que seriam disputados naquele ano: “dois governadores, três ou quatro prefeitos, mais de duzentos vereadores, uns trezentos deputados.” Conforme mostrado na tabela, as eleições conjuntas para os cargos indicados no romance aconteceram nos anos de 1950, 1954, 1958 e 1962. Os dois últimos pleitos podem

⁸³ TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE), 2010.

ser excluídos desta análise em razão de serem posteriores ao lançamento do romance. O de 1950 também pode ser dispensado, pois em *Chão vermelho* fica evidente que as eleições se associam a data posterior a 1952. O romance informa um quantitativo de candidatos ao cargo de governador que é confirmado por Moreira (2000):

No pleito de 1954 o PSD tornou-se vitorioso. O governo pessedista foi passado para José Ludovico. José Ludovico de Almeida venceu a eleição com 106.540 votos derrotando o udenista Galeno Paranhos, por uma diferença de 1.128 votos. Essa eleição realizou-se em dois momentos, sendo necessário uma eleição suplementar, pois algumas urnas foram contestadas, cujos votos representaram mais do que a diferença entre os dois candidatos.⁸⁴

O trecho que faz referência às eleições é colocado por Brasiliense quase no final da história, o que configura um limite temporal da narrativa entre 1952 e 1954. Dessa forma, as indicações de tempo e espaço presentes no romance não se contradizem e não se mostram incoerentes em relação às coordenadas espaço-temporais encontradas em outras fontes históricas. Também evidenciam o caráter verossimilhante da obra literária escrita por Brasiliense. A partir dessas interpretações, discuto a seguir como era a percepção social daquele espaço.

1.2 Segregação socioespacial na cidade de *Chão vermelho*

“E edificarão casas e as habitarão; e plantarão vinhas, e comerão o seu fruto. Não edificarão para que outros habitem; não plantarão para que outros comam. O deserto e os lugares secos se alegrarão; e o ermo exultará e florescerá como a rosa.” Isaías.⁸⁵

Esses versos bíblicos servem de epígrafe para o romance *Chão vermelho*. Defendo que a escolha deles não foi fruto de uma imaginação criativa desconexa do romance. Aliás, ousa dizer que Brasiliense cita, usando expressão de Oehler (2004), à maneira benjaminiana. Para Oehler, “há em Benjamin uma tendência a substituir os títulos por citações em epígrafe — citações *por excelência*, como demonstra A.

⁸⁴ MOREIRA, 2000, p. 120.

⁸⁵ BRASILIENSE, 2002, p. 41.

Compagnon —, ou então a relegá-los a segundo plano. É a epígrafe, mais que o título, que dá o tom e que orienta o texto [...]”⁸⁶. Além disso, a citação estabeleceria uma relação dialética com o texto, conforme Oehler:

A citação estabelece uma relação entre o agora (jetzt) e o que já foi; produz essa constelação fulgurante, tão amiúde evocada, do antigo e do presente instantâneo. Nessa medida, a citação (ou a montagem de citações) tem parentesco próximo com a imagem dialética, se é que não se identifica com esta: uma correspondência entre dois momentos históricos, uma dialética em suspensão (Dialektik im Stillstand) e uma atualização que serve ao resgate. A citação é “imagem lida, isto é, a imagem no agora de seu reconhecimento possível”, ela “porta, em grau máximo, o selo do momento crítico, do momento de perigo eu é o fundamento de toda leitura”. Sendo assim, o leitor deve ter a consciência do perigo e a presença de espírito correspondente, se quiser citar à maneira benjaminiana.⁸⁷

É assim que analiso tal citação e sua relação com o romance: ela seria o fundamento de toda a leitura. Defendo, e exponho a seguir meus argumentos, que a epígrafe de *Brasiliense* guarda estreita afinidade com o conteúdo abordado em *Chão vermelho*. Acredito que uma evidência da intencionalidade de *Brasiliense* e sua aproximação com Walter Benjamin na tarefa de encontrar as palavras que iriam ao encontro de seu texto pode ser observada na própria composição da epígrafe. Benjamin era um caçador de citações, conforme Oehler:

Benjamin adentra as fourmillantes cites da Staatsbibliothek e da Bibliothèque Nationale, sempre à mesma mesa de leitura, à espreita das citações que poderá recolher (quando folheamos por baixo, as páginas murmuram em cima). Como Baudelaire, ele é ao mesmo tempo flâneur, caçador, colecionador, trapeiro – trapos de texto, é claro -, sempre solitário e sempre apaixonado.⁸⁸

A essa atitude de recolher se alia o exercício de composição da citação, também realizada por Benjamin — composição que às vezes cita “o que jamais foi escrito”⁸⁹. Para exemplificar como funcionava essa dinâmica de Benjamin, Oehler faz referência a uma citação presente em *Passagens*⁹⁰, em que Benjamin realiza

⁸⁶ OEHLER, 2004, p. 241.

⁸⁷ OEHLER, 2004, p. 242-243.

⁸⁸ OEHLER, 2004, p. 240.

⁸⁹ OEHLER, 2004, p. 250.

⁹⁰ BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Belo Horizonte: UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial, 2006. O livro é apontado como obra-prima póstuma do filósofo, crítico e ensaísta alemão.

uma “cirurgia estética”, pela qual a citação passa ser a um só tempo, achado e construção:

Benjamin secciona sua citação com tal ardor que a rima e o ritmo são mandados às favas – quem não souber nada de Deubel não poderia imaginar que se trata de um poema –, mas produz-se assim um grito, uma expressão. [...] A citação – achado e construção a um só tempo – exige sempre um olho, um olho estranhamente inquietante (unheimlich) para os desvãos secretos (Heimlichkeiten) do passado próximo. Não há mais necessidade de comentário, o corte substitui com economia: “os acontecimentos ganham ao não ser comentados”.⁹¹

Talvez Brasiliense, como Benjamin, tenha passado horas em uma biblioteca, debruçado sobre várias obras, à espreita das citações que poderia recolher e, numa leitura inquietante, tenha encontrado as palavras que ecoariam como um grito, uma provocação, um chamado instigante para a leitura de seu romance. Todavia, em *Chão vermelho*, a epígrafe será posta em comentário por meio de uma evocação contraditória durante toda sua feitura. Mas agora me atenho a interpretar essa composição realizada por Brasiliense, a partir dos elementos que revelam como ela foi construída.

Na análise do romance de Eli Brasiliense, inicialmente é preciso identificar de onde foi retirada a citação, que traz a indicação de Isaías como autor. Isaías é um dos livros que integram o Antigo Testamento da Bíblia Sagrada, composto por versículos. Mas Brasiliense não informa quais versículos cita, tampouco indica tratar-se de uma extração, mas insinua uma composição realizada a partir do livro do profeta Isaías. Tal qual Benjamim, realiza uma cirurgia no texto bíblico antes de usá-lo como epígrafe e colocá-lo entre aspas.

Brasiliense utiliza versículos que integram os capítulos 65 e 35 (nessa ordem) do referido livro bíblico e os sutura com seu bisturi literário. Para compor a epígrafe, ele se vale de dois versículos e meio (2 ½) — essa metade de versículo torna mais evidente a comparação estabelecida com Benjamin. O primeiro versículo e meio é retirado dos versículos 21 e 22 do capítulo 65, penúltimo capítulo do livro de Isaías:

⁹¹ OEHLER, 2004, p. 250-251.

17 Porque, eis que eu crio novos céus e nova terra; e não haverá mais lembrança das coisas passadas, nem mais se recordarão.

18 Mas vós folgareis e exultareis perpetuamente no que eu crio; porque eis que crio para Jerusalém uma alegria, e para o seu povo gozo.

19 E exultarei em Jerusalém, e me alegrarei no meu povo; e nunca mais se ouvirá nela voz de choro nem voz de clamor.

20 Não haverá mais nela criança de poucos dias, nem velho que não cumpra os seus dias; porque o menino morrerá de cem anos; porém o pecador de cem anos será amaldiçoado.

21 E edificarão casas, e as habitarão; e plantarão vinhas, e comerão o seu fruto.

22 Não edificarão para que outros habitem; não plantarão para que outros comam; porque os dias do meu povo serão como os dias da árvore, e os meus eleitos gozarão das obras das suas mãos.

23 Não trabalharão debalde, nem terão filhos para a perturbação; porque são a posteridade bendita do SENHOR, e os seus descendentes estarão com eles.

24 E será que antes que clamem eu responderei; estando eles ainda falando, eu os ouvirei.

25 O lobo e o cordeiro se apascentarão juntos, e o leão comerá palha como o boi; e pó será a comida da serpente. Não farão mal nem dano algum em todo o meu santo monte, diz o SENHOR.⁹²

Apenas o trecho destacado foi utilizado pelo autor para construir sua citação. A parte suprimida do capítulo permite fazer algumas considerações e relações. Em termos teológicos, pode-se dizer que o assunto abordado nesses versículos é o seguinte:

Em 65, 17-19 temos uma vivida ilustração dos novos céus e da nova terra. Serão eternos, e neles a segurança, a paz e a abundância estarão à disposição de todos. Os vv. 20-25 podem referir-se ao reinado de Cristo na terra, porque o pecado e a morte ainda não foram definitivamente destruídos.⁹³

A referência a novos céus e a uma nova terra traduz uma designação temporal de futuro, tempo em que uma dada realidade virá a acontecer. Considero que o versículo 17, que inicia um subcapítulo, traz embutida a ideia de cidade e, por que não dizer, de uma cidade construída na perspectiva de rompimento temporal — caso da cidade de Goiânia, cenário do romance que se seguirá à citação.

O versículo enfatiza que serão criados novos céus novos e nova terra e que das coisas passadas não restará lembrança; sequer se recordarão delas. Da mesma

⁹² Bíblia on line (2010a).

⁹³ TYNDALE HOUSE PUBLISHERS. Bíblia de Estudo. Aplicação Pessoal. Rio de Janeiro: CPAD, 2004, p. 954.

forma, pode ser pensada a cidade de Goiânia. Uma nova terra foi escolhida para abrigar a cidade destinada a ser capital do Estado de Goiás. Essa nova cidade seria erguida e o que havia antes dela não seria aproveitado.

Assim, um novo céu seria visualizado em uma terra que não era ainda cidade, ou seja, uma nova terra. Uma terra vermelha que cederia espaço para construção dessa cidade que, na categoria de nova capital, também pretendia, como no versículo, não trazer lembranças das coisas passadas, nem mais se recordar delas. O passado era representado pela cidade de Goiás, que, antes de Goiânia, era capital do Estado e lugar habitado pelos governantes que antecederam o governo do grupo político que ascendeu ao poder em Goiás a partir do evento conhecido por “Revolução de 30”.

Prossegue o profeta, apontando uma realidade que precisava ser revista e mudada. Nesse aspecto, apesar das aproximações que a interpretação permite alcançar, não se trata de uma proximidade no sentido de equivalência, mas sim de diferença, o que será mais bem explicado adiante. Parte das mudanças anunciadas por Isaías, isto é, aquilo carente de mudanças pode ser observada na Goiânia representada em *Chão vermelho*. O conjunto do capítulo 65 de Isaías traz a visão de uma nova Jerusalém, ideia que se mostraria necessária para a cidade de Goiânia, conforme se verifica no correr do romance.

É coerente supor que a intenção do autor, ao usar uma epígrafe escrita com verbos conjugados no futuro, foi a de criar uma situação de verossimilhança entre a Goiânia do romance e um presente carente de mudanças. Acredito que, nesse processo de composição, Brasiliense se lançou na busca — a mesma captada por Oehler no trabalho de Benjamim — de artifícios capazes de fazer com que a citação estabelecesse forte relação com a obra, criando um impacto inicial.

O outro trecho utilizado por Brasiliense corresponde ao primeiro versículo do capítulo 35:

1 O deserto e o lugar solitário se alegrarão disto; e o ermo exultará e florescerá como a rosa.

2 Abundantemente florescerá, e também jubilará de alegria e cantará; a glória do Líbano se lhe deu, a excelência do Carmelo e Sarom; eles verão a glória do SENHOR, o esplendor do nosso Deus.

3 Fortalecei as mãos fracas, e firmi os joelhos trementes.

4 Dizei aos turbados de coração: Sede fortes, não temais; eis que o vosso Deus virá com vingança, com recompensa de Deus; ele virá, e vos salvará.

5 Então os olhos dos cegos serão abertos, e os ouvidos dos surdos se abrirão.

6 Então os coxos saltarão como cervos, e a língua dos mudos cantará; porque águas arrebentarão no deserto e ribeiros no ermo.

7 E a terra seca se tornará em lagos, e a terra sedenta em mananciais de águas; e nas habitações em que jaziam os chacais haverá erva com canas e juncos.

8 E ali haverá uma estrada, um caminho, que se chamará o caminho santo; o imundo não passará por ele, mas será para aqueles; os caminhantes, até mesmo os loucos, não errarão.

9 Ali não haverá leão, nem animal feroz subirá a ele, nem se achará nele; porém só os remidos andarão por ele.

10 E os resgatados do SENHOR voltarão; e virão a Sião com júbilo, e alegria eterna haverá sobre as suas cabeças; gozo e alegria alcançarão, e deles fugirá a tristeza e o gemido.⁹⁴

Nota-se a supressão do pronome demonstrativo “disto” na epígrafe de *Chão vermelho*: “O deserto e os lugares secos se alegrarão; e o ermo exultará e florescerá como a rosa”. Brasiliense teve o cuidado de, nos recortes que fez, adequar o texto bíblico à mensagem que ele queria transmitir, de modo a dar sentido e continuidade à ideia que busca expressar, sem ficar preso à sequência de palavras do texto original. É nessa operação que, usando as palavras de Oehler, o achado, submetido a corte, configura uma construção, e nela não há necessidade de comentários. Cabe acentuar que o capítulo 35 de Isaías

retrata uma maravilhosa visão do Reino final, quando Deus estabelecerá sua justiça e destruirá todo o mal. Esse é o mundo que os redimidos podem esperar depois do juízo, quando toda a criação se regozijará em Deus. O Cap. 34 fala de uma grande aflição, quando Deus julgará os povos de todas as nações. O cap. 35 reproduz os dias em que a vida será finalmente tranqüila, e tudo será feito conforme sua vontade.⁹⁵

Numa interpretação possível da epígrafe, o autor estaria identificando a futura capital Goiânia a uma espécie de nova Jerusalém, anunciada nos capítulos bíblicos e esquadrihada por ele no centro-oeste do Brasil. Todavia, fica evidente que a relação estabelecida entre a cidade e a citação comporta um presente latente de mudanças. Assim, o tempo da epígrafe é o mesmo tempo do romance, isto é, um tempo que deseja sofrer modificações. No decorrer deste trabalho, bem como no do romance, ficará perceptível a imbricação do recorte textual da Bíblia à história

⁹⁴ Bíblia on line. (2010b)

⁹⁵ TYNDALE HOUSE PUBLISHERS. Bíblia de Estudo. Aplicação Pessoal. Rio de Janeiro: CPAD, 2004, p. 927.

contada por Brasiliense, marcando a intenção ideológica subjacente à epígrafe.

Cabe salientar que o romance se movimenta essencialmente em torno do mundo do trabalho, especialmente dos operários da construção civil, o que reforça a ênfase dada ao processo de transformação da cidade e suas implicações na dinâmica da vida de seus habitantes. É característica de Brasiliense tomar a exploração do humano e a representação de uma sociedade injusta como temática de seus trabalhos literários, conforme destaca Pereira:

Os personagens representam um conjunto de significados, dos quais Eli Brasiliense se vale para abordar os problemas existenciais do homem, o absurdo e o vazio da existência humana, sob o jugo de uma sociedade injusta, dominada por interesses de uma minoria, que imperava na região do norte goiano no início do século XX.⁹⁶

Da mesma forma, em *Chão vermelho*, a questão da exploração do humano e de uma sociedade marcada por desigualdades é percebida. Um aspecto verificado no romance e que mantém estreita relação com um presente latente de mudanças ou um futuro cioso de ser diferente se refere à segregação socioespacial. Para perceber isso, comecemos assuntando a cidade, que é a maneira de o autor, por meio de suas personagens, conduzir o leitor a enxergar as representações da cidade de Goiânia no romance *Chão vermelho*:

Joviano ficou assuntando a cidade. Já não podia abarcar, como antigamente, as casas todas olhando para um rumo só. Eram casas desordenadas no mato ralo da campina na terra vermelha. Havia ainda residências brotando do charravascal, em setores novos, naquela terra podre que desmoralizava os construtores apressados, rachando paredes e desconjuntando alicerces.⁹⁷

Ao assuntar, ou seja, ao observar e indagar a cidade, Joviano demonstra que existe tempo para isso, que ainda existe domínio sobre o tempo. O tempo ainda não domina o homem em tempo integral. Cabe ressaltar que não é o tempo em si que domina o homem, mas as necessidades e tarefas que precisam ser realizadas dentro de determinados espaço e tempo. A atitude de observação apresentada já na primeira página serve de reforço a esse argumento e é um convite para acompanhar esse olhar narrativo que assunta a cidade. Tal prática reflexiva não pode ser

⁹⁶ PEREIRA, 2002, p. 9.

⁹⁷ BRASILIENSE, 2002, p. 43.

igualada à atitude de um observador privilegiado da cidade, como o *flâneur*, mas quando Joviano desfigura uma vivência fantasmagórica, isto é, uma vivência blasé ou mesmo uma vivência que não reflete sobre si e sobre o entorno, revela um olhar reflexivo que em alguns momentos aflora sob angústias e contradições.

Em *Chão vermelho* temos uma narrativa cujo conteúdo mescla o pensamento do autor e o de suas personagens. Além das vozes, ela mescla tempos e espaços. A ação observadora de Joviano é logo quebrada pelo narrador, que interpõe sua descrição do lugar como olheiro a distância — posição conotada pelo uso da expressão “naquele bairro”.

A vantagem de quem morava naquele bairro era a paisagem. Uma riqueza de panoramas e em baixo a cidade que tomava corpo. Pobre, porém, não podia viver de panoramas. Em redor havia sujeira, doença, desamparo. Paisagem era para gente de casa arreada e gastos sem medida.⁹⁸

Pobres não podem viver de panoramas, pois precisam, antes de tudo, saciar a necessidade primeira de manter-se de pé. A posição da qual Joviano assunta a cidade evidencia que o ponto de observação dele é um lugar exterior à cidade, apesar de fazer parte dela. É um olhar que não se vê refletido. Nesse caso se trata de um olhar sobre o plano inicial dessa cidade e seus arredores.

Goiânia se apresenta como um rico campo de observação por ser exemplo de como uma cidade não cabe apenas nos esquadros ou rabiscos do planejamento, apesar de seguir algumas dessas orientações. Diferentemente de espaços que surgem sem um planejamento ou idealização e se moldam conforme a experiência que neles acontece, em Goiânia, antes de sua construção, ocorreu um planejamento precedido por uma idealização. Contudo, a cidade perdeu parte desses traços idealizados e planejados justamente quando o projeto da urbe se materializou, isto é, quando transcenderam os limites da prancheta e se lançaram para a terra vermelha. O que fez isso se perder foi nada mais que a experiência humana que, em sua multiplicidade, não coube nos esquadros de uma cidade planejada para ser lócus do moderno e do progresso.

Outro aspecto interessante diz respeito à expansão da cidade para regiões não planejadas. Por isso o olhar de Joviano já não consegue captar, em somente uma perspectiva, essa cidade que cresce sobre e em meio ao charravascal e em

⁹⁸ BRASILIENSE, 2002, p. 45-46.

terras impróprias para o sustento de construções. Esse crescimento espantoso não foi projetado pelos idealizadores da cidade. Aliás, o tempo dessa observação foi o momento em que a população citadina apresentava grande incremento populacional e, conseqüentemente, ampliava a ocupação espacial. Segundo Ribeiro, planejada inicialmente para 15 mil habitantes e 50 mil em longo prazo, já em 1940 a cidade registrava 18.889 pessoas na área urbana, contingente que em 1950 subiu para 40.333 pessoas, alcançando em 1960 a marca de 133.462 pessoas.⁹⁹

Apesar da presença de mato ralo entre as casas no chão vermelho, fica evidente uma expansão das construções para além da cidade planejada inicialmente. Os vazios ou o mato ralo presentes no romance mostram que isso não foi motivado por abarrotamento dos primeiros bairros da cidade, o que poderia ter sido a razão do surgimento de novos bairros. Ocorreu, sim, pela dinâmica de ocupação territorial desenvolvida pelo Estado, que criou uma segregação espacial¹⁰⁰ impressa desde a forma como implementou a ocupação da cidade ou reagiu às ocupações¹⁰¹, tentando manter o plano inicial da cidade íntegro e longe das interferências que pudessem desfigurá-lo de sua essência primeira. A questão é que não foi possível ignorar por muito tempo as lateralidades dessa essência que, se em algum momento existiu, foi no entretanto da idealização ao início da materialização dessas ideias.

Antes de executar o projeto urbanístico de Goiânia foi preciso montar uma cidade-suporte para abrigar os operários que ergueriam a cidade planejada. Ocorre que a cidade planejada não absorveu esses trabalhadores e a cidade-suporte se estabeleceu às margens. Além disso, o espaço urbano foi cerceado por espaços congêneres marcados por traços desses espaços de lateralidades.¹⁰² Assim se instaurou a segregação espacial na cidade logo no início de sua construção. Aqueles que estavam nessas áreas laterais não optaram por esse distanciamento do espaço planejado, mas foram colocados nelas, pois cabiam no projeto urbanístico somente no período em que o executaram, ou seja, os idealizadores de Goiânia

⁹⁹ RIBEIRO, 2004.

¹⁰⁰ Ronilk (1994, p. 41-42) se refere à segregação espacial da seguinte forma: “É como se a cidade fosse demarcada por cercas, fronteiras imaginárias, que definem o lugar de cada coisa e de cada um dos moradores. [...] A segregação também se expressa através da separação dos locais de trabalho em relação aos locais de moradia”.

¹⁰¹ Ver GONÇALVES, 2002.

¹⁰² Ver GONÇALVES, 2002.

permitiram que os trabalhadores passassem pela cidade, mas não os integraram a ela, apesar de, como revela o romance, ainda existirem espaços vazios.

Essa segregação e esse distanciamento também podem ser observados numa divisão existente na concepção espacial da cidade, expressa numa declaração feita em 1945 por Gercina Borges, esposa do então interventor e principal político que promoveu a construção e mudança da capital do Estado de Goiás para Goiânia, Pedro Ludovico Teixeira. Ela apresenta uma delimitação que coloca a região situada do “lado de lá” das margens do Botafogo para fora das fronteiras da cidade de Goiânia:

Enquanto os vários setores de Goiânia propriamente dita foram delineados obedecendo aos mais modernos princípios da técnica urbana; enquanto as casas que aqui se constroem à risca dos preceitos de higiene e saúde [...] os barracos levantados no bairro Botafogo e na Vila Nova primam pela insalubridade e pela promiscuidade dos seus moradores.¹⁰³

Nesse trecho, Gercina Borges retoma a discussão anterior sobre um núcleo inicial, que se acreditou fisicamente organizado de acordo com as modernas técnicas urbanas, da forma como aparece nas memórias de Joviano: as casas ordenadas num mesmo rumo. Em sua declaração, a esposa do interventor vai além da questão estrutural ao expressar seu pensamento, cingindo essa materialidade com uma imaterialidade vista sob um olhar de diferença. Ela divide a cidade em “Goiânia propriamente dita” e outros espaços subentendidos como uma “Goiânia propriamente não-dita”. Uma das características diferenciadoras seria que, ao contrário das “casas que aqui se constroem à risca dos preceitos de higiene e saúde [...] os barracos levantados [lá] no bairro Botafogo e Vila Nova primam pela insalubridade e pela promiscuidade dos seus moradores” (grifos nossos).

Essas colocações podem ser interpretadas de forma a traçar a segregação socioespacial entre os grupos que pertencem e os que não pertencem à moderna configuração urbana. Gercina se posiciona nesse contexto ao se situar “aqui” e reforça as principais diretrizes da construção de Goiânia, baseadas em aspectos de higiene e saúde e aparentemente seguidas no projeto da “Goiânia propriamente dita”. Já o território colocado à margem, fora das fronteiras do “aqui”, não possui

¹⁰³ BORGES citada por JARY, 2007, p. 103.

essas condições salubres. O romance *Chão vermelho* expõe controvérsias quanto a essa afirmativa que serão abordadas adiante.

Enquanto “na Goiânia propriamente dita”, casas eram “construídas”, além de suas fronteiras, “barracos” eram “levantados”. Essa observação suscita um questionamento: As pessoas que construíam casas para outrem seriam as mesmas que levantavam para si barracos? Alguns relatos dão conta que sim:

Pedreiros, mestre-de-obras, carpinteiros, serventes eletricitas, recrutados pelo capital ou não, vinham em bandos ou sozinhos, de cavalo, de carona, a pé, em busca de trabalho em Goiás, de melhoria das condições de vida, enfim, em busca de riquezas. Portanto, à crescente migração cuja meta era Goiânia, o Estado via-se na contingência de responder à situação construindo alojamentos à margem direita do Córrego Botafogo.¹⁰⁴

O quantitativo desses recrutados, alguns atraídos pelas possibilidades que a nova cidade poderia representar, bem como pelas campanhas produzidas pelo Departamento de Propaganda do Governo de Goiás, atingiu a considerável marca de 4 mil trabalhadores vindos para ajudar a construir a nova cidade.¹⁰⁵

Campos (2001) fala sobre as construções para alojamento dos trabalhadores chegantes e comenta que o argumento oficial para explicar o distanciamento dos operários e a diferença em termos de qualidade de habitação se baseava numa questão puramente econômica alegada pelo Estado.

Surgiram então, em apreciável número, ranchos, barracos e casebres, construídos de madeira e de tábuas, em sua maioria, com cobertura de capim, sem o mínimo de condições higiênicas, verdadeiras favelas que se estendiam pelas margens do córrego Botafogo. Em um relatório, o superintendente das obras assim procura justificar esta situação, conforme transcrição de Geraldo Teixeira Álvares: “... Só o alojamento, para uma população operária que orça em 1.000 pessoas (...), num local inteiramente virgem, onde há 3 anos não existia uma única moradia, - só esta parte, a ser executada de acordo com as exigências mínimas de um padrão moderno e tolerável de vida, exigiria quase tanto quanto se gastou com a totalidade das obras. A maioria dos ranchos operários custou menos de 100 mil réis cada. As casas de madeira, feitas com rapidez sempre para satisfazer necessidade imediata de alojamento do pessoal mais classificado das obras foram feitas com a mais restrita economia e constituem o mínimo abrigo que se poderia tolerar para viver”.¹⁰⁶

¹⁰⁴ BORGES citada por JARY, 2007, p. 103.

¹⁰⁵ CAMPOS, 2001.

¹⁰⁶ CAMPOS, 2001, p. 145.

Esse relato confirma a segregação daqueles que não pertenciam à “Goiânia propriamente dita”, já manifestada na declaração Gercina Borges, que não levou em consideração os meios materiais necessários para que fossem construídas habitações conforme os preceitos de higiene e saúde. Cabe salientar que algumas dessas construções foram feitas pelo Estado, que não adotou as mesmas diretrizes na montagem dos alojamentos para os operários, demonstrando pouca ou nenhuma preocupação com a qualidade de vida dessa população trabalhadora.

Fica nítida a criação de uma fronteira entre aqueles que edificavam suas casas de acordo com as orientações do projeto urbanístico e a classe operária encarregada da construção da cidade e que compôs o grupo pertencente à “Goiânia propriamente não-dita” — metáfora de uma parte não lembrada, esquecida ou apagada pela memória. Isso significa que Goiânia nasceu “da discriminação e da desigualdade.”¹⁰⁷

Quanto às construções feitas pelos operários e habitadas por outrem, somos novamente lançados ao encontro da epígrafe do romance: “E edificarão casas e as habitarão; e plantarão vinhas, e comerão o seu fruto. Não edificarão para que outros habitem; não plantarão para que outros comam.”¹⁰⁸ Fica evidente que os operários construíam casas para outros habitarem e não as habitavam, nem podiam ter habitações equivalentes àquelas que construíam. Essa citação comporta uma ideia que o romance contradiz ao longo da história contada. De um lado, é reconhecida a importância do trabalho, em alguns momentos tido como dádiva e elemento de dignidade humana. De outro, a obra de Brasiliense denuncia a desvalorização do trabalho traduzida pela discriminação sofrida pelos operários que construíram Goiânia. E no meio dessa situação antagônica surge o menino vendedor de pirulitos, que grita já na primeira linha do romance, insinuando a existência de uma rede de comércio informal estimulada pela necessidade de sobrevivência¹⁰⁹. Tudo isso coloca em cheque o texto bíblico posto em epígrafe pelo autor de *Chão vermelho*.

¹⁰⁷ JARY, 2007, p. 104.

¹⁰⁸ BRASILIENSE, 2002, p. 41.

¹⁰⁹ - Piruliiiito! Piruliiiito!...

Binduca apareceu à porta, onde o pai se encontrava. O piruliteiro parou, firmou a haste do tabuleiro e ajeitou o saco de garrafas vazias que trazia ao ombro.

- Tu não tem garrafa vazia para trocar?

- Já troquei tudo, pai.

Joviano deu uma moeda ao filho.

O fenômeno de segregação é também observado pelo olhar atento de Joviano: “Cada semana a cidade mudava de feição, esparramava-se para todos os lados, escorraçando gente pobre do centro”¹¹⁰. Diante do incremento populacional da cidade, seguido pelo crescimento da ocupação territorial, as pessoas menos abastadas não cabiam mais naquele espaço privilegiado, sendo então cada vez mais postas para a periferia. Aumentavam assim as dificuldades dos moradores dessas zonas periféricas que, em sua grande maioria, trabalhavam nas áreas centrais como operários da construção civil.

Uma dessas dificuldades é narrada no trecho em que um médico da cidade, Dr. Ferreira, retornando pela manhã de um bairro que estava do lado de lá do Botafogo, observou que, no caminho para o trabalho, os operários faziam o trajeto no mesmo sentido que ele, sendo que “poucos operários andavam de bicicletas e tinham que sair muito cedo de casa para chegar nas construções no horário certo.”¹¹¹. A cena do romance se repete nos dias contemporâneos, sob novas configurações e novas divisões territoriais estratificadas.

A narrativa do romance prossegue, tratando de um ponto que remete à origem da cidade:

Pouca gente conhecia a verdadeira história da mudança da capital para Goiânia, num pedaço de chão considerado sem serventia. Tinha conhecimento apenas dos bate-bocas na Assembléia, antes de ser esbandalhada pela ditadura. Lorotas de jornais, patranhas de politiqueiros. Do serviço duro mesmo só davam notícia os pioneiros. Ele, [Joviano] ali sentado na soleira de um caritó, conhecia tudo, desde o começo do Palácio, batizado com um nome bonito. Muita gente dizia que aquela confusão de paus e tábuas, antes de surgir o esqueleto do prédio, se transformaria em ninho de seriema, porque era coisa de doido a mudança. As casas de tábua, onde o governo assinara decretos de zungu, haviam desaparecido.¹¹²

Está aí assentada a discussão acerca de quem efetivamente construiu a cidade. Joviano destaca o fazer, no sentido de levantar, dia a dia, paredes e alicerces, como resultado do serviço duro dos pioneiros. De certa forma, faz uma divisão de lados que se defrontam, ou seja, aqueles que se diziam construtores com aqueles que efetivamente construíram a cidade. Enquanto uns se dedicavam à

- Compra pra ti e leva um pra tua mãe, ela gosta disso.

- Pirulito desse minino tem limão. (BRASILIENSE, 2002, p. 43).

¹¹⁰ BRASILIENSE, 2002, p. 44.

¹¹¹ BRASILIENSE, 2002, p. 152.

¹¹² BRASILIENSE, 2002, p. 43.

politicagem, outros trabalhavam. Não percebo uma crítica ao fato de ser construtor da cidade, mas sim uma reivindicação do reconhecimento como efetivo construtor na memória sobre a cidade. Espero que este trabalho, ao tentar captar essas sensibilidades, contribua para que novas reflexões sobre o tema sejam produzidas.

Interessam agora os apontamentos sobre a mudança da capital para Goiânia, evocada no romance. Apesar das construções terem iniciado em 1933, somente em 1937 ocorreu a transferência oficial da capital do Estado da Cidade de Goiás para a recém-construída Goiânia, sendo que a inauguração ou batismo cultural aconteceu em 1942.¹¹³ Esse intervalo foi marcado por intensos debates políticos entre os favoráveis pela mudança e os que não concordavam com ela.¹¹⁴

A crítica ao lugar ressoa no romance quando se discute como a capital pode ter sido transferida para um chão sem serventia. Cabe ressaltar que havia uma verdadeira história sobre a mudança que pouca gente conhecia.¹¹⁵ Ao tomar conhecimento disso, o narrador mostra saber o que sua personagem não sabe. Mas esse não saber não é angustiante. Não incomoda e nem interessa a Joviano entender essa história envolvendo políticos. E os pensamentos do narrador se cruzam com os do personagem; para um existe uma verdade na história da mudança e para outro não há interesse pelas lorotas que cercam o assunto. Ao mesmo tempo em que um não acredita que exista uma verdade, o outro crê ser conhecedor dela.

O fato é que tal verdade não é contada, provocando no leitor a sensação – agora angustiante – de estar, como Joviano, entre os que não conhecem a verdadeira história. Mas, afinal, qual é a história? – pergunta o leitor. Acredito que esse desconhecimento foi em certa medida alimentado pelo poder político com a intenção de evitar polêmicas sobre o projeto da nova capital e apagar os rastros de um outro momento histórico. Mas a questão é que nem todos os vestígios foram apagados; muitos deles continuaram presentes na memória dos goianos e outros se revelaram na literatura. *Chão vermelho* é exemplo disso. Podemos nos questionar se de fato existia uma verdadeira história sobre a mudança ou se é possível reconhecer múltiplas verdades históricas. O romance, quando traz a multiplicidade

¹¹³ BOTELHO, 2002.

¹¹⁴ ARRAIS, 2003.

¹¹⁵ Alguns trabalhos acadêmicos refletem sobre o tema, ainda não totalmente esgotado, que é o da escolha de Goiânia como local para construção da nova capital do Estado de Goiás: Abreu (2007), Arrais (2008), Mendonça (2009), Oliveira (1999), Ribeiro (2004).

de posicionamentos sobre a mudança, indica que pode haver mais de uma verdade histórica, ou melhor dizendo, interpretações históricas.

Importa aqui destacar algumas interpretações possíveis a partir da leitura do romance e da análise de suas personagens, com ênfase nos diferentes posicionamentos em relação à nova capital. Nesse cenário, aparece a figura do operário da construção que decide ignorar o debate em torno dos motivos de estar ali, transformando esqueletos de tábuas em prédios com nomes bonitos – não pronunciados, mas bonitos. Ele simplesmente não se interessa pelo assunto; seu único interesse é saber aonde será o próximo trabalho. Por isso não se pode incluir casos como esse num contexto de discussões polarizadas entre mudancistas e não-mudancistas.

O romance traz outras perspectivas em torno desse debate. Enquanto algumas pessoas nem sequer discutiam o assunto, outras, como Terêncio, eram defensores da mudança.

Outro que não gostava de ouvir falar que era trabalho perdido a mudança era Terêncio. Não tinha cara para gracejos. Por qualquer coisa soltava um palavrão. Um dia xingou a mãe de um cavaleiro que se dirigia para Trindade, só por causa de algumas observações irônicas a respeito do zungu. Por pouco não foram aos tapas.¹¹⁶

Esse episódio coloca em cena alguém alheio a toda a movimentação da cidade e que não tinha interesse algum pela questão, mesmo porque estava só de passagem. O cavaleiro falou sobre o zungu, que de fato chamava a atenção naquele momento, mas sua participação na história ficou restrita a esse comentário. Já Terêncio era um dos operários envolvidos na construção de Goiânia, porém não estava diretamente ligado ao projeto político de mudança da capital.

Enquanto isso, o servente de pedreiro Fernando resolveu deixar a cidade de Goiânia, insatisfeito com o tratamento, segundo ele desrespeitoso, que lhe era dado pelos pedreiros, como declarou em conversa com Joviano:

- Olha, Jove, vou-me embora. Me dano à-toa, e acabo é quebrando a cara de um pedreiro desses qualquer dia, inda mais o Tiburtino. Moro dibaixo do chapéu mesmo, não tenho diabo de mulher para me trapalhar a vida, nem filho. Ora, já se viu como ele debocha de servente? É só toda hora gritando: Quero massa, mole! Bota mais água no barro, nossa amizade! Prego de pedreiro é água!

¹¹⁶ BRASILIENSE, 2002, p. 44.

Fernando terminara com tristeza.
- Ora, a gente então não tem nome? É traste do lixo? Não agüento.
Vou-me embora sinão faço sujeira.¹¹⁷

Os pensamentos de Terêncio e Fernando representam duas visões totalmente distintas. O não estabelecimento de Fernando na cidade não foi uma reação contrária à mudança da capital; aconteceu como recusa ao *modus vivendi* instalado na cidade e à subordinação a pessoas que não o tratavam de modo digno. Ao desabafar com Joviano, revelou que se sentia um lixo ao ser menosprezado por outro operário da construção da cidade e por isso resolveu abandonar o trabalho e a cidade e partir em busca de uma nova utopia.

Para muitas pessoas, vindas de lugares diversos, Goiânia se apresentava como uma utopia, como possibilidade de lugar ideal para se estabelecer e melhorar de vida. Joviano se estabeleceu. Vários outros se estabeleceram. Não se tornaram lixo, mas muitas vezes sentiram repugnância por esse ambiente de contradições, onde o humano era duramente posto à prova. Os destinos de Fernando e Terêncio foram diferentes. O primeiro tomara o rumo do garimpo, lugar que, marcado pela experiência da liminaridade¹¹⁸, é por ele considerado, naquele momento, melhor do que a cidade. O destino de Terêncio foi a morte:

Terêncio havia morrido de febre braba, em poucos dias, com o corpo cheio de manchas roxas, os olhos vesgos minando pus, num desespero de unhar as paredes. Os médicos disseram que era tifo vindo de água sem asseio. Agora tinha um filtro em casa. Achava que o maquinismo estragava o gosto da água, tirava até a sustança dela. Nas construções os trabalhadores bebiam na mão, emborcados por cima dos registros. O filtro era um luxo de casa. Tifo? Terêncio havia morrido era de danação no serviço, cozinhando no sol e constipado na chuva.¹¹⁹

Nesse trecho, a literatura novamente mostra sua riqueza como fonte de percepção das sensibilidades humanas em determinado momento. Não se pode determinar com certeza se a morte de Terêncio ocorreu por causa do tifo¹²⁰ ou por

¹¹⁷ BRASILIENSE, 2002, p. 44.

¹¹⁸ MARTINS, 1997.

¹¹⁹ BRASILIENSE, 2002, p. 44-45.

¹²⁰ O tifo pode designar uma série de doenças infecciosas agudas, causadas por bactérias rickettsias e caracterizadas por dores de cabeça, calafrio, febre, dor no corpo e nas articulações, manchas vermelhas e toxemia (substâncias tóxicas no sangue), que duram cerca de duas ou três semanas. Epidemias da doença quase sempre estão relacionadas a fatores de ordem social, como falta de higiene e pobreza extrema, razão pela qual são comuns em períodos de guerra e escassez de água, campos de refugiados, prisões, campos de concentração e navios. (RAMOS, 2009).

danação no serviço. Ambas as hipóteses são plausíveis, mas o narrador, atendo-se à exploração do trabalho humano, contesta a causa apontada pelos médicos sob o argumento de que outros trabalhadores bebiam da mesma água e não morreram. Como contraponto, nem todos morriam por danação no trabalho. Talvez, nesse sentido, a morte de Terêncio possa ser entendida como circunstância extrema da sua decisão de, ao contrário de Fernando, insistir na construção de uma Goiânia utópica como uma questão de vida e morte.

Aspecto interessante a ser considerado diz respeito ao consumo de água contaminada, substância apontada como provocadora de malefícios à saúde. O fato de haver filtro na casa de Joviano não significa que nas construções foram implantados mecanismos para lidar com esse risco, ao qual estavam expostos os trabalhadores, parte deles proveniente do Nordeste, região onde as condições sanitárias eram também precárias.

Por ali se abrigavam bandos de nordestinos que chegavam para a aventura da nova cidade. Alguns encontravam trabalho nas construções, na Usina do Rochedo, na limpeza de quintais, nas lenharias. Os rapazes sadios pegavam logo farda. Algumas velhas e meninos pedinchavam pelas ruas, açulando o exibicionismo dos esmoleres. As mocinhas empregavam-se em casas de família.¹²¹

A força de trabalho desse grupo de migrantes descrita por Brasiliense era direcionada geralmente para posições subalternas, de acordo com as condições físicas, etárias e de gênero. A presença desse contingente de operários permite ao romance salientar as diferentes percepções acerca da construção da cidade, principalmente no que se refere à heterogeneidade de ideias e sensibilidades. Sendo um ambiente marcado por ambivalências, a cidade é campo de relações sociais nada homogêneas. A ambivalência, segundo Bauman, é uma “possibilidade de conferir a um objeto ou evento mais de uma categoria”¹²²; em outras palavras, representa a incapacidade de conferir a determinado objeto ou evento uma definição única.

Ao optar pela cidade como objeto de estudo, defronto-me com essa realidade ambivalente, passível de ser detectada na individualidade e na subjetividade das personagens do romance que experimentam várias angústias numa cidade em

¹²¹ BRASILIENSE, 2002, p. 51.

¹²² BAUMAN, 1999, p. 9.

construção. Nesse universo a ser desbravado, as pessoas vivem muitos impasses particulares e outros tantos coletivos. Elas se articulam em torno de propósitos comuns, mas essa integração não é sinônimo de homogeneidade, pois se manifestam diferentes papéis sociais e interesses complementares, superpostos ou conflitantes. Assim Goiânia foi sendo construída, a partir da ação de diferentes atores individuais e coletivos, nem sempre agindo e reagindo em bases plurais.

Nessa construção e dentro dessa multiplicidade existiam fronteiras estabelecidas. Fronteiras que segregavam socialmente e economicamente os viventes da cidade de Goiânia. Noto que Brasiliense, ao representar a cidade de Goiânia e suas sociabilidades por meio do romance *Chão vermelho*, desejou apresentar esse caráter de diferença social. Tanto é que a epígrafe e as discussões desenvolvidas em sua narrativa explicitam essa intenção subjacente. Assim, sigo adiante, como nos instiga Brasiliense, assuntando e interpretando Goiânia representada por suas personagens e narrativas, a fim de compreender melhor esta cidade sob a perspectiva de uma sensibilidade literária.

CAPÍTULO II – VISÕES SOBRE O MUNDO DO TRABALHO

2.1 Visões sobre o trabalho

Alguns temas que permeiam a escrita de Eli Brasiense merecem espaço nesta dissertação, entre eles o trabalho, abordado a partir de diferentes pontos de vista. Trato a seguir das representações acerca do trabalho apresentadas pelo romance. Cabe aqui apontar a atmosfera capitalista da cidade de Goiânia para analisar as contradições sociais reveladas na obra. O trecho a seguir mostra um dos caminhos de análise que podem ser trilhados em *Chão vermelho*:

- Morra o bucho e viva o luxo!
- O exibicionismo está matando o aproveitamento na maioria de nossas escolas.
- É melhor a gente começar de baixo. Fui engraxate, você sabe. Você veio da lavoura e está progredindo. Muitos começam do alto...
- E terminam como frutos que apodrecem antes de amadurecer.¹²³

Por meio dessas falas, o autor faz uma contundente crítica à ostentação de riqueza e ao exibicionismo. Colocando palavras no discurso do personagem Toninho, Eli Brasiense condena o comportamento esnobe daqueles que, presos a superficiadades, colocam a educação em segundo plano e muitas vezes sacrificam até o atendimento a necessidades primárias. A frase “Morra o bucho e viva o luxo!” expressa isso de maneira enfática. E a crítica se dirige também às autoridades, aos políticos, aos governantes que gastam fortunas para sustentar seu luxo, enquanto a comunidade carece de recursos para fazer valer direitos básicos, como alimentação, moradia, saúde e educação.

O discurso de *Chão vermelho* valoriza o trabalho e enaltece a luta para vencer dia a dia as dificuldades, a fim de alcançar sucesso nesse mundo. É esse o caminho desenhado por Toninho, que deseja se tornar médico e cidadão de valor. Para isso, ele precisa dedicar-se e conquistar espaço para crescer, tal qual uma árvore que fortalece suas raízes para dar sustentação ao caule e possibilitar a

¹²³ BRASILIENSE, 2002, p. 124.

formação de galhos, folhas e bons frutos. “É melhor a gente começar de baixo”, assevera o personagem, ressaltando que “muitos começam do alto e terminam como frutos que apodrecem antes de amadurecer”.

Assim como Toninho, muita gente começou de baixo no processo de construção de Goiânia, mas nem todos se dispuseram a cozinhar sob o sol ou a se expor à danação do serviço como Terêncio. O olhar desconfiado de Joviano sobre aqueles que não eram queimados pelo sol enquanto trabalhavam dá força ao argumento. Ele pergunta a Joaquim: “Em São Paulo nunca havia sol para queimar a pele de gente que trabalhava? Os olhos de Taquari corriam água por causa de danação ou era manha de vigarista?”¹²⁴

Joaquim vinha de São Paulo, com dinheiro no bolso, mas com um mistério sobre seu passado que começava a se revelar naquele momento:

O outro baixou a cabeça e a voz lhe veio sem força.
- Eu tava pedindo esmola, Jove.
- Joaquim?!
- Esmoreci por lá, não tava dando conta nem da bóia.
Fui pro Viaduto do Chá fingindo de aleijado. Ali passa muita gente.
Depois das cinco hora é formigueiro e ninguém repara nada. Quem tem miúdo vai dando sem olhar a cara de quem pede.¹²⁵

Joaquim admitia estar fazendo algo considerado errado por Joviano e já se redimia perante o amigo. Abaixou a cabeça antes de confessar seus atos, pois lhe faltava coragem para olhar nos olhos de Joviano, a quem, antes dessa conversa, havia pedido que lhe comprasse uma cachaça para beber, e mais uma. A atitude revelada por Joaquim — fingir-se de aleijado e se perder no meio da multidão de São Paulo — é condenável aos olhos de Joviano e de sua família. Com esse relato, o romance provoca reflexão sobre o cotidiano da cidade grande, sobre uma multidão que não se olha, não se observa. Assim o autor descreve São Paulo: um turbilhão de gente que não assunta a cidade, ao contrário de Joviano que, no início e no decorrer de todo o romance, observa e reflete sobre o que se passa à sua volta. As pessoas que passam e jogam seus miúdos para Joaquim se sentem benevolentes, fingem ser pessoas preocupadas com o próximo, mas sequer lançam um olhar para o homem que recolhe os trocados deixados como esmola. Mas não são somente

¹²⁴ BRASILIENSE, 2002, p. 136.

¹²⁵ BRASILIENSE, 2002, p. 139.

elas a fingir; também Joaquim era um fingidor por trás da máscara de aleijado. Cada qual com seus fingimentos.

- Queria que tu guardasse o dinheiro pra mim.
 - Não pego nesse cobre, Joaquim. Aqui em casa ninguém pega. Pode tocar fogo nele se quiser. Vem pra cá, traz Xandoca, aqui tem muito serviço. Agasalho a gente arruma pra tu trabalhar.
 - Esse mundo tá podre, Jove.
 - Tu foi quem apodreceu. Dá valor na tua pessoa, Joaquim. Malandro é traste.
 - Acho que não tem mais esperança pra gente pobre não, Jove.
 - Tem muita esperança, Joaquim. Esperança é o que não falta. [...]
 - Me perdoe, comadre!
 - Deixa de choradeira, homem! Tu virou um merda. Traz Xandoca pra cá, aqui tem trabalho pra gente que preste.
 - A culpa foi de minha pobreza, comadre.
 - Malandragem, Joaquim.
- Ela falava séria, um ar de repreensão no rosto. Joviano pegou a mão mole que Joaquim lhe apresentou, em silêncio, e acompanhou-o até a porta. Depois que o vulto dele sumiu-se na madrugada fria Joviano desabafou, com uma cusparada no meio da Rua.
- Traste!¹²⁶

No início do encontro desses dois personagens, Joviano se confunde e identifica o outro como Taquari e Quincas — apelidos de velhos tempos com os quais tratava Joaquim — mas em seguida elimina a dúvida: aquele homem ali presente não era mais Taquari ou Quincas, não passava de Joaquim, que portava um dinheiro impuro. Mesmo assim a família de Joviano se dispôs a ajudá-lo, propondo que ele se integrasse a uma dinâmica considerada correta de vida e que começaria com trabalhar, encontrar um serviço. Afinal, na cidade “não faltava trabalho pra gente que preste”. Joaquim condena o mundo por tê-lo conduzido a essa situação de entrega ao fingimento, dizendo haver se igualado ao mundo, um mundo podre. A frase “Aqui tem muito serviço” soa como um resquício de esperança de haver um lugar onde não tenha penetrado essa podridão humana. “Tem muita esperança, Joaquim. Esperança é o que não falta”, insiste Joviano. Bastava seguir o caminho indicado como correto.

Apesar das mensagens otimistas do amigo, Joaquim continuou com seu discurso desesperançoso. Atribui seu estado deplorável à pobreza e a insistência nessa crença desencoraja Joviano de convencer o outro a mudar de vida. A cena deixa claro que aquela casa era um lugar do trabalho. Pessoas que não se inseriam

¹²⁶ BRASILIENSE, 2002, p. 140.

nesse pensamento não cabiam ali e, por isso, Joviano conduz seu amigo, que definitivamente não existia mais, senão em sua memória de tempos outros, para a rua. Não passava agora de um traste, tal como a podridão humana. O mundo podia ser podre e Joaquim estava do lado de lá dessa podridão, e não do lado de cá, onde havia ainda uma esperança no humano, sustentada pelo trabalho. Após a saída de Joaquim, as reflexões de Joviano se achegam:

Uma noite perdida? Não, de muito proveito. Joaquim lhe viera trazer a certeza de que o trabalho era abençoado. Malandragem sempre dava naquela tristeza, uma agonia sem jeito, quando não abria atalhos para a cadeia. Juventino? Que esperasse o giro do mundo. Ele e mais outros traficantes que queriam ser donos da cidade, como galos em terreiro pequeno. Dinheiro mal ganho, juro de mais de vinte por cento, ladroeira grossa. Nada como o giro do mundo. Casa ia para hipoteca, roupa bonita virava trapo, sapato lustroso virava tareco. Até carro de muito luxo ficava feito ferrugem. Sobrava o homem. Juventino era homem? Companheiro de Joaquim, finório metido na sociedade, dando bicadas de urubu em inventários para arrastar terra de grilo para as suas posses. Sancho era velho e doente, mas um homem. Trabalhava, não pedia esmolas. Quando não podia estar no serviço pedia dinheiro emprestado e pagava tudo direitinho. Tinha gosto pela vida, pelo trabalho, apreciava espalhar alegria, falava acertado. Juventino era calado mas o diabo cochichava nos ouvidos dele para fazer ruindade. Deveria achar muita graça nos seus divertimentos de juros, nas suas façanhas de comprar ganhame de funcionário. Joca também era traste. Sócio de vigarista de romaria, marreteiro de farda. Ferreira era ouro fino, mesmo que não fosse seu genro. Um traste como Juventino deveria lavar a boca para falar no nome de Ferreira.¹²⁷

Assim como seus constantes exercícios de recorrer ao passado para afirmar atitudes ou situações no presente, a conversa com Joaquim, que ocorre no presente da narrativa, certamente seria incorporada às experiências formadoras da identidade de Joviano, porque, como ele bem reconheceu, fora um encontro “de muito proveito”. Essa experiência serviu para afirmar um pensamento já internalizado por Joviano, qual seja a importância do trabalho e a “certeza de que o trabalho era abençoado”. Joaquim se tornara um malandro, um traste, tal qual Juventino. Ambos receberiam as contas do “giro do mundo”. Infere-se que se o trabalho é abençoado, seu contrário pode ser visto como condenação. Afinal, remete à imagem do diabo como que assoprando aos ouvidos de Juventino e se gabando em ver as atitudes questionáveis deste. Bastava aguardar que o mundo trataria de lidar com essa

¹²⁷ BRASILIENSE, 2002, p. 141.

atitude que fugia à realidade humana: “Gente espertalhona era como foguete de rabo, muito barulho na subida mas não ia longe e nem sempre deixava vintém para netos.”¹²⁸

Joviano fala sobre Juventino. A pouca diferença sonora dos nomes pode ser percebida não como um efeito sinônimo, mas sim como tentativa de causar efeito de aproximação para revelar o contrário, isto é, para que soem como antônimos. Esse é um traço marcante da narrativa, que estabelece comparações entre o tipo ideal de homem e os tipos condenáveis. O romance coloca, de um lado, Joviano, Sancho e Ferreira, e do outro, pessoas como Juventino, Joaquim e Joca. Nesse momento, os juízos de valor sobre Juventino ajudam a conhecer um tipo social presente nas memórias da cidade. Ele comprava salários de operários, cobrando juros de até vinte por cento, numa prática de agiotagem que recaía sobre os operários da construção civil.

Os salários não eram pagos imediatamente. Os trabalhadores recebiam compromissos de pagamento (vales) pelo serviço com disponibilização do dinheiro programada para até três meses depois de sua emissão. Como as necessidades dos operários não podiam aguardar, muitos deles negociavam os vales e pagavam os juros cobrados por tal empréstimo, o que resultava em redução de ganhos para eles e lucro para os agiotas. Como se não bastasse a exploração feita pelos patrões, os trabalhadores se submetiam à exploração de outra figura, personificada em Juventino. Quanto ao sistema de vales, Bernardes explica:

O sistema de vales também denominado autorizações de pagamentos, pode ser definido como uma espécie de dinheiro com que o estado pagava aos trabalhadores e que circulava na cidade (e em Campinas) sendo recebido pelos comerciantes com desconto de 20, 30 e até 40 por cento, devendo depois ser resgatados pela Diretoria da Fazenda Estadual. Este provavelmente constitui uma das mais eficientes formas de expropriação do trabalhador nesta época, uma vez que passou a funcionar como um tipo de moeda paralela à moeda oficial, com um alto grau de liquidez no mercado, pois esses eram descontados (os vales) junto aos comerciantes e agiotas particulares imediatamente após o recebimento.¹²⁹

Retornando a Joviano, o narrador exterioriza a valorização atribuída por ele ao trabalho e a forma com que o encara: “Sua religião era o trabalho, onde a

¹²⁸ BRASILIENSE, 2002, p. 142.

¹²⁹ BERNARDES, 1989, p. 101.

velhacaria era o pecado maior. Considerava o trabalho uma espécie de escada de Jacó por onde chegaria aos pés de Deus.”¹³⁰ Aqui me aproximo de uma interpretação relacionada com a religião. Encontro em Max Weber algumas considerações que se aproximam do pensamento expresso no romance. Weber, ao discutir a ética protestante¹³¹ e o espírito do capitalismo, apresenta o modo que os puritanos concebiam a religião e o trabalho. Não caberia dizer, por exemplo, que Joviano seja um puritano ou mesmo protestante, até porque os indícios apresentados no romance não permitem inferir qual seria a religião das personagens ou mesmo se teriam uma. Talvez fique mais claro um sincretismo em personagens como Dona Fia, que pratica rituais como simpatias, e também é devota e tem fé nos santos. Entrementes, muitas dessas concepções se associam à ética protestante. Um deles, por exemplo, seria a condenação de Joviano por Joaquim não trabalhar e se entregar à mendicância. Assim, Weber explica como os puritanos concebiam riqueza, trabalho e mendicância:

Assim, a riqueza seria eticamente má apenas na medida em que venha a ser uma tentação para um gozo da vida no ócio e no pecado, e sua aquisição seria ruim só quando obtida com o propósito posterior de uma vida folgada e despreocupada. Mas, como desempenho do próprio dever na vocação, não só é permissível moralmente, como realmente recomendada. A parábola do servo que foi rejeitado pelo senhor, por não ter feito frutificar o talento que lhe fora confiado, parece afirmá-lo claramente. Querer ser pobre era [...] o mesmo que querer ser doente; era reprovável em relação à glorificação do trabalho e derogatório quanto à glória de Deus. Especialmente a mendicância por parte dos que estão aptos para o trabalho não é apenas um pecado de indolência, mas também uma violação, segundo as próprias palavras do apóstolo, do dever de irmandade.¹³²

Nota-se assim que os puritanos, tal qual Joviano, condenariam a atitude de Joaquim, que mereceu ouvir de Joviano a adjetivação que ele deu em diversos momentos para aqueles que agiam da forma que condenava: traste. O trabalho era considerado como a finalidade da vida e valia incondicionalmente para todos¹³³.

¹³⁰ BRASILIENSE, 2002, p. 210.

¹³¹ Conforme Netto et al. (1986), a expressão “ética protestante” recebeu seu atual significado de Max Weber, que fez a conexão entre as condições sob as quais o capitalismo tinha se desenvolvido na Europa e as características psicológicas da personalidade protestante, principalmente o desdobramento calvinista do movimento iniciado por Martinho Lutero, que dotou a virtude de vocação religiosa ao trabalho secular, ou seja, o trabalho como a virtude do homem.

¹³² WEBER, 2001, p. 127.

¹³³ WEBER, 2001, p. 124-125.

Weber se vale de Richard Baxter, um autor da ética puritana, para explicar sobre essa finalidade divina do trabalho e quem deve cumpri-la:

Tais objeções ao dever de trabalhar não só deixam de ter importância para Baxter, como ele frisa enfaticamente que a riqueza não exime quem quer que seja do mandamento incondicional. Mesmo o rico não deve comer sem trabalhar, pois, mesmo que não precise disso para sustentar suas próprias necessidades, há o mandamento de Deus a que tanto ele quanto o pobre deve obedecer. Para todos, sem exceção, a Providência divina reservou uma vocação que deve ser reconhecida e exercida. E esta vocação não é, como para os luteranos, um estudo ao qual deva se submeter e sair-se o melhor possível, mas um mandamento de Deus ao indivíduo para que trabalhe para a glória divina. Essa diferença, aparentemente o maior desenvolvimento dessa interpretação providencial da ordem econômica que começou com a Escolástica.¹³⁴

Não considero que o romance siga integralmente tais concepções. Como diversas questões tratadas em *Chão vermelho*, as noções sobre trabalho também são múltiplas. Além disso, outras características da ética protestante não são incorporadas no romance, como por exemplo, o fato de pensar o homem apenas como um fiduciário de bens, conforme explicado por Weber:

O homem é apenas o fiduciário dos bens que lhe foram entregues pela graça de Deus. Ele deve, como servo da parábola, prestar contas até o último centavo do que lhe foi confiado, e seria no mínimo perigoso gastar qualquer deles por qualquer propósito que não servisse à glória de Deus, mas apenas ao próprio prazer.¹³⁵

Observo então uma proximidade entre alguns aspectos apresentados pelo romance e a ética protestante com relação ao trabalho. Sob outro viés, Weber destaca de que forma tal concepção do trabalho foi útil ao capitalismo no que tange ao lugar do trabalhador:

¹³⁴ WEBER, 2001, p. 125.

¹³⁵ WEBER, 2001, p. 132.

Toda a literatura ascética de quase todas as seitas está saturada da idéia de que o trabalho fiel, mesmo com baixos salários por parte daqueles cuja vida não lhes ofereça outras oportunidades, é algo sumamente agradável a Deus. Nesse sentido, a ascese protestante em si não acrescentou nada de novo. Mas ela não apenas aprofundou poderosamente essa idéia, como também criou a força que foi, sozinha, decisiva para sua eficiência: a sanção psicológica mediante o conceito de trabalho como vocação, o melhor meio e, muitas vezes o único, de obter a certeza da graça. E, por outro lado, legalizou a exploração desta vontade específica de trabalhar, interpretando também a atividade empresarial como vocação. Está óbvio quão poderosamente a busca exclusiva do Reino de Deus pelo preenchimento do próprio dever vocacional, pelo estrito ascetismo imposto naturalmente pela disciplina da Igreja especialmente entre as classes despossuídas, afetaria a produtividade do trabalho, no sentido capitalista da palavra. A visão do trabalho como vocação tornou-se uma característica do trabalhador moderno, assim como a correspondente atitude diante da aquisição por parte do empresário.¹³⁶

Feitas essas considerações acerca da proximidade entre algumas concepções presentes no romance com as formulações de Weber, considero que, em síntese, uma ideia percorre todo o romance: o trabalho é uma atividade que dignifica o homem e é desejo de Deus, expresso no trecho da epígrafe, que diz para que os homens edifiquem para si as construções e as habitem, que comam o fruto de suas próprias plantações. Entretanto, esse trabalho não deve se direcionar ao luxo ou aos supérfluos, sob pena de serem os homens castigados. Tal exemplo se mostra na condenação e no castigo divino dirigido aos homens que tentaram alcançar Deus e construir, com seu trabalho, uma torre que pudesse atingir os céus e o criador para satisfação de seus egos. Dessa forma, na perspectiva de Joviano, o trabalho era visto como componente da humanidade, mas o seu desvirtuamento, seja pela exploração do outro ou pela ostentação egóica, significava desobedecer aos preceitos divinos, como fizeram aqueles que construíram Babel.

Essa contradição se manifesta em todo o romance. O autor traz ao leitor a problemática da exploração e do direcionamento do trabalho humano. Diferentemente de Joaquim, que não quis acreditar na esperança e nas possibilidades de trabalho que a cidade oferecia, Marcelo assumiu atividades em Goiânia, após se recuperar dos machucados sofridos durante o episódio em que foi expulso de suas terras.

¹³⁶ WEBER, 2001, p. 138.

Marcelo, depois de ficar bom, encontrou apoio no machado e na enxada. Desde menino eram seus instrumentos de trabalho, manejava-os com satisfação. Capinava quintais, rachava lenha, tinha uma diária que lhe garantia o aluguel de uma choça no bairro e sustento para a família. O casebre pertencia a um homem engravatado, morador no centro. Agora já não era mais um molambo na casa do compadre, sentia-se forte, disposto para o trabalho.¹³⁷

Marcelo se sentia digno, pois trabalhava e não dependia mais de outros. Agora eram os outros que dependiam de sua força de trabalho e em contrapartida pagavam a ele por atividades que garantia o sustento para sua família e o aluguel de uma choça. Era uma questão de sobrevivência e de dignidade, mesmo exercendo uma função subalterna.

Joviano queria que seu filho Toninho se tornasse um cidadão de valor, que estudasse e fugisse dessas colocações subalternas. Entretanto, o romance permite inferir que era preciso ultrapassar as fronteiras da cidade, pois ali não havia condições para isso acontecer.

- No ano que vem vou pro Rio fazer o vestibular de medicina, se Deus quiser.
- Dinheiro pra tua passagem ta na Caixa Econômica. Tem também pra uns tempo de gasto até tu firmar o pé por lá. Tu é quem escolhe o lugar.¹³⁸

Para Alfredo, tomar novos rumos já não era um desejo. Ele fora para além das fronteiras da cidade a fim de alcançar sucesso na vida. Havia se formado como técnico de aparelhos elétricos em Goiânia — qualificação essencialmente teórica, já que a falta de energia elétrica era constante na cidade.

Alfredo se estabeleceu em São Paulo e de lá mandou para Toninho uma carta, que serve de paralelo às supostas verdades generalizantes de Joaquim que anunciavam podridão na cidade de São Paulo:

¹³⁷ BRASILIENSE, 2002, p. 166.

¹³⁸ BRASILIENSE, 2002, p. 145.

Não concordo com os ingleses, quando dizem que tempo é dinheiro. Não. Para mim tempo é sabedoria, porque as horas que dedicamos ao trabalho são pura rotina, obrigação imposta pelo estômago. Os momentos que roubamos das diversões, bobas (falo das futilidades em que se chafurdam os ricos), empregando-os na aquisição de novos conhecimentos, significam sabedoria. [...] Há quase dois anos trabalho numa fábrica de aparelhos elétricos, ganho o suficiente para me manter e estudar. [...] Já fiz o primeiro científico e emboquei no segundo, agarrado nos livros à noite, porque durante o dia é a fábrica, monstro que precisa do tempo de que falam os ingleses. [...] Estou muito satisfeito agora. Leio muito e bons autores. [...] A noite é uma grande amiga do operário que estuda, meu velho. Para o farrista, os milionários que perdem o que roubam, pelos cassinos e boates, para os malfeitores, a noite é uma espécie de tirana. Essa gente é escrava da noite. Aqueles que estudam e investigam estão construindo as “mais bonitas” auroras para o amanhã.¹³⁹

Na carta, Alfredo coloca suas reflexões sobre os desdobramentos da vida na cidade grande, além de apresentar uma percepção sobre o trabalho que se esquia da visão quase ascética presente até então no romance. Ao falar dos ingleses, o personagem faz alusão ao sistema capitalista, que se firmou com a revolução industrial iniciada na Inglaterra. De pronto, ele se posiciona no debate sobre o princípio capitalista de que tempo é dinheiro e não concorda, afirmando que existem coisas melhores para se ocupar o tempo. Ele é enfático: tempo é sabedoria e o trabalho é uma rotina desumanizante, como denuncia o filme “Tempos modernos” de Charles Chaplin – obra apreciada por Eli Brasiliense.

“Tempos modernos” é ambientado numa grande fábrica, onde um operário, Carlitos, desempenha o trabalho repetitivo de apertar parafusos. De tanto repetir a atividade, acaba enlouquecendo. Nas fábricas das metrópoles brasileiras, como no cinema, os parafusos tinham que ser apertados incessantemente. E Alfredo vivia isso. As razões para fazer algo repetitivo e não desejado são as necessidades do estômago que não podem ser saciadas pela sabedoria. O personagem critica as futilidades dos ricos que despendem seu tempo em jogos e farras, gastando o dinheiro geralmente obtido com exploração capitalista dos trabalhadores. A fábrica é vista como “o monstro que precisa do tempo de que falam os ingleses”. São monstros as indústrias controladas por milionários que fazem sua fortuna com base na mais-valia.

¹³⁹ BRASILIENSE, 2002, p. 207-208.

Para Alfredo, existe a possibilidade de um futuro melhor, quando haverá tempo para a leitura — ele tem lido grandes autores — e espaço para a sabedoria. Segundo ele, “aqueles que estudam e investigam estão construindo as mais bonitas auroras para o amanhã”. O presente está dado e talvez não possa ser modificado, mas o futuro, o amanhã, é prenhe de mudanças. Alfredo vislumbra uma nova aurora, mais bonita, certamente um lugar onde a subordinação ao tempo do monstro criado pelos ingleses seja derrubada. Mas para que isso aconteça é preciso o estudo, a leitura ou, quem sabe, uma conscientização do operariado. Ele termina a carta, transcrevendo uma poesia escrita por sua namorada:

OS DONOS DO FUTURO

Os homens que enforcaram Tiradentes
Também mataram Julius Fuchik,
O padre miguelinho
E outros amados heróis do povo.
Pensavam que a sombra da força
Pudesse escurecer o futuro
As trevas são eternas
Sobre a memória dos tiranos. As mais bonitas auroras,
Milhões de estrelas novas,
Iluminarão os caminhos certos
Dos heróis forjados na luta
E donos do futuro.¹⁴⁰

O poema traz exemplos de pessoas que lutaram por seus ideais e foram odiadas por alguns, mas amadas pelo povo. A força não interrompeu o futuro que desejavam. O poema fala de uma luta que trará um futuro melhor para aqueles que acreditam numa nova aurora e estão empenhados na luta que os farão donos do futuro. Depois de ler a carta e o poema, Toninho “dobrou a carta com o papel da poesia, colocou-os na caderneta de estudante e foi respirar ar puro no quintal”.¹⁴¹ A leitura do poema e da carta de Alfredo foi sufocante. Precisava respirar melhor.

A visão de Alfredo acerca do trabalho também pode ser entendida como percepção de uma construção feita pelos capitalistas e que Bauman define por “ética do trabalho”, que seria uma norma de vida com duas premissas e duas presunções. A primeira premissa seria que o trabalho se estabelece a partir de uma relação de

¹⁴⁰ BRASILIENSE, 2002, p. 209-210.

¹⁴¹ BRASILIENSE, 2002, p. 209.

troca, onde um dos lados dá o seu trabalho para receber por ele, *quid pro quo*, ou seja, algo por algo. A segunda premissa afirma que

es necio y moralmente dañino, conformarse con lo ya conseguido y quedarse con menos en lugar de buscar más; que es absurdo e irracional dejar de esforzarse después de haber alcanzado la satisfacción; que no es decoroso descansar, salvo para reunir fuerzas y seguir trabajando. Dicho de otro modo: trabajar es un valor en sí mismo, una actividade noble y jerarquizadora [...] hay que seguir trabajando aunque no se vea qué cosa que no se tenga podrá aportarnos el trabajo, y aunque eso no lo necesitemos para nada. Trabajar es bueno; no hacerlo es malo.¹⁴²

A primeira presunção seria que o trabalho é estado normal das pessoas e que não trabalhar é anormal. A segunda seria que o trabalho carrega um valor moral em torno dele. Apesar de percebida como norma, essa ética do trabalho não funciona assim para aqueles que a estabeleceram, ou seja, enquanto os trabalhadores são absorvidos pela fábrica, os endinheirados gastam desregradamente suas fortunas.

Essas são concepções que perpassam o romance. É uma história ligada umbilicalmente ao trabalho, afinal, ao se ambientar numa cidade em construção e no mundo dos operários da construção civil, fica impossível fugir dessa atividade que faz parte do dia a dia na urbe. Aliás, conforme discutido anteriormente, a própria epígrafe trata do trabalho ao falar sobre construções. Ambas as visões sobre o trabalho, mesmo diferentes, não deixam de remeter à epígrafe do romance: “E edificarão casas e as habitarão; e plantarão vinhas, e comerão o seu fruto. Não edificarão para que outros habitem; não plantarão para que outros comam”.

¹⁴² é estúpido e moralmente prejudicial, se conformar com o já conseguido e ficar com menos no lugar de buscar mais; que é absurdo e irracional deixar de esforçar-se depois de haver alcançado a satisfação; que não é decoroso descansar, salvo para reunir forças e seguir trabalhando. Dito de outro modo: trabalhar é um valor em si mesmo, uma actividade nobre e hierarquizadora. [...] tem que continuar trabalhando ainda que nem imagine que coisa que não possua poderá nos contribuir o trabalho, ainda que não necessitemos dele para nada. Trabalhar é bom; não fazê-lo é ruim. (BAUMAN, 1999, p. 17, tradução livre).

2.2 O romance citadino assunta o campo e a terra

Outro tema que acompanha a escrita de Eli Brasiense no romance *Chão vermelho*, bem como no conjunto de sua obra, é a questão da terra. Neste subcapítulo pretendo discutir a questão de como o romance representa o campo e quais referências ele faz sobre os migrantes vindos do campo por conta da expropriação de suas terras.

A grande parte dos viventes da nova cidade vinha do meio rural e quando de lá chegava não era ungida por um modernismo que supostamente faria com que essas pessoas assumissem um discurso laudatório do progresso associado à modernidade. Apesar de, em alguns momentos, sentir o afastamento do seu *habitus*, esse povo do campo percebia a diferença e alguns até a compreendia, sem, no entanto, romper com o traço rural. A memória das origens é acionada em diversas situações, como na cena em que um soldado observa algumas pessoas levando uma espécie de caixão com uma criança para ser enterrada:

- Essa gente nem sentiu a chuva – disse o militar. Nunca vi enterro no mato que não tivesse muita pinga. Também já morei na lavoura, já ajudei meu pai plantar roça, já acompanhei corpo.
- A senhora já morou?
- Gente minha mora.
- É diferente. Quem tem terra ta bom, mas plantar roça em terra dos outros? É fumo!¹⁴³

Nota-se aqui uma diferenciação entre quem de fato reside na “roça” e quem apenas passa por esse lugar, e não poderia ser de outro modo, porque naturalmente as pessoas demonstram maneiras distintas de ser e estar no mundo. Ser apenas passageiro não permitiria conhecer e sentir a essência do que vem a ser morar na roça, como, por exemplo, conhecer os costumes presentes no ambiente do campo. Nesse caso, o soldado reconhecia que transportar aquele caixão pela estrada era uma prática comum no ambiente rural, porque já tivera contato com as coisas do campo, chegando até a fazer distinção entre ter terra e trabalhar na terra. Os donos da terra estão bem, mas quem planta na terra alheia é submetido à exploração dos outros.

¹⁴³ BRASILIENSE, 2002, p. 132-133.

Em vários momentos, o romance apresenta uma imagem contrastante de um campo ideal, como aquele onde se tinha terra para trabalhar tranquilamente, conforme observado por Silva:

No seu *Chão Vermelho* Eli Brasiliense recorda os tempos passados onde havia fartura, muita alegria nos serões para se ralar mandioca, onde saía até casamento para maior aproximação das famílias vizinhas, e muita malquerença era desfeita, lembrava também das pescarias, das caçadas, das visitas aos domingos, dos terços de promessa, das folias do Divino. Os catiras e desafios improvisados que varavam a noite. Os mutirões nas derrubadas, tudo era motivo de festa. Pra quem é ligado à terra, dá para imaginar, “a beleza do arroz soltando cachos, o milharal embonecando, o canavial balançando as plumas” (BRASILIENSE, 2002, p. 147 e 148).¹⁴⁴

Todavia, também é apresentado um campo marcado por conflitos e por pressões de grileiros que expulsavam, sem nenhuma consideração, quem habitava a terra por eles visada. Esses impasses são transportados para a cidade por quem chega em busca de trabalho e de melhores condições de vida. A cidade passa a ser um lugar de escape para as pessoas expulsas de seus lares rurais, como no caso da mulher em trabalho de parto, levada para Goiânia por Marcelo e que foi atendida por Dr. Ferreira na casa do carroceiro Manuel:

- Este caso é para hospital. Aqui não posso fazer nada. Marcelo respondeu quase num gemido.
- Hospital? Não posso, doutor! Veio-lhe um repente e desabafou.
- Me tomaram tudo, fiquei com a noite e com o dia, nem ia chamar ninguém. Tou feito um mulambo aqui na casa do compadre. [...]
Marcelo havia vencido a ruindade da terra e a tornara produtiva. Quando os soldados chegaram lá, acapangados pelos grileiros, lutara até esgotar-se, para depois ser surrado sem soltar um berro. Quando sua casa estava pegando fogo sentia o incêndio era por dentro, estirado no chão. Quando Ferreira falou aquilo desatou a chorar.¹⁴⁵

O choro que finda a cena não é um choro de dor pela surra sofrida; é uma dor interior, minada por essa surra que representa a expropriação do que era sua base de sustentação tanto material quanto imaterial. É uma expropriação que não se firma em fundamentos legais. A origem da aquisição da terra por Marcelo não é informada, mas essa não informação está ligada ao pensamento de que a terra é de quem nela trabalha e produz. Fica claro que Marcelo chegou na terra quando ainda

¹⁴⁴ SILVA, 2004, p. 19.

¹⁴⁵ BRASILIENSE, 2002, p. 103.

não havia sido utilizada para plantação. Cuidou da terra e a tornou produtiva. Isso fez crescer os olhos dos grileiros, indivíduos que utilizam de subterfúgios e toda sorte de artifícios ilegais para tentar apropriar-se de terras que dizem ser suas. Para isso se valem da violência. Recorrem a capangas para dar-lhes apoio nessa expropriação do trabalhador rural das terras que lhes despertam o interesse. E muitos desses capangas são arregimentados nas fileiras policiais. O Cabo Joca dá conta da intervenção policial em favor de grileiros:

- De vez em quando aparece serviço duro pra gente. Na captura é dureza, é fumo mesmo. Já trabalhei nela mas larguei logo, porque é mesmo que grupo caçador de onça. Já viu a gente trazer onça viva? Uma vez mandaram a gente botar um agregado pra fora de terra. O homem lascou fogo nos praça mas bala não pegou. Gritou que não saía da casa dele, onde morava não sei quantos ano, nem largava a roça plantada pra seu ninguém.
- Pra que foram mexer com ele?
- Foi grileiro que mandou. Inda prometeu gorjeta se a gente fizesse “serviço” com o coitado.¹⁴⁶

Há uma semelhança entre a cena narrada por Joca e a narrada por Marcelo. Ambas tratam da expulsão de pequenos posseiros. Os camponeses não discutem a legalidade da posse, mas, como Marcelo, defendem o direito à terra que cultivam e que abriga sua família. Mas eles representam a parte mais fraca desse conflito agrário que envolve a violência e ataques de bandos armados que são contratados pelos grileiros. Embora tenha participado do episódio narrado, nas entrelinhas Joca questiona o sentido dessa campanha de desapropriação. Não eram raras as ações de grilagens no Estado, muitas delas geradoras de conflitos quando os camponeses resistiam, conforme destaca Souza

Segundo Maria Tereza Canesin Guimarães (1988) o caráter específico da ocupação de Goiás, antes da década de 1930, é que ela vai se dando de forma “espaça” e “tranqüila” no sul, sem registros de grilagem, já que essa era esporádica. No entanto essa é uma simplificação diante de acontecimentos que evidenciam a problemática da terra tanto no sul quanto no norte. Como destacamos nesse trabalho os acontecimentos acerca da “Luta do Arrendo”, o movimento camponês de Santa Dica e a representação literária de episódios de expropriação do campesinato que antecederam Trombas e Formoso. No norte a falsificação e a adulteração de documentos buscava legalizar posses consolidadas, já que o governo dava títulos a poucos privilegiados.¹⁴⁷

¹⁴⁶ BRASILIENSE, 2002, p. 111.

¹⁴⁷ SOUZA, 2010, p. 89.

Muitos daqueles camponeses que foram expulsos da terra e sem condições de subsistência migravam para a cidade, onde sua força de trabalho era requisitada. Tanto é que, ao chegarem à zona urbana, essas pessoas não tiveram grande dificuldade em arranjar emprego. Isso é evidenciado em *Chão vermelho*, quando a narrativa indica que havia vagas de trabalho para pessoas dispostas a vender sua mão-de-obra e lidar na construção de Goiânia.

Ao se encontrar na cidade, o desconforto de Marcelo é ainda maior por estar num novo lugar, mas se sentir ainda preso aos sentimentos e lembranças de suas experiências anteriores, notadamente marcantes:

Tudo por culpa dos capangas de grileiros. Antes havia paz naquelas terras onde pisara primeiro o avô materno, um mineiro de muita coragem e poucos recursos. Havia fartura, muita alegria nos serões para se ralar mandioca, onde o café com manampança alimentava os rapazes de braço fornido, acionadores da bolandeira. Dos serões saía casamento, para maior aproximação das famílias vizinhas, e muita malquerença era desfeita, lembrava-se das pescarias, das caçadas, das visitas aos domingos, dos terços de promessa, das folias do Divino. Os melhores catireiros apareciam e os improvisadores varavam a noite nos desafios. Os mutirões nas derrubadas também eram motivo de festa. Depois a beleza do arroz soltando cachos, o milharal se embonecando, o canavial balançando as plumas na afoiteza dos pés-de-vento. Tudo destruído! Era até um castigo se lembrar de tanta coisa boa quando a mulher tinha ido para o hospital, onde se cortava gente como rês no matadouro. [...] todo mundo esparramado sem ter onde cair morto, por maldade de gente que fazia da terra como cigano com cavalo de barganha. Ouvira falar em usucapião, nome sem serventia, pois grileiro tinha mais força que a lei.¹⁴⁸

Nesse momento, as narrativas de Marcelo falam de um tempo bom que foi interrompido. Os grileiros tomaram não apenas a terra, mas um modo de vida firmado na terra. Ao pensar numa alternativa legal para garantir sua posse da terra, ele pondera que, independentemente de ter ou não razão diante da lei, o fato é que os grileiros dominavam a situação. Em contraste com as imagens positivas e valorativas de suas memórias sobre um tempo bom no campo, as características da cidade motivam Marcelo a tecer comparações:

¹⁴⁸ BRASILIENSE, 2002, p. 147-148.

Não queria que os filhos perdessem o amor àquele pedaço de chão onde tinham os umbigos enterrados. [...] Tinha medo de cidade grande. No mato andava com desembaraço, não se desorientava, passava por cima de léguas sem sentir cansaço e quebrava espinhos com a sola dos pés. [...] Um dia voltaria para as suas terras. [...] Grileiro não amava a terra, vendia-a como escrava.¹⁴⁹

O personagem cita o costume de enterrar os umbigos dos recém-nascidos como ritual que simboliza o pacto do homem com a terra e salienta que o grileiro não tem interesse pela terra, mas sim nos ganhos que pode obter com a sua venda. Ele alimenta a esperança de retornar às suas origens e deixar o desconforto que sente ao estar numa cidade que lhe causa desconfiança.

Diante de tamanha valoração positiva do que fora interrompido, não há que se pensar numa ruptura com esse passado rural e uma entrega ao moderno possível na cidade. Entretanto, no decorrer do romance, percebe-se que há uma maior aproximação com o diferente, de modo que, durante o conviver cotidiano, a estranheza primeira para com a cidade e seus caracteres é minimizada, como se observa na passagem a seguir, que se refere a uma construção em *art-decò*, um dos exemplos materiais do moderno na cidade:

Andava já sem dificuldades pelas ruas, conhecia as vielas, não se espantava mais com as casas chatas, sem telhado, com plantações na frente e muros cheios de arrebiques.

No princípio era a confusão das ruas numeradas. Um baralho dos diabos, mas logo se acostumou. Nunca vira tanto cachorro refestelado nos alpendres, rosnando para estranhos ou fazendo correrias atrás de bicicletas, automóveis e carroças.¹⁵⁰

Esse trecho é bastante rico ao apresentar, além da adaptação de Marcelo, uma série de elementos que compunham a cidade, como as casa em *art-déco* que, à primeira vista, pareciam não ter telhado, causando em Marcelo a impressão de serem achatadas. A presença de plantações à frente, muros e alpendres mostrava também uma diferenciação quanto às formas das casas dos bairros operários. Na de Joviano, por exemplo, a porta já dava para a rua e não possuía alpendres ou muros. A numeração das residências impossibilitava um acompanhamento sequencial. Os números se misturam na cabeça de Marcelo tal como as cartas de um baralho.

¹⁴⁹ BRASILIENSE, 2002, p. 149.

¹⁵⁰ BRASILIENSE, 2002, p. 166

Entretanto, ele já se acostumara com a bagunça, com a presença de bicicletas, automóveis e carroças e com a multiplicidade de elementos urbanos.

O estranhamento em relação ao que simboliza o progresso e a modernidade se expressa na confusão de Toninho ao andar pelas ruas de um bairro componente da cidade planejada: “Aquela rua possuía residências muito parecidas. Sempre se atrapalhava também com a numeração das ruas e vielas, baralhadas como pedras de víspora”¹⁵¹. Essa confusão representava, para Toninho, a incerteza de encontrar o endereço desejado.

Adotando a tática comum no meio rural de abreviar caminhos, os moradores da periferia de Goiânia utilizavam trilhas para se esquivar do movimento das ruas: “Toninho foi varando o bairro por atalhos em lotes sem construção. Umas voltas pelo asfalto lhe fariam bem. Não iria em nenhuma venda ali por perto, para que vizinhos não maldassem.”¹⁵² Outros elementos característicos da paisagem rural e incorporados à paisagem urbana podiam ser vistos no terreiro da casa do Dr. Ferreira, onde cresciam árvores frutíferas plantadas no quintal:

Ferreira foi à pia, lavou as mãos, o rosto, os braços, molhou a cabeça. Enquanto escovava os dentes olhava para o terreiro, pela vidraça. Os cajueiros do quintal estavam crescidos, dariam frutos no ano seguinte. As figueiras já estavam na terceira carga e os pés de abacaxi tinham frutos de vez. Muitas flores, especialmente vermelhas. Tudo plantado por Santinha.¹⁵³

Voltando ao debate sobre a propriedade da terra, importa salientar que os conflitos motivados por essa questão aconteciam não somente na zona rural, mas igualmente ocorriam em áreas de Goiânia, envolvendo invasores e posseiros, como revela o romance no seguinte diálogo:

- Meteram a peia no Cirico.
- Aquele ganzepe velho?
- Naquele caco.
- Pra que, gente?
- Armou rancho em terreno vendido.
- Quem bateu nele, Sancho?
- Acho que foi guarda, não sei, esta boca não falou nada. Foi mesmo que bater no vento. O coitado ta pior do que eu. Só tem tripa e assim mesmo tudo vazia.¹⁵⁴

¹⁵¹ BRASILIENSE, 2002, p. 67.

¹⁵² BRASILIENSE, 2002, p. 66.

¹⁵³ BRASILIENSE, 2002, p. 154.

¹⁵⁴ BRASILIENSE, 2002, p. 57.

Esses apontamentos sobre o campo e a questão da propriedade sobre a terra são interessantes acima de tudo para evidenciar diferenças e semelhanças em relação à cidade. Servem para mostrar que a cidade mantinha estreita ligação com o campo no tempo de *Chão vermelho*, seja pela origem de seus habitantes, seja pelo *habitus* ainda rural e que foi transposto para a cidade. Conviviam nesse espaço diferentes visões sobre o urbano e sobre o rural. O campo está presente na cidade de Goiânia, em aspectos tanto materiais como imateriais, com elementos que de certa forma se integram ao projeto da moderna capital de Goiás. A questão do moderno será tratada mais detalhadamente no capítulo seguinte.

2.3 A política e as ambivalências do romance

Um ponto importante a ser analisado no romance é a dependência de medidas governamentais para solucionar os mais diferentes impasses surgidos na comunidade. Em muitos momentos, as personagens parecem ficar no aguardo de um governo providencial, à espera da interferência de um Leviatã que, na descrição de Hobbes, “nada mais é senão um homem artificial, de maior estatura e força do que o homem natural, para cuja proteção e defesa foi projetado”¹⁵⁵; uma criatura capaz de defender a comunidade, garantindo-lhes segurança suficiente. É assim que Hobbes vê o Estado Civil, ao qual, em razão de seu poderio e de sua força, ele comparou ao monstro bíblico descrito no livro de Jó, no Antigo Testamento.

Esse Leviatã seria o Estado, no sentido de governo: um homem ou uma assembleia de homens que agem como representantes de todos os homens, “admitindo-se e reconhecendo-se cada um como autor de todos os atos que aquele [que os representa] praticar ou vier a praticar, em tudo o que disser respeito à paz e à segurança comuns”¹⁵⁶. Assim entendido, o Leviatã de Hobbes é um “Deus mortal, ao qual devemos, abaixo do Deus imortal, a nossa paz e defesa.”¹⁵⁷

A importância outorgada à figura desse Leviatã e o aguardo de suas ações se apresentam em *Chão vermelho* e envolvem várias questões, como observo na

¹⁵⁵ HOBBS, 2003, p. 11.

¹⁵⁶ HOBBS, 2003, p. 147.

¹⁵⁷ HOBBS, 2003, p. 148.

indignação de Dona Fia com o governo por permitir publicações que, segundo ela, afetam a moral: “Não sei porquê o governo não proíbe essas porcarias. Pra minino é esse Gibi Chato, de caso bobagem. Pra gente grande é só revista imoral, cheia de mulher pelada.”¹⁵⁸

Ainda sobre publicações, abro um parêntese para apresentar uma referência feita ao conteúdo dos jornais no diálogo entre Joviano e o cabo Joca:

- (...) Tem muita política nas informações de jornal.
- Sabe, Jove? Minha política é o ‘Diário Oficial’. Sempre do lado de cima.”¹⁵⁹

Joca prefere ler o veículo oficial das publicações do governo, por este sempre estar “do lado de cima”, ou seja, atrelado ao poder político que edita e controla esse “Diário”. A fala de Joviano revela que um dos focos principais da imprensa, na época vivida por ele, era a política. Um exemplo real é a Revista Oeste, que foi lançada no batismo cultural de Goiânia, em 1942, e que constantemente trazia, em sua capa, fotos e referências aos governos estadual e federal.¹⁶⁰

A responsabilidade atribuída ao governo é mencionada também num diálogo entre Alfredo e Toninho sobre um curso de montagem e manutenção de aparelhos elétricos que havia na cidade de Goiânia:

- Sei. Vou fazer isso por lá, aqui é que não fico. Fiz o curso de aparelhos elétricos na Escola Técnica, tirei diploma, entendo do ofício. Para continuar os estudos preciso de trabalho. Procurei emprego aqui, exibi meu diploma e somente vi caras de zombaria. Um sujeito chegou a dizer-me que não aceitava alunos da Escola Técnica. Ele disse a-lu-nos, não é desaforo?
- Devia ser por falta de vagas.
- Pois que falasse claramente, sem zombaria besta. O que não tolero é humilhação de gente chata. Por que os técnicos da Escola não são aproveitados?
- A culpa é do governo, que abre escolas técnicas sem poder dar garantia de trabalho para os artífices.
- Você tem razão. Não é mais de ninguém a culpa. Para isso é que nosso país se enche de cafagestes e de marreteiros.¹⁶¹

Apesar de Alfredo reconhecer sua aptidão para desempenhar as atividades relativas ao ofício aprendido durante o curso, esbarra no preconceito e no descrédito

¹⁵⁸ BRASILIENSE, 2002, p. 49.

¹⁵⁹ BRASILIENSE, 2002, p. 54.

¹⁶⁰ Sobre a Revista Oeste, ver COSTA, 1994.

¹⁶¹ BRASILIENSE, 2002, p. 123.

quanto à sua formação. Toninho culpa o governo por não dar aos recém-formados nas escolas técnicas a garantia de trabalho. Alfredo concorda. Os dois personagens, em outra conversa, mencionam o papel do governo no que diz respeito ao lazer:

- Poucos palhaços agradam hoje. O circo está em decadência, Alfredo, não resta dúvida.
- Circo é divertimento do povo, precisa é de proteção. O governo deveria construir circos de cimento armado para que essa gente se encorajasse mais. Não precisam carregar esse mundo de paus, tábuas, cordas e panos.
- Concordo.¹⁶²

Caberia ao governo dar circo ao povo, bem como trabalho, controlar as publicações e construir hospitais para não deixar mulheres verem os filhos morrer em seus braços. No que diz respeito à diversão, os personagens manifestam estar ressentidos com a falta de atenção do governo a esse aspecto, notadamente no que concerne ao divertimento popular. Mas circo não era coisa apenas de pobre, da classe operária. Gente mais abastada, como Noêmia e seu pai, assistem aos mesmos espetáculos circenses aplaudidos pelos trabalhadores da construção civil e suas famílias, se bem que ocupando assentos diferenciados.

Os meninos de rua também são tratados como questão a ser resolvida pelo governo, conforme observo nesse diálogo entre Manoel e Ferreira:

- Ainda nas ruas asfaltadas os faróis do carro clarearam um alpendre onde dois meninos estavam espichados, embrulhados em jornais velhos. [...]
- Tem uma meninada solta que faz dó. De dia pede esmola e de noite dorme onde dá na veneta.
- A chuva recomeçava a violência e o médico respondeu sem desviar os olhos da frente.
- O governo devia amparar esses coitados. Nessa marcha acabam é se desgraçando, virando malandros da pior espécie.
 - Governo?
- Manoel rosnou. Saiu-lhe um “hum” pelo nariz, muito significativo.¹⁶³

O “hum” duvidoso de Manoel era realmente muito significativo. Indicava incredulidade em relação ao governo, manifestada na situação vivida por ele naquele momento, quando recorreu ao socorro amigo do Dr. Ferreira por conta de não haver estabelecimentos de saúde pública aptos a receberem a sua comadre que carecia de atendimentos médicos.

¹⁶² BRASILIENSE, 2002, p. 125.

¹⁶³ BRASILIENSE, 2002, p. 98-99.

Nas entrelinhas, Manoel pensava no governo como uma instituição incompetente, insensível às necessidades mais prementes da comunidade, como assistência à saúde. Da mesma forma, os governantes paralisavam diante das pressões e da violência cometida contra os lavradores expulsos aos socos e tiros de suas terras, tal como aconteceu com seu compadre e sua comadre que agora carecem de um socorro. A responsabilidade do governo sobre a educação e a proteção das crianças é retomada num diálogo entre Joca e Joviano:

[...] Por falar em minino, hoje um guarda prendeu uma turma de garoto que tava furtando.
- Diz-que tem gente da polícia mandando rapaziadinha furtar...
- Acho que é falta de pai, Jove.
Joviano se danou de repente, tomou até um ar agressivo.
- Falta é de governo, Joca.¹⁶⁴

Essas passagens do romance evidenciam uma realidade indesejável, cuja solução é posta nas mãos do governo, que não consegue ou não se preocupa em equacionar os principais problemas levantados pela comunidade. Diante disso, ressoam críticas contra a inércia governamental. Entendo que a questão política se apresenta com múltiplas facetas no romance, mas não consigo perceber alguma linha ideológica predominante no que concerne aos assuntos políticos. Ao mesmo tempo em que se lançam críticas à ineficiência do governo e à exploração do trabalho pelo sistema capitalista, surgem ideias que vislumbram novas possibilidades, seja na carta de Alfredo para Toninho, apresentada em subcapítulo anterior, na qual o remetente se refere à esperança em um mundo melhor, acreditando na construção de “bonitas auroras para o amanhã”, ou no diálogo entre Joviano e Joca, em que eles colocam o comunismo em pauta:

Joca acendeu o toco do cigarro, soprou a fumaça no rumo da cumieira.
- Agora o povo ta com medo é de comunismo.
- Que povo, Joca? – perguntou Joviano.
- A gaudama, Jove. Gente que manda nos banco e tem terra.
- Isso não é povo, é traste.
- É o que, Jove?
- Nada, Joca. Não disse nada.¹⁶⁵

¹⁶⁴ BRASILIENSE, 2002, p. 110.

¹⁶⁵ BRASILIENSE, 2002, p. 109.

Assim, o comunismo é apresentado como indesejado por determinada classe social, ou seja, a “graudama” dona de terras e bancos, e, nessa perspectiva, é sutilmente pensado como possibilidade para o estabelecimento de uma sociedade mais igualitária, livre da opressão de quem é pintado como traste, ou seja, daqueles que detêm o poder econômico. Representaria talvez uma alternativa ao esgotamento de uma situação política marcada pela infundável espera de respostas para os problemas sociais. Importa lembrar que, em vários momentos do romance, as soluções são colocadas sob responsabilidade exclusiva dos governantes, e elas nem sempre acontecem. Em *Chão vermelho*, isso é motivo declarado de insatisfação do povo e, para o narrador, o clima de descontentamento poderia ser terreno fértil para se pensar na busca de mudanças no cenário político e econômico, em novos caminhos para resolver as aflições da comunidade.

O romance não apresenta uma clara definição de qual seria esse rumo. Não é uma obra panfletária, mas traz argumentos que enfatizam a necessidade de se repensar e discutir algumas questões candentes na sociedade. Essa linha de pensamento se expressa nas reflexões desenvolvidas pelo narrador em torno das eleições que se aproximavam:

As eleições não estavam longe. Joviano se admirava da coragem de alguns homens que se candidatavam. De certo mesmo só contavam com o próprio voto. Pelas lorotas dos jornais ninguém iria perder. Seriam dois governadores, três ou quatro prefeitos, mais de duzentos vereadores, uns trezentos deputados. Não olhava os politiquinhos com simpatia. Tinham carícias de gato quando garimpavam votos pelos bairros, num atropelamento de reses assustadas. Achava que as eleições eram uma necessidade. Pelo menos movimentavam o dinheiro mofado dos coronéis e de trampolineiros que enchiam a bolsa com negociatas. Sanguessugas do dinheiro do povo em qualquer governo, aproveitadores safados. Nunca se orientava por jornais de partidos, fosse do governo ou da oposição, não gostava de ser encabrestado por ninguém. Votava nos conhecidos e amigos, assim mesmo catando nomes no meio do cardume de candidatos. [...] Tinha muitas amizades, o pessoal do bairro lhe dispensava consideração, mas não servia para cabo eleitoral. [...] Estava decidido a apoiar o candidato do bairro, homem modesto e lutador, operário como ele.¹⁶⁶

Aqui noto a visão de Joviano sobre as eleições: “eram uma necessidade” que se justificaria pela movimentação de dinheiro estimulada por essa dinâmica, ou seja, era um retorno à população daquele dinheiro acumulado pelos detentores do poder

¹⁶⁶ BRASILIENSE, 2002, p. 221-223.

político e econômico. Expressa-se uma descrença em relação ao sistema então existente, no qual a melhor coisa seria a saída de dinheiro dos bolsos desses políticos; um sistema onde não faltavam pessoas interessadas em ingressar, mesmo arriscando-se a não conseguir mais que seu próprio voto. Surge também nesse contexto uma crítica à dissimulação dos politikeiros, que tratavam todos com falsa simpatia para garimpar votos — cena comum em qualquer campanha eleitoral.

O que fazer diante de tal sistema? A anulação do voto não era cogitada; a solução, pelo menos para Joviano, que tinha como princípio o cumprimento das leis, inclusive as eleitorais, era dar o voto de confiança para sua classe, isto é, apoiar “o candidato do bairro, homem modesto e lutador, operário como ele”. O personagem acreditava que a eleição dos seus semelhantes poderia significar uma alternativa ao sistema estabelecido. O posicionamento de Joviano era justificado com os seguintes argumentos: “Não mexo com política. Minha política é o trabalho. Dou meu voto porque não gosto de desobedecer nenhuma lei.”¹⁶⁷

No romance se captura também uma crítica ao regime ditatorial, como pode ser observado quando o narrador comenta a mudança da capital e coloca em pauta as discussões entre deputados mudancistas e não-mudancistas na Assembleia do Estado: “Tinha conhecimento apenas dos bate-bocas na Assembléia, antes de ser esbandalhada pela ditadura”¹⁶⁸. A ditadura impediria o debate, as discussões em torno de uma questão política, prevalecendo as ideias e opiniões dos comandantes desse regime.

Essas situações dificultam a identificação de linhas consistentes de pensamento acerca da questão, permitindo múltiplas possibilidades de interpretação. O que se pode inferir com maior clareza é que Joviano, ao declarar que não desobedece leis, distancia-se de uma posição anarquista. Outros elementos em análise desenham traços de uma perspectiva comunista, a exemplo do nome do filho do Dr. Ferreira, Luiz Carlos, que remete a uma importante figura do comunismo naquele momento histórico: Luiz Carlos Prestes (1898 - 1990), e as experiências do autor, cuja participação em encontros do Partido Comunista é revelada por Almeida em seu estudo sobre Bernardo Elis:

¹⁶⁷ BRASILIENSE, 2002, p. 226.

¹⁶⁸ BRASILIENSE, 2002, p. 43.

Lá reunia vários escritores, né, porque inclusive o Jorge Amado, o José Godoy, que era um advogado em Goiânia e era escritor também, e tinha outros, tinha um... parece que é... Erli Brasiliense [Eli Brasiliense] juntava lá... O Jorge Amado, ele escreveu aquele livro *Gabriela Cravo e Canela* [1958] lá nos fundos do quintal do papai, deitado nas moitas de banana (risos), na chácara. (...) Era como se fosse um retiro. Lá ninguém sabia, inclusive quando eles iam, os mais assim, mais recruta eles nem sabiam para onde que iam. O Bernardo Elis, ele sempre sabia, porque ele era um dos líder, mas os outros nem sabiam onde que tava (Neuza Alves da Silva, em março de 2003).¹⁶⁹

É interessante notar a aproximação entre Eli Brasiliense de outros escritores regionalistas seus contemporâneos, como o baiano Jorge Amado (1912 - 2001), que foi membro do Partido Comunista Brasileiro até a década de 1960 e se elegeu deputado federal pelo partido em 1945, e o goiano Bernardo Elis (1915 - 1977), também militante do PCB, considerado como “um exemplo de literato engajado politicamente, comprometido com o seu povo e o seu tempo, que utilizou suas palavras para protestar contra a exploração do homem pelo homem”.¹⁷⁰

Na feitura dos escritos¹⁷¹ de Bernardo Elis se verifica a força dos argumentos político-ideológicos que fez da sua literatura um protesto popular e revolucionário, conforme observa Almeida:

A militância no Partido Comunista em Goiás, nos idos dos anos 50, para nós, evidencia a origem do caráter de protesto presente em suas obras. Mostra quão engajada na realidade de seu tempo era a vida do escritor que, com espírito de historiador, aventureiro e militante, transfigurou uma realidade que lhe palpitava aos olhos e talvez passasse despercebida para muitos.¹⁷²

Essas informações sustentam minha constatação de que *Chão vermelho*, apesar de não declarar um posicionamento político, deixa rastros das tendências ideológicas e literárias do autor, manifestadas sutilmente no personagem Patureba, que pensava em mudar o mundo com seus artigos de jornal. Entretanto, acabou por se ver numa situação conflitante, quando teve que vender seus jornais por quilo para

¹⁶⁹ Citado por ALMEIDA, 2003, p. 38.

¹⁷⁰ ROCHA, 2010.

¹⁷¹ De acordo com Rocha (2010), Bernardo Elis lançou em 1944 o seu primeiro livro, *Ermos e Gerais*, do qual recebeu cartas "com louvor" de Monteiro Lobato e Mário de Andrade. Entre suas obras estão: *Primeira chuva* (1955), *O tronco* (1956) e *Caminhos e descaminhos* (1965).

¹⁷² ALMEIDA, 2003, p. 34.

obter alguma renda, já que seu salário como funcionário público não garantia sustento para sua família:

Foi ao quarto e olhou o monte de jornais empoeirados. Cada ano um pacote. Não era elefante para carregar aquele peso. Se pagasse um carroceiro não lhe sobraria o suficiente para acudir a miséria da casa. Estava desmoralizado mesmo, a mulher tinha razão, por isso perdera o comando da família. Os vizinhos iriam saber que estava vendendo jornais para enganar a fome. Uma desmoralização! Tirou um pacote, balançou-o para calcular o peso. Uns dez quilos eram suficientes, não era guindaste nem elefante. Abraçou o pacote fungando, depois jogou-o ao chão. Pegou-o de novo e, ao sair, embarçou-se em roupas que estavam penduradas na porta. Deu-lhes um safanão e urrou, enquanto a mulher o espiava com cara de debique.¹⁷³

Em meio às inquietações e às percepções críticas acerca da realidade cidadina, Patureba acreditava que seus artigos poderiam provocar mudanças. Caiu no abismo da realidade quando viu que aquilo que inspirou seus escritos batia à sua porta e teve que se desfazer de seu precioso tesouro — pacotes e mais pacotes de jornais amontoados — para acudir o bucho.

Mas isso não significa que o idealismo de Patureba foi vencido pela miséria. Suponho que, da mesma forma que Alfredo, que como ele valorizava a leitura e as lições que dela se poderiam extrair, o articulista, mesmo obrigado a vender os suportes de seus escritos para matar a fome, continuou idealizando uma nova aurora para a nascente capital Goiânia. No futuro, quem sabe se concretizaria a utópica profecia bíblica, destacada na epígrafe de *Chão vermelho*...

E as reflexões sobre a cidade, sobre os impasses e contradições que dela emergem, prosseguem até o final do romance, quando Brasiliense narra a morte daquela que era esteio do personagem central de *Chão vermelho*: Dona Fia, companheira de Joviano. O último parágrafo do livro tem como foco o olhar desse homem sobre a cidade e seus habitantes:

¹⁷³ BRASILIENSE, 2002, p. 270.

Joviano continuou a olhar a cidade. Era como mulher infiel entregando-se a trastes como Juventino, expulsando gente pobre de seu chão vermelho transformado em outro. No princípio era apenas o chão vermelho, terra à-toa para procissões de saúvas e armações de cupins. Agora era reboliço de muito povo. Lugar de maquinações de traficantes, cidade grande. Mesmo assim não a abandonaria nunca. Tinha muito de seu braço, possuía grande parte da coragem da esposa que se fora. Amada infiel, mas sempre amada. Os homens deveriam ser como Ferreira, como Sancho, como o carroceiro Manoel e muitos outros que não eram trastes. Amavam a vida e o seu trabalho, não se deixavam vencer pelo desespero. Nem santos nem heróis, apenas homens.¹⁷⁴

As utopias não correspondem à realidade. São idealizações não apenas de um lugar, mas de uma vida, de um futuro no qual os interesses individuais sejam atendidos e as necessidades coletivas satisfeitas. Comparada a uma bela mulher para casar-se com um projeto político arquitetado com base em ideais de moderno e progresso, tanto em termos materiais quanto sociais, a nova cidade virou utopia. Seguiu outros caminhos. Perdera sua pureza. A imagem da mulher ideal não se corrompeu por si só. A Goiânia dos projetos modernistas foi adulterada pela interferência daqueles que a desenharam como um lugar onde alienígenas não caberiam.

Ao mesmo tempo em que condena a cidade por aceitar a presença de pessoas como Juventino, o oposto de sua classificação ideal de homem, Joviano não quer abandoná-la. Metaforizada na imagem de uma mulher infiel, ele ao mesmo tempo a odeia e a ama. A tensão com essa ambivalência que o invade e que embaralha sentimentos conflitantes não se dilui. Para Joviano, naquele momento, é impossível aquietá-la quando enxerga a realidade e tem que admitir que a cidade imaginada como espaço ideal para realizar seus sonhos não mais existe. Ele reconhece que ela morreu, tal qual sua esposa. E para a morte não tem solução.

Antes era apenas “terra-à-toa”; agora é “reboliço”. Ainda assim, Joviano não a abandonaria nunca. Diferentemente da cidade que é infiel — ela não é sua apenas, mas sim de toda uma sorte de pessoas — ele se mantém leal. Em suas reflexões, pensa na multiplicidade e na diversidade da gente que compõe esse espaço urbano. Gente como Ferreira, Sancho e o carroceiro Manoel, que se diferenciam de trastes como Juventino e Joaquim. Todos eram aceitos, contanto que ocupassem o lugar a eles indicado por uma distribuição socioespacial já estabelecida.

¹⁷⁴ BRASILIENSE, 2002, p. 275.

Os que “amavam a vida e o seu trabalho”, Joviano não os classifica como heróis. São apenas homens. Homens que não são perfeitos. Vacilam, sofrem abalos e toda sorte de incertezas que cada manhã pode revelar, mas “não se [deixam] vencer pelo desespero”. Em síntese, todos são componentes da cidade, tanto os que derramaram seu suor vermelho sobre o chão quanto os que apenas observaram tal suor escorrer e também aqueles poucos que se valeram do trabalho suado de muitos.

Analisando essa questão, percebe-se um contraponto nas entrelinhas do romance. Ao colocar, nas palavras de Joviano, a referência a “trastes” e ao seu oposto, Eli Brasiliense constrói a imagem de heróis e anti-heróis. Mas as divagações do personagem permitem ampliar a interpretação das mensagens de *Chão vermelho* para além dessa dicotomia. Ao imaginar um mundo melhor, Joviano vislumbra uma sociedade na qual os homens sejam apenas homens, nem santos, nem heróis, nem bandidos. Mas o romance não desconsidera o valor do heroísmo, transposto para os versos do poema “Os donos do futuro”, enviados por Alfredo para Toninho. Seja lá com quem tenha que compartilhar a cidade, Joviano não pensa em deixá-la, apesar dos miomas destruidores que consegue nela enxergar.

Para perceber os miomas sociais e políticos de Goiânia, sinalizados pelas pistas deixadas pelo narrador e suas personagens, é preciso olhar. O grito soado no silêncio da narrativa de *Chão vermelho* faz um convite ao leitor: olhe a cidade, perceba essas contradições que a rondam, perceba e assumte a cidade.

CAPÍTULO III – MODERNO, MODERNISMO E MODERNIZAÇÃO

3.1 Moderno, progresso e seus contrários na cidade de *Chão vermelho*

Quando se planejou construir a cidade de Goiânia, duas intenções se destacavam nos pronunciamentos ou escritos acerca do tema: dotar o Estado do que havia de mais moderno e permitir que o progresso nele se instalasse. Não que tais perspectivas não fossem pensadas até então; ocorreu, contudo, uma retomada dessas ideias por parte do governo local. Esses objetivos se relacionavam com os interesses dos governantes do período, desejosos em estabelecer-se no poder após sua ascensão, a partir da alternância de grupos políticos ocorrida em 1930, com o advento da chamada “Revolução de 30”.

Trata-se da utilização da cidade como mecanismo de rompimento com um passado anterior que se deseja esquecer¹⁷⁵. Daí a incorporação, nos projetos e discursos, desses elementos que trazem consigo a ideia apresentada pelos governantes. Entretanto, o romance *Chão vermelho* aponta para a impossibilidade de tratar a cidade como um lugar homogêneo de progresso ou lugar do moderno. Fica nítida a presença e convivência desses caracteres e seus contrários. Neste subcapítulo, coloco em discussão, a partir das representações literárias da cidade de Goiânia apresentadas em *Chão vermelho*, a questão do moderno e do progresso na cidade e a convivência deles com aquilo que defino como seus contrários.

Um dos elementos que pode se associar ao projeto do moderno e do progresso é o automóvel. As ruas e avenidas do plano inicial de construção da cidade recepcionavam essas máquinas. As pessoas que adquiriam veículos podem ser divididas em dois grupos: de um lado estavam aquelas que os utilizavam em atividades relacionadas ao trabalho e, de outro lado, as que desejavam possuir esse símbolo de modernidade. Em ambos os casos, era preciso ter condições financeiras suficientes para a compra e manutenção de tal bem, que não era dos mais acessíveis, conforme observa Melo:

¹⁷⁵ ARRAIS, 2008.

O perfil dos primeiros proprietários brasileiros de automóveis era semelhante: membros das elites, que gozavam de algum sucesso financeiro no momento e que, mesmo quando originários de famílias tradicionais, possuíam, em maior ou menor grau, relação com o projeto de modernização do país. O uso do veículo estava relacionado inicialmente mais à busca de elementos de status e distinção, uma forma de vinculação ao “civilizado mundo moderno”, do que a interesses econômicos. Logo, todavia, ambos os sentidos dividiram espaço: indústrias e comércios adquiriram carros para facilitar o escoamento de seus produtos.¹⁷⁶

O romance corrobora tais apontamentos quando Joviano considera que o automóvel, para muitas pessoas, era sinônimo de status e distinção social:

Muita gente não andava mais a pé. Chegava de tanga na cidade e logo aprendia a mandraca da riqueza fácil, sem suor e sem canseira, punha casa de aluguel e carro pra rodar. Por isso é que olhava sempre com desconfiança todo sujeito com modos de camponês embrulhado em roupa de carregação, com bote armado para emprestar dinheiro até vinte por cento. Juventino era um deles.¹⁷⁷

Infere-se, a partir dessa colocação, que existiam pessoas desejosas de assumirem em Goiânia o projeto do moderno. Ainda que não mantivessem ligação com o projeto político elaborado quando da construção da cidade, elas assumiam e se vinculavam a ele no sentido de se reconhecerem e tentarem pertencer ao “civilizado mundo moderno”. Muitas vezes, para alimentar tal atitude, valiam-se de artifícios condenados por Joviano. Para Giucci, o automóvel possui uma relação com a modernidade e com o individualismo:

A automobilização transforma-se em um suporte fundamental do individualismo moderno e o automóvel é seu expoente material máximo: um objeto de culto. É o que há de mais sagrado na modernidade, afirma Peter Sloterdijk (1989), de tal forma que é impossível conceber o moderno sem pensar no movimento. Essa máquina numinosa é o núcleo de uma “religião cinética universal” e o “sacramento rodante” que unifica corpo e velocidade. Quem dirige um carro, sustenta o filósofo alemão, “sente como seu pequeno eu se expande em um ente superior que tem como pátria o mundo das vias rápidas e compreende que foi convocado a ser algo mais que metade de um pedestre animalesco” (SLOTERDIJK, 1989, p. 42).¹⁷⁸

¹⁷⁶ MELO, 2008, p. 195.

¹⁷⁷ BRASILIENSE, 2002, p. 45.

¹⁷⁸ GIUCCI, 2004, p. 15.

O automóvel também assume um caráter de segregação social. A modernidade, nesse sentido, é excludente quando cria objetos de desejo e limita sua acessibilidade. Isso implica uma distinção e diferenciação entre os viventes determinada pela posse ou não de um elemento do moderno que requer recursos financeiros indisponíveis para muitos. Em Goiânia existiam pessoas dispostas a vestir a capa do moderno, simbolizada pela propriedade de veículos automotores. Outras não reconheciam benefícios nisso, chegando inclusive ao ponto de atacar esse ícone da modernidade, por conta de uma estranheza em relação à novidade colocada num mercado bastante restrito.

Entre 1900 e 1940, o automóvel ainda não tinha se transformado em um produto de utilização em massa. É justamente a dificuldade de comprar a mercadoria e a tenaz visibilidade pública que fortalecem seu significado cultural. Impossível ignorá-lo. Fora alvo de comentários, brincadeiras e boatos. Foco de curiosidade. Elemento de ostentação e diferenciação.¹⁷⁹

Joviano dá conta dessa situação em Goiânia:

Dali se avistava a Avenida Anhanguera, inçada de automóveis, alguns até engraçados, parecendo mais com jabotis em lata. O progresso estava estragando tudo. Já não podia andar com sossego pelas ruas. O vivente ia muito bem, andando distraído, de repente era um guinchar perto, a roda do carro riscando o asfalto. Carro passava por cima de gente de vez em quando. No bairro não havia desastres porque os choferes tinham de andar com cuidado, para se livrar dos buracos. [...] Agora todo mundo tinha medo de automóvel, pior do que cachorro doido pelas ruas.¹⁸⁰

O personagem compara os carros com jabotis, atribuindo a eles uma característica engraçada. Na opinião de Joviano, essas máquinas vieram para estragar tudo. O automóvel era associado ao progresso e o progresso corporificado no automóvel era condenado por Joviano. Ele menciona os embates entre aqueles que possuíam o veículo, e por isso julgavam ter maior status, e os pedestres que viam o automóvel como um alienígena naquele lugar. Segundo Giucci, o automóvel mudara as relações entre pedestres e automóveis.

¹⁷⁹ GIUCCI, 2004, p. 24.

¹⁸⁰ BRASILIENSE, 2002, p. 45-46.

O pedestre estabelece uma ligação mais cuidadosa com a rua e os caminhos. Símbolo do tempo acelerado, o automobilista ameaça o pedestre. É o inimigo do flâneur, pois a valorização do espaço está relacionada à visão demorada. Na rua o motorista rivaliza com o pedestre.¹⁸¹

Para Joviano, que valoriza a visão atenta do espaço urbano e busca uma nova percepção da cidade, o movimento de carros causa estranheza, além do risco agora imposto ao caminhar. O fluxo de automóveis modificou a rotina da cidade e passou a exigir maior cuidado dos pedestres, como se verifica em episódio envolvendo Dr. Ferreira:

Ferreira descia a Avenida Anhanguera. Tinha pressa e andava com passos miúdos, quase aos saltos. Ao atravessar as esquinas sem nenhum guarda para sinalização, era preciso ter cuidado. O movimento dos carros crescia com a poeira das terras devolutas e dos lotes urbanos. Os atropelamentos se multiplicavam.¹⁸²

A falta de sinalizações restritivas aos automóveis significava autonomia maior para esses veículos e resultava em frequentes sobressaltos dos transeuntes. É como se o lugar fosse do carro e o pedestre surgisse como alienígena no meio do caminho. Embora considerado elemento indicador de progresso, o automóvel não era recepcionado nos bairros periféricos da mesma forma que na parte central da cidade. Conforme observa Joviano, na periferia, quem deveria ficar atento não eram os transeuntes, mas os motoristas, uma vez que as ruas desses bairros não foram tratadas de forma a comportar o tráfego de automóveis, talvez pelo fato de que os moradores dos bairros não pudessem possuir tal meio de transporte, como bem é visível no apontamento de Joviano ao falar que os carros que trafegavam pelo bairro eram guiados por choferes. Uma cena em que as personagens discutem as intermitentes intervenções que se realizam em “cidade de progresso”, indicam como seriam as ruas de uma região periférica:

[...] O carro foi solavancando quando passou por cima de um corte no asfalto, para ligações de novos telefones.
- Deviam já ter consertado isso.
- Cidade de progresso o que me dana é essas coisa. Parece até arrumação de doido. Um ajeita a rua e outro vem com a picareta em cima, expandonga tudo.

¹⁸¹ GIUCCI, 2004, p. 37.

¹⁸² BRASILIENSE, 2002, p. 179.

- Sendo para melhorar não tem importância. Manoel olhou Ferreira com ar de riso.
- Isto aqui ainda é balanço de rede, doutor. Quando sair do asfalto é que o senhor vai sofrer. As ruas do bairro é buraco e lama só.¹⁸³

Essas situações narradas mostram a existência de espaços geográficos bastante distintos, dando inclusive a impressão de que se fala de cidades separadas. Diferenças existem, fronteiras existem, mas é preciso perceber Goiânia como essa totalidade de diferenças que evidenciam seu caráter de fronteira. Fica evidente, nos episódios de *Chão vermelho*, que esse novo elemento introduzido na cidade não era utilizado por todos, mas convivía com a totalidade, mesmo que essa convivência estivesse refletida numa resistência ao automóvel, símbolo do moderno e do progresso.

Um diálogo entre Sancho e Joviano dá conta de que acidentes envolvendo carros em Goiânia se tornaram fato corriqueiro:

- Boas tarde, que Deus lhe olhe.
- Boa. Tava sumido, Sancho.
- Perrengue, seu Jove.
- O reumatismo outra vez?
- Ele e mais um disastre.
- Carro doido?
- Não. Machado cego.¹⁸⁴

O trecho a seguir acrescenta indícios sobre a situação do trânsito na cidade de Goiânia. A cena ocorre quando Dr. Ferreira, médico dos homens, vai buscar seu carro na oficina de Bocacio, médico dos automóveis, e aponta elementos que sugerem a frequência de acidentes na cidade:

- Carro é que nem gente, doutor. Não enguiça num lugar só. Agora o motor ta que é uma seda. A lataria não precisa mexer com ela tão cedo. O senhor nunca deu trombada...
- Guio sempre com cuidado, porque o trânsito aqui já não é brincadeira.
- Pra barbeiro então... Chega carro aqui que só o senhor vendo. Veja aquele ali.
- Apontou um caminhão com o radiador revirado, os pára-lamas amassados, a cabina toda enjambrada, uma paçoca.
- Acabou-se a lataria.¹⁸⁵

¹⁸³ BRASILIENSE, 2002, p. 99.

¹⁸⁴ BRASILIENSE, p. 46-47.

¹⁸⁵ BRASILIENSE, 2002, p. 250.

Tal relação com o automóvel pode ser comparada à situação destacada por Baudelaire e comentada por Berman (2007), mostrando como a cidade moderna força seus habitantes a se adaptarem à modernização material da cidade:

A vida dos bulevares, mais radiante e excitante que toda a vida urbana do passado, era também mais arriscada e ameaçadora para as multidões de homens e mulheres que andavam a pé. É esse, pois, o palco da cena moderna primordial de Baudelaire: “eu cruzava o bulevar, com muita pressa, chapinhando na lama, em meio ao caos, com a morte galopando na minha direção, de todos os lados”. O homem moderno arquetípico, como vemos aqui, é o pedestre lançado no turbilhão do tráfego da cidade moderna, um homem sozinho, lutando contra um aglomerado de massa e energia pesadas, velozes e mortíferas. O homem na rua moderna, lançado nesse turbilhão, se vê remetido aos seus próprios recursos – frequentemente recursos que ignorava possuir – e forçado a explorá-los de maneira desesperada, a fim de sobreviver.¹⁸⁶

Assim, tal como os veículos que circulavam pelos bulevares parisienses no século XIX, os automóveis que trafegavam por Goiânia em meados do século passado eram elementos de modernização que provocavam diferentes reações nos habitantes da cidade e representavam perigo aos pedestres, que tiveram de reaprender a se movimentar pela cidade, esquivando-se dos motoristas imprudentes e dos “carros doidos”.

Outro elemento que pode ser associado ao progresso e ao moderno é o cigarro, mas não o palheiro. A moda era fumar cigarros enrolados em papel e fornecidos ao mercado pela indústria do tabaco, como os consumidos por Joaquim. Mas Joviano mantinha a velha tradição:

Joaquim puxou um maço de cigarros, estendeu a mão.
- Tira um pra ti.
- Me desculpe, Joaquim. Gosto mesmo é do palheiro.
- Mas isso é “LUIZ XV”, velho!
- Seja que Luiz for, não gosto. Esses troços tem gosto de cisco, não mata a vontade.
Joaquim riu, afetado e zombeteiro.
- Tu precisa tomar um banho de civilização, velho! Vai para São Paulo, isto aqui é tapera!
- Gosto daqui, Joaquim. Cidade que a gente ajuda a fazer é mesmo que filho. Ninguém gosta de separar dela.¹⁸⁷

¹⁸⁶ BERMAN, 2007, p. 190.

¹⁸⁷ BRASILIENSE, 2002, p. 63.

Para Joaquim, recém-chegado de São Paulo, a civilização¹⁸⁸ seria o lugar de onde ele veio e a cidade de Goiânia seria uma tapera sem nenhum traço de civilização. O comentário de Joaquim aponta a marca de cigarro como elemento identificador e diferenciador de classe social. Luiz XV era o nome do cigarro de luxo lançado pela Souza Cruz na década de 1950. Nas peças de propaganda publicadas em jornais da época, a companhia usava o slogan “Cigarros Luiz XV, para uma elite”.¹⁸⁹

Mendonça realizou estudo com objetivo de identificar as representações da modernidade na publicidade brasileira durante o período de 1956-1960, a partir de propagandas veiculadas na revista *O Cruzeiro*. A autora apresenta a seguinte discussão sobre as propagandas do cigarro:

Os anúncios dos cigarros Luiz XV, por exemplo, relacionavam diretamente a elite dos anos 50 com a aristocracia francesa e a ostentação dessa época [...]. Em um desses anúncios, que ocupavam a última página da revista, a imagem é bastante significativa ao retratar, em um plano maior, um casal trajando vestimentas, chapéus e perucas da corte francesa do século XVIII e, no plano menor, um casal da década de 50 elegantemente trajado e em frente a um automóvel de luxo. Nessa propaganda apenas uma frase: “o requinte de ontem para uma elite de hoje”. (*O CRUZEIRO*, 25/02/56; 19/05/56). Anos depois a marca de cigarros não apresentava a imagem de época, mas insistia na mesma relação, onde o “estilo Luiz XV” permanecia como símbolo de elegância, lembrando “uma era de esplendor”. (*O CRUZEIRO*, 06/02/60, p. 42).¹⁹⁰

Acredito que a partir desse ponto se pode entender de onde advém o entendimento de Joaquim, que valora positivamente o cigarro ao enfatizar que se trata de um Luiz XV, considerando-o elemento distintivo em relação ao que ele julga atraso. Tais cigarros eram interpretados como representantes do moderno e, ao optar por consumi-los, o personagem, de certa forma, aderiu a um modernismo. Ressalto ser ele um modernismo repleto de ambivalências, mesmo porque esse símbolo de glamour e de modernidade não tardou em apresentar seus malefícios. Uma das vítimas era Toninho:

¹⁸⁸ Ver OLIVEIRA, 2006.

¹⁸⁹ O ESTADO DE SÃO PAULO, 2010.

¹⁹⁰ MENDONÇA, 2008, p. 30-31.

A taquicardia voltava a incomodá-lo. Deveria ser por causa do cigarro, de nome pomposo, chamarisco de mocinhas pedantes. Qualquer cigarro de nome bonito e empacotamento vistoso tinha gosto de cisco, sapecava a língua, dava azia e provocava pigarro. Tinha preguiça de preparar cigarros de palha. A verdade é que ficava com receio de estragar o hálito, amarelar os dedos.¹⁹¹

Noto também aqui a influência do hábito de fumar nas relações sociais. Além de chamar a atenção das moças, os cigarros de nomes pomposos, como o Luiz XV, eram consumidos por pessoas que, como Toninho, saciavam não somente a vontade de dar boas tragadas, mas também o desejo de status social. Apesar de reconhecer que tinha gosto de cisco, como apontara seu pai Joviano, ele continuava a fumar os cigarros industrializados. A razão, segundo o narrador, seria o fato de Toninho acreditar que eles fariam menos mal que o artesanal, que poderia estragar o hálito ou amarelar os dedos. Assim, a incorporação do cigarro industrializado e o abandono do consumo do cigarro artesanal configuram uma contradição de Toninho, diferentemente de Joviano, que não tinha dúvidas e nem pretendia substituir seu palheiro.

Constato que, assim como o uso de automóvel, o consumo de cigarro industrializado não era prática homogênea. É isso que procuro enfatizar neste subcapítulo: a presença de contrários e de heterogeneidade na sociedade representada em *Chão vermelho*.

A ambivalência também se expressa nas próprias personagens, como Joaquim. Ele, que antes elogiara o moderno e o progresso e incentivara seu amigo Joviano a ir tomar um banho de civilização, demonstra irritação com outro símbolo do progresso. Nessa cena, a posição de Joviano também se inverte ao defender tal elemento:

- Essa estrada de ferro é uma bucha. Solta faísca na roupa da gente feito capeta.
- Batendo as alpercata no chão, como naquele tempo, era muito pior, Joaquim.
- Hoje quem anda a pé é bicho do mato.¹⁹²

Apesar de criticar a estrada de ferro, Joaquim acaba reconhecendo que ela é necessária e novamente reforça o caráter social desse avanço tecnológico. A

¹⁹¹ BRASILIENSE, 2002, p. 118.

¹⁹² BRASILIENSE, 2002, p. 61.

ferrovia foi associada ao progresso e ao moderno; entretanto, acabou por gerar uma estranheza diante do novo que se achegava e sentimentos não consensuais nos habitantes da cidade, conforme aponta Brandão:

As multidões se dividiam entre o encanto e o assombro sob o impacto da novidade proporcionada pela máquina, símbolo da modernidade. Esse sentimento percorre os lugares por onde a ferrovia passa e muitos buscam representar essas imagens, alguns de forma romântica, outros de modo a divulgar seus interesses, a maior parte pertencente à elite burguesa, beneficiada economicamente pelas transformações.¹⁹³

Além disso, a chegada da ferrovia envolvia uma associação com o tempo — tanto é que muitas estações possuíam um relógio em posição de destaque — e moldava novos hábitos: as pessoas já não viajavam mais “batendo as alpercata” como “bicho do mato”. Acerca dessa relação, informa Brandão:

O trem foi representado, no Brasil, como nos demais países, como o grande condutor da civilização e veículo de integração nacional. [...] O trem símbolo do progresso e da civilização molda novos hábitos, entre eles o de medir o tempo pelo relógio, colocado nas estações, que substitui o tempo natural, medido pelo sol e pelo sino da igreja.¹⁹⁴

Outra resistência à modernização se refere ao consumo de água filtrada, que passou a fazer parte da rotina Joviano depois da morte de Terêncio:

[...] Terêncio havia morrido de febre braba, em poucos dias, com o corpo cheio de manchas rochas, os olhos vesgos minando pus, num desespero de unhar paredes. Os médicos disseram que era tifo vindo de água sem asseio. Agora tinha um filtro em casa. Achava que o maquinismo estragava o gosto da água, tirava até a sustança dela. Nas construções os trabalhadores bebiam na mão, emborcados por cima dos registros. O filtro era um luxo de casa.¹⁹⁵

Nesse caso, apesar da necessidade de uso por questões de saúde, o filtro é visto como um luxo, ou seja, algo supérfluo e desnecessário. Acrescenta-se à estranheza aos elementos representativos de modernização o pensamento de Joviano que, ao trabalhar na construção de casas pensadas e planejadas além da utilidade, considera aspectos decorativos um luxo desnecessário:

¹⁹³ BRANDÃO, 2005, p. 33.

¹⁹⁴ BRANDÃO, 2005, p. 33.

¹⁹⁵ BRASILIENSE, 2002, p. 44-45.

Joviano fazia o acabamento no muro do jardim de residência de luxo no centro da cidade, em rua asfaltada. A colher tinha ao partir tijolos e igualar saliência de grã-fino sem gosto. Aquilo iria esbarrondando aos poucos, mesmo com serviço caprichado. Qualquer pancada levaria os alto-relevos idiotas.¹⁹⁶

Novamente Joviano não se insere naquele projeto modernizador; apenas vende sua força de trabalho para a cidade que cresce. A crítica do personagem incide nos estilos arquitetônicos que valorizavam elementos decorativos, como o *art-decò*, adotado pelo governo, quando da construção de Goiânia, para destacar suas edificações. Para Coelho, essa opção pelo *art-decò* teve grande repercussão no Brasil, principalmente em função do

apoio dado pelo governo de Getúlio Vargas, com o lema “progresso e modernidade”. Era o Art Déco o modelo que melhor representava o “desenvolvimento” proposto por Vargas e o “progresso” que igualaria o Brasil ao mundo civilizado da Europa e dos Estados Unidos. [...] Sendo assim, a nova capital deveria representar algo completamente diferente do conhecido até então pelos goianos. E é exatamente isso que será implantado: uma cidade que traz em si a mudança política, a substituição das antigas oligarquias por novas, a tradicional arquitetura da colônia portuguesa pela arquitetura da modernidade, da internacionalização, do futuro.¹⁹⁷

É possível supor que a resistência em aceitar as novas propostas de arquitetura se baseava na desaprovação de uma futilidade desnecessária¹⁹⁸, assumida pelo governo como forma de ostentar poder político por meio de materializações arquitetônicas. Joviano vivia nesse contexto, mas não concordava com ele, apesar de direcionar sua força de trabalho para a construção de estruturas modernas. Afinal, uma materialidade pretensamente moderna não bastava para tornar uma cidade moderna, mesmo porque, no que se refere a Goiânia, as condições paisagísticas, urbanas e sociais não permitiam essa caracterização homogeneizante.

¹⁹⁶ BRASILIENSE, 2002, p. 172.

¹⁹⁷ COELHO in BOTELHO, 2002, p. 107.

¹⁹⁸ Tal questão foi discutida por Freitas, que aponta não ser lugar comum construções dotadas de características *art-déco* na cidade: “O estilo moderno dessa residência [de Pedro Ludovico Teixeira], com influências art-déco, não se repetiu nas ‘casas-tipo’ dos primeiros tempos da cidade. Nessas predominaram os chalets de inspiração eclética, com telhados à feição européia, a exemplo do que ocorria nos Jardins paulistanos, que ditavam a moda. Em alguns detalhes, esteve presente ocasionalmente o neocolonial: nas varandas, nas rótulas das janelas, nos azulejos e gradis.” (FREITAS, 1999, p. 251).

Existiam ainda problemas materiais que se opunham às intenções de progresso. Um dos símbolos do progresso é a energia elétrica, conforme bem anunciava o urbanista Armando Godoy em 1933, ao fazer relatório ao interventor do Estado, Pedro Ludovico Teixeira, sobre a conveniência da construção de uma nova capital no Estado. Monteiro (1938) transcreve as palavras de Godoy:

A eletricidade é a forma de energia que mais facilmente se transforma em outras, apresentando, por isso, maior souplesse e sendo mais submissa ao domínio do homem. E é esta a razão pela qual ela está acionando a vida moderna nos seus mais importantes aspectos. Na cidade progressista, ela é tudo. Domina a existência urbana durante o dia e pela luz intensa que fornece, permite a circulação através da noite, nas praças, nas avenidas e dentro dos edifícios. As cidades que morriam à noite antes do homem haver conquistado os meios de governar tão poderosa força.¹⁹⁹

Ao governo goiano, dirigiam-se recomendações para que providenciasse o abastecimento de eletricidade em Goiânia:

O que se faz mister é que o governo goiano tudo faça com o escopo de poder fornecer aos habitantes da futura capital força e luz pelo menor preço possível. O desenvolvimento e a prosperidade do centro urbano em projeto ficará dependendo enormemente de tal condição.²⁰⁰

Contudo, o fornecimento de energia elétrica foi inviabilizado por uma série de dificuldades. Em alguma medida, pode-se dizer que a cidade estava moribunda durante a noite, pois faltava luz para dar-lhe o vigor referido por Godoy. Uma citação emblemática presente nos escritos sobre Goiânia é um verso de Monteiro Lobato que visitou a cidade em seus anos iniciais:

Goiânia, cidade linda
que me encanta e seduz
De dia, não tem água
De noite, não tem luz.

O texto é marcado pela ironia. A aclamação de Goiânia como cidade bela que seduz e encanta logo é enfraquecida pela referência à falta de água e de luz — elementos essenciais para uma cidade que se propõe moderna pela ousadia dos

¹⁹⁹ GODOY citado por MONTEIRO, 1938, p. 56.

²⁰⁰ GODOY citado por MONTEIRO, 1938, p. 65.

seus traçados. Assim, o encanto da visão inicial da cidade é encoberto por uma sombra gerada pela ausência de condições básicas de urbanidade.

Essa problemática também está presente no romance *Chão vermelho*, que realça a energia elétrica basicamente como fonte de luz, não destacando outras utilizações. Sua ausência é uma rotina, seu suprir é uma constante. Daí a ordem de Dona Fia para Binduca ir comprar gás querosene: “Larga esse Gibi dos inferno e vai comprar gás agorinha mesmo. A luz ta feito vaga-lume e termina é sumindo. Tinha vontade de socar essa luz...”²⁰¹. Esse suprir, quando não por gás querosene, é feito por vela, como se constata num diálogo iniciado por Cabo Joca ao visitar Joviano:

- Parece que vão rezar terço aqui?
- Terço?
- E aquele maço de vela na mesa?
- Isto é de Toninho, pra estudar quando a luz enguiça. Essa luz é uma peste!
- Cadê o motor novo?
- Diz que pipocou tudo.
- Na barranca falaram que é máquina de trabalhar dibaixo d’água. Será?
- Falaram que era de submarino. Só entendo de construção.²⁰²

Percebe-se que a falta de luz elétrica é uma constante na cidade, compondo parte da rotina da casa de Joviano. É motivo de ironia desferida pelo amigo de Joviano vindo de São Paulo:

- Joaquim espiava a lamparina com cara de ironia e perguntou.
- Quebrou uma usina daqui? Isto é coisa de roça.
 - Uma vez água levou. Agora deve ser enguiço, depois ela vem.²⁰³

Cabe lembrar que foi construída uma usina para fornecimento de energia elétrica, mas ela foi levada pelas águas. O motor de um submarino utilizado como gerador também não suportava fornecer energia elétrica para a cidade. O narrador se vale do surreal para trazer à tona uma realidade de Goiânia. Usa a história de um sonho contado por um menino ao passar pela rua e ouvido por Joviano:

Passou um desconhecido com um menino pela mão. A criança contava um sonho em voz alta.

²⁰¹ BRASILIENSE, 2002, p. 49.

²⁰² BRASILIENSE, 2002, p. 53-54.

²⁰³ BRASILIENSE, 2002, p. 62.

- Pai, amanhã de noite eu sonhei que tinha um motor de luz. Aí eu chamei mamãe e falei: mãe, a luz já tá acendida. Aí mamãe perguntou: Pra que esse motor?" Aí eu falei: é pra pindurar sapato! O homem riu [...]²⁰⁴

As imagens contrastam como num sonho: um motor que serve para gerar luz, mas que também serve para pendurar sapatos. A utilidade última é mais eficaz que as demais. Sobre a energia elétrica e as origens desse motor, Freitas esclarece:

A energia elétrica provinha de um motor a óleo cru, que trabalhava durante poucas horas da noite. A situação melhorou com a inauguração da usina Jaó, que uma enchente levou de roldão, alguns anos depois. Com o Brasil em guerra, não havia como importar equipamentos elétricos, os quais não eram fabricados no país. A cidade ficou às escuras, até que foi possível adquirir o motor de "um navio velho", afinal instalado na Alameda Botafogo. Essa situação estendeu-se até a inauguração da usina do Rochedo, em 1958.²⁰⁵

O narrador aproveita a presença de um circo na cidade e a força da luz por ele gerada para tecer uma crítica à iluminação pública, ao destacar que a luz advinda de um motor trepidante era mais forte que a iluminação pública:

Próxima da bilheteria havia uma clareira, na multidão maciça. Por ali alguns rapazola e criadas dengosas corseavam. As sombras que a iluminação interior projetava na lona do circo indicavam que a bilheteria estava bem movimentada. A luz era forte, em contraste com a iluminação pública, e provinha de um motor que trepidava numa barraquinha.²⁰⁶

A luz interior do circo, fornecida por motor próprio, destaca-se em relação à iluminação pública que, em outra situação, é mostrada como precária. O problema não se restringia aos bairros operários e costumava ocorrer na área planejada, como na casa de Noêmia, por exemplo.

[...] O racionamento de luz transformava os postes em vultos na escuridão. [...] Um corisco fez um arranhão céu nimbado. Ouviu-se um estalido no fusível do alpendre e o ribombo do trovão saiu violento. A voz de Noêmia abrandava a agressividade da noite.
- Vou acender uma vela na sala. [...]²⁰⁷

²⁰⁴ BRASILIENSE, 2002, p. 57.

²⁰⁵ FREITAS, 1999, p. 253.

²⁰⁶ BRASILIENSE, 2002, p. 121-122.

²⁰⁷ BRASILIENSE, 2002, p. 70.

Essas questões se traduzem em sensibilidades e em críticas a determinadas condições da cidade, expressas pelo autor nas vozes de sua narrativa e de suas personagens. Ele é um vivente da cidade; daí a narrativa muitas vezes intimista e personalista da situação. A falta de energia ou mesmo sua precariedade é entendida e vivida com naturalidade nas narrativas, o que evidencia o caráter permanente dessas ausências e a perturbação causada por elas.

A água é outro elemento associado por Godoy à vida moderna. Em texto transcrito por Monteiro (1938), o urbanista enfatiza:

Entre os elementos mais indispensáveis à fundação e desenvolvimento de um centro urbano figura a água. Sem tal elemento ao alcance dos habitantes de uma cidade, a qualquer hora do dia ou da noite, nos mais elevados pavimentos dos prédios, ela deixa de realizar um dos principais requisitos estabelecidos pela vida moderna.²⁰⁸

Quanto ao fornecimento de água, o romance registra escassez: “Quando chegasse em casa tomaria um banho demorado com sabão de cozinha, para desinfetar-se. Com as chuvas a água não vinha mais chorada nas torneiras”²⁰⁹. Era preciso chover para que os reservatórios de água ficassem mais cheios e possibilitassem uma quantidade maior de água. Essa situação confirmava os versos de Monteiro Lobato. Além de água encanada, o abastecimento da cidade muitas vezes era feito com uso de cisternas, condenadas pelos ideais sanitaristas. Elas representavam perigo para a população. “Naquele tempo os serenatistas tinham medo das cisternas, e um engenheiro alemão certa noite caiu num desses poços. Chico ouvira o baque e o grito e dera o alarme, a tempo de salvar-se o estrangeiro descuidado.”²¹⁰

Percebe-se que, quanto à questão da saúde — vale lembrar que essa era uma das razões motivadoras da mudança da capital²¹¹ —, a cidade não era dotada de preceitos modernos de saúde e higiene de forma global. Afinal, o abastecimento se relaciona com essa atenção à saúde dos habitantes do município.

²⁰⁸ GODOY citado por MONTEIRO, 1938, p. 62.

²⁰⁹ BRASILIENSE, 2002, p. 134.

²¹⁰ BRASILIENSE, 2002, p. 46.

²¹¹ “Ao decidir-se pela edificação de uma cidade moderna, o interventor Pedro Ludovico Teixeira — que era médico — pretendia que a nova capital privilegiasse a saúde dos habitantes, que seriam atendidos com abastecimento de água, rede de esgotos sanitários, coleta de lixo e regulamentação das construções, segundo parâmetros ideais de higiene e conforto.” (FREITAS, 1999, p. 239).

Observo no romance alguns aspectos que se relacionavam ao *habitus* da sociedade, algumas vezes alvo de intervenções baseadas em regulamentações estatais. Exemplo de um *habitus* distante dos ideais salutarés era a forma que um taboquero lavava os copos em seu bar: “O taboquero deixou de remexer os miúdos na gaveta, mergulhou um copo na água amarelada de uma bacia que estava na tábua inferior da prateleira. Meou-o de cachaça e depositou-o no balcão. [...] Depois de virar a dose Sílvia cuspiu na porta.”²¹²

Essas práticas faziam parte do *habitus* local e dificilmente mudariam de um instante para outro, assim como a resistência de Joviano ao cigarro de nome pomposo e a ideia de que a água perdia sua substância ao ser filtrada. O Estado pode até tentar dotar a cidade de estruturas e preceitos que considera salutarés, mas a cidade é uma realidade que se coloca além dessas regulamentações. Nessa perspectiva, a literatura possibilita captar os costumes de determinado momento histórico não registrado em documentos oficiais.

Em *Chão vermelho*, Toninho ganhou um prêmio pela escrita de um conto que, segundo ele, “brotara de uma cena que vira à porta de uma farmácia”.²¹³ Isso dá bem conta da saúde na cidade de Goiânia. A narrativa explica a cena que inspirou o conto:

A mulher magra estava com o filho morto nos braços, agachada no passeio, os olhos abobados no vaivém dos caminhantes. Conversara com ela. Não tinha marido, não sabia de quem era o filho. Apenas dela. O pai de criação a botara no mundo ainda menina e ficou como bate-enxuga de trabalhadores pelas roças. Depois do filho, sempre perrenque, a decadência veio completa. Procurara a Santa Casa para tratar do menino, mas não havia vagas, e muita gente dormia nas proximidades do prédio. No dia seguinte o médico receitara, dizendo que o caso era grave e não tinha o remédio indicado. Quando conseguiu uma farmácia que lhe aviasse a receita, de graça, saiu um pouco para dar de mamar ao filho. Aí é que viu que já era defunto.²¹⁴

Essa cena, que localizo na década de 1950, possui algumas semelhanças com a situação existente na década de 1940 e descrita por Freitas:

²¹² BRASILIENSE, 2002, p. 72.

²¹³ BRASILIENSE, 2002, p. 162.

²¹⁴ BRASILIENSE, 2002, p. 162.

Decresceu, no período considerado, o índice relativo a doenças do aparelho circulatório, possivelmente em decorrência das campanhas de erradicação de endemias e pandemias, levadas a efeito por organismos governamentais. Aumentaram, todavia, os percentuais relativos à mortalidade pré-natal/neonatal, bem como as mortes violentas, marca dos aglomerados urbanos de crescimento populacional desordenado. A falta de assistência médica foi responsável por 38% dos óbitos ocorridos em Goiânia, nos anos de 1941-1942.²¹⁵

Importa notar a expressiva quantidade de óbitos registrados tendo como causa a falta de assistência médica. Isso significa que mortes poderiam ter sido evitadas se houvesse um cuidado especial com a saúde da população. Como muitas pessoas não tinham condições financeiras para pagar um tratamento particular, recorriam à assistência pública, mas, segundo os comentários de Toninho e de Freitas, não encontravam um atendimento satisfatório. Isso quando conseguiam ser atendidas, pois faltavam vagas nos estabelecimentos de saúde. A Santa Casa – uma das instituições que atendiam as pessoas gratuitamente – não tinha capacidade para atender toda a demanda e eram comuns as filas que se formavam à espera de assistência.

Os socorros voluntários prestados pelo “bondoso” Dr. Ferreira também servem como referência da precariedade do atendimento à saúde. Ele era sempre procurado e atendia as pessoas em diversos trechos do romance, independentemente dos recursos financeiros ou classe social. Sua intenção era ajudar os habitantes e salvar vidas. Essa é uma das questões que perpassam todo o romance: a doença como parte da existência das pessoas e a ineficiência das políticas públicas em oferecer soluções. Os transtornos enfrentados pelos moradores apontam a inexistência de uma cidade lócus da saúde, apesar de ela ter sido idealizada com essa possibilidade. Segundo dados do IBGE, nos anos de 1954 e 1955, Goiânia possuía respectivamente 11 e 10 estabelecimentos médico-sanitários, sendo que destes, apenas três em cada ano eram oficiais, os demais oito e sete, respectivamente, eram particulares.²¹⁶

Na leitura de *Chão vermelho*, enxerga-se uma cidade heterogênea, múltipla, ambivalente, contraditória, um lugar de diferenças. O romance possibilita perceber a cidade e seus atores sociais ao mostrar pontos de vista que se contrapõem a muitos

²¹⁵ FREITAS, 1999, p. 279.

²¹⁶ Disponível em http://www.ibge.gov.br/series_estatisticas/

dos debates que giravam em torno da cidade. Nesse aspecto, expõe sensibilidades e sociabilidades reveladoras do modo de vida da cidade e de seus habitantes em coordenadas específicas de espaço e tempo.

Mesmo evidenciando as múltiplas facetas do processo de construção da nova capital de Goiás, o romance tem como ponto de sustentação o mundo operário e os desdobramentos de sua história naquele contexto. Eli Brasiliense expressa com nitidez o cotidiano de uma sociedade que se percebia diferente, desenha os contornos de uma cidade marcada por fronteiras simbólicas que dividiam os viventes e seus costumes e desejos.

Chão vermelho mostra os limites sociais e culturais que se estabeleceram entre os operários da construção civil e os patrões, entre o poder político e a força de trabalho. As poucas relações de camaradagem manifestadas na literatura não indicam ter havido uma aproximação estreita entre os diferentes grupos; pelo contrário, denunciam o distanciamento entre capital e trabalho daqueles tempos modernos. Esse aspecto é fortemente explorado no percurso do romance e a sua intensidade revela muito da cidade, por isso minha opção em abrir espaço para esse debate.

Cabe destacar que a cidade não deixa de apresentar características associadas ao moderno e ao progresso, mas essa questão não constitui a pauta principal do romance. Mesmo assim, as experiências relacionadas a essa vertente do moderno são perceptíveis; ora são desejadas e vividas, ora são vividas mas indesejadas, e em outros momentos são desejadas mas encontram entraves para vivência. Nesse cosmo de heterogeneidades afloram características da modernidade e seu contrário, o que inviabiliza as tentativas de determinar se uma cidade é integralmente moderna ou não moderna.

É exatamente nesse ponto que a literatura enriquece as discussões sobre o tema. Há que se considerar que grande parte dos estudos que tratam de Goiânia em seus anos iniciais pretende responder se a cidade seria moderna ou não. Trata-se de uma proposição excludente, pois reivindica única resposta: ou é ou não é moderna. Entendo ser coerente modificar o questionamento de forma a permitir o imbricamento de ambas as alternativas. Afinal, a resposta começa pela pergunta e há muitos caminhos possíveis de investigação, muitas hipóteses que não podem ser

desconsideradas, porque comportam ambivalências próprias da trama histórica e múltiplas visões sobre o humano e o espaço urbano.

Instigantes contradições e perspectivas da realidade são encontradas em *Chão vermelho*, que mostra a cidade como espaço de exploração do humano, de trocas e relações sociais. E tudo isso ultrapassa os limites descritivos do projeto da urbe, ampliando-se para o universo de imagens e representações, memórias e culturas, desejos e práticas marcadamente humanas. Nesse sentido, a discussão não se esgota nas páginas do romance, porque ele incita novos questionamentos, outros debates, e abre diversas possibilidades de interpretação.

3.2 Espaços de lazer

O lazer é também componente do viver cidadão. Antes de discutir quais os espaços e os lazeres descritos no romance, é preciso destacar que a noção de lazer não pode ser pensada sem que se estabeleça uma relação com o social. Isso porque o lazer não é uma prática isolada e, portanto, não pode ser desassociada dos outros aspectos do viver. Pode representar espaço de encontros e celebrações, mas, paralelamente, rota de fuga ou de alienação. Essa relatividade impede que se defina lazer sem levar em conta sua contextualização, mesmo porque

o entendimento do lazer não pode ser estabelecido somente a partir do conteúdo da ação, ou pelo menos que ele não constitui condição suficiente para a conceituação. Se para algumas pessoas o futebol, a pescaria, a jardinagem constituem atividades de lazer, certamente isso não se verifica, em todas as oportunidades, para o jogador profissional, o pescador que depende da sua produção, ou para o jardineiro.²¹⁷

De acordo com Marcellino, o lazer é caracterizado basicamente pela “possibilidade de escolha das atividades e o caráter ‘desinteressado’ de sua prática [...] No entanto, o que se observa, muitas vezes, são práticas compulsivas, ditadas por modismos, ou demonstrações de status”.²¹⁸ O autor comenta que esse contexto é também marcado por componentes de produtividade que valorizam a performance

²¹⁷ MARCELLINO, 2006, p. 8.

²¹⁸ MARCELLINO, 2006, p. 14.

e o produto e não o processo de vivência que lhe dá origem. “E o próprio caráter social, requerido pela produtividade, confina e adia o prazer para depois do expediente, fins de semana, períodos de férias, ou, mais drasticamente, para a aposentadoria.”²¹⁹

Considerando sua relação com o social, o estudo do lazer é primordial para melhor compreensão da sociedade. O romance apresenta algumas opções de lazer na cidade de Goiânia. Uma dessas práticas é narrada numa observação de Joviano sobre a cidade: “Lá embaixo estava a Avenida Anhanguera, onde se realizava o footing de rapazes e moças, entre a Praça do Bandeirante e a Rua Seis, quando não chovia.”²²⁰

Novamente a observação do narrador coloca uma distância expressa pelo “lá embaixo”. Esse lugar, a Avenida Anhanguera, é mapeado dentro da cidade planejada, num espaço entre a Praça do Bandeirante e a Rua Seis. Por ser ponto de encontro social, o que se observa é a intenção de um espaço para sociabilidades entre rapazes e moças. Tal prática recebe o nome de *footing*, que é de caráter urbano, conforme explica Oliveira:

Consistia em passeios geralmente de jovens por certas partes da cidade, aos domingos, após o término da primeira sessão de cinema (por volta das dezoito horas) e ia até o início da noite. Também chamado de vai-e-vem, ele era uma prática de diversão em que o fim se confundia com o meio: não se caminhava para chegar a algum lugar, mas simplesmente por caminhar.²²¹

Apesar de vincular tal prática “à apreciação estética da metrópole moderna”²²², Oliveira defende que isso seria um desvirtuamento em face da impossibilidade de dizer que Goiânia era uma metrópole antes dos anos 1960, por ser esse o período que situa a cidade como moderna metrópole e o momento em que ela deixa de ser tradicional ou provinciana. Ele acrescenta que “faltava, ao footing de Goiânia, o anonimato que somente a multidão metropolitana poderia conceber.”²²³. Quanto ao anonimato, é detectado na multidão pelo olhar atento do narrador e dos personagens do romance, como mostra o diálogo entre Toninho e seu amigo Alfredo:

²¹⁹ MARCELLINO, 2006, p. 14.

²²⁰ BRASILIENSE, 2002, p. 274.

²²¹ OLIVEIRA, 1999, p. 55.

²²² OLIVEIRA, 1999, p. 56.

²²³ OLIVEIRA, 1999, p. 56.

Ao passar pela porta de um bar viram um ajuntamento. Logo alguém lhes informou que um sujeito havia matado um sargento pelas costas. Havia coágulo de sangue no asfalto.

- Esses bares daqui são azarados, já notou?

- Não tinha posto sentido.

- Quase todo bar daqui foi batizado com morte. Até suicídio tem dado. Lembra-se daquele meu colega?

- Lembro.

- Também Goiânia já é cidade grande e em todo centro assim desenvolvido o ar é de tragédia.²²⁴

O crescimento da violência é atribuído ao processo acelerado e muitas vezes desordenado de desenvolvimento das cidades. O desconhecimento da população sobre as pessoas que morrem já pode ser notado como característica da cidade grande. Toninho e Alfredo são jovens que cresceram com a cidade, mas que não conseguem mais identificar todos os vivos e os mortos à sua volta, diferentemente da geração mais velha, da qual Joviano faz parte, cujos comentários e evocações lembram pessoas conhecidas. No ambiente em que cresceu Joviano, as pessoas têm nome e nenhuma delas seria identificada simplesmente como “um sujeito que havia matado um sargento”.

Noutro momento, a narrativa reforça: “A população da cidade já era bem crescida, a todo momento surgiam caras novas pelas ruas. Milhares de fisionomias estranhas. Andava-se no meio de uma multidão sem se notar um conhecido.”²²⁵

Em oposição e em paralelo a esse desconhecimento das pessoas, alguns hábitos de cidade pequena eram mantidos, como a divulgação informal dos fatos e de informações sobre quem deles participava:

Tinha o costume não contar coisas tristes em casa, apesar de saber de tudo que se passava na cidade, pelos comentários nas construções. Muitos trabalhadores se vingavam do orgulho de ricos, divulgando coisas podres a respeito deles. Coisas que eram sabidas por intermédio de namoradas que trabalhavam em tais casas.²²⁶

As pessoas se entrosavam e sabiam até indicar o endereço dos vizinhos e conhecidos. Isso é demonstrado na chegada de Joaquim à casa Joviano e Dona Fia:

²²⁴ BRASILIENSE, 2002, p. 127.

²²⁵ BRASILIENSE, 2002, p. 188-189.

²²⁶ BRASILIENSE, 2002, p. 60.

- Onde vem assim, Quinca?
- De São Paulo. Acertei com a casa de vocês indagando daqui e dacolá. Jove é muito conhecido aqui.²²⁷

Retomando a questão do lazer, pode-se dizer que em Goiânia se mesclavam atividades características das cidades modernas e práticas tradicionais de cidade pequena. O Jóquei Clube é citado como lugar de lazer, frequentado especialmente por pessoas da alta sociedade, a exemplo de Waldo, Noêmia e Dr. Ferreira. Num diálogo entre Toninho e Noêmia, ele questiona se ela fora ao Jóquei Clube:

- Foi ao baile do Jóquei?
- Não.
- Waldo me disse que havia dançado muito com você...
- Disse? Certas horas chego a ter dó de Waldo. É o tipo do glostorado, exibicionista, espanta qualquer moça que não seja leviana. Não é meu tipo.²²⁸

Em outro episódio, Dr. Ferreira se lembra da primeira vez que levou Santinha ao Jóquei Clube: “A primeira noite que resolvera levá-la ao Jóquei Clube uma onda de preconceitos os envolveu, mas logo os cartões de noivado puseram fim à fevura dos mexericos.”²²⁹

Percebe-se assim o caráter elitista do lugar e seu vínculo não apenas com simples distração e divertimento. A frequência ao Jóquei Clube estava associada a status, à posição na sociedade. Portanto, o local não necessariamente consistia num ponto de fuga e de afastamento das lidas diárias e estressantes; era mais um indicador de distinção e, por que não dizer, segregação social. Tanto que, ao levar a filha de um operário da construção civil para um evento lá realizado, o médico da cidade, frequentador do clube, e sua acompanhante foram alvos de comentários preconceituosos. Essa passagem do romance demonstra que os ambientes destinados a práticas de lazer também comportam atitudes segregacionistas e discriminatórias. Mas o contato entre pessoas de classes diferentes se mostra como possibilidade, mesmo cingido pelo olhar da diferença.

Em *Chão vermelho*, o Bairro de Campinas é lembrado como um lugar onde os homens podem conhecer as moças com mais liberdade:

²²⁷ BRASILIENSE, 2002, p. 61.

²²⁸ BRASILIENSE, 2002, p. 69.

²²⁹ BRASILIENSE, 2002, p. 105-106.

- *Merci, mona ami.* Vou rebater, sabe? Estou chegando agora de Campinas. Pousei por lá, com uma morena daqui... Pegou na ponta da orelha, os dentes sujos escorando um sorriso cretino. Teria lavado as mãos? Não, não havia apertado a mão dele.²³⁰

Interessante notar que esse é um dos raros momentos do romance em que o Bairro de Campinas é citado. Pondero duas hipóteses para explicar essa questão. A primeira dá conta de que existia uma segregação entre Campinas e Goiânia e que tais localidades não viviam harmoniosamente. O silêncio talvez seja uma forma de se tentar ignorar o Bairro de Campinas. Na segunda hipótese, Campinas significaria, assim como os demais bairros, apenas mais um local periférico sem grande importância. Esta seria mais plausível, considerando que Eli Brasiliense não se furtaria em criticar algo que o perturbasse em relação a Campinas.

Deve-se ainda levar em conta que a história do romance se passa principalmente nos bairros operários e na cidade planejada, que eram ambientes da vivência do personagem principal. Cabe ressaltar que Campinas também abrigava trabalhadores da construção civil, mas no romance eles não são situados. É uma situação que envolve um centro irradiador do capital-trabalho e os direcionamentos provenientes do radial para a periferia e vice-versa. Todavia, cumpre esclarecer que se trata aqui de hipóteses e que não se descartam as fronteiras sociais e espaciais entre o plano inicial e Campinas²³¹; apenas ainda não se tem nítido o comportamento do romance quanto a isso.

Outra prática de lazer mencionada é a ida ao cinema, que aparece no diálogo entre Toninho e Noêmia:

- Pensei que estivesse no cinema – falou aproximando-se.
- Hoje é reprise. Fui ontem com mamãe. Bom filme. Não me diga que você não assistiu ao famoso “Luzes de Ribalta”.
- Gosto muito de Carlitos mas não pude ir.²³²

A estranheza de Noêmia por Toninho não ter assistido ao filme clássico de Charles Chaplin conota que o cinema era um lugar de frequência de ambos. A ida de Noêmia com sua mãe ainda evidencia que se trata de um ambiente familiar. Freitas, ao comentar sobre o lazer na cidade, inclui o cinema:

²³⁰ BRASILENSE, 2002, p. 159.

²³¹ OLIVEIRA, 1999.

²³² BRASILENSE, 2002, p. 68.

Por essa época, os três cinemas existentes na cidade eram locais de encontro e de diversão. No Cine Teatro Goiânia, inaugurado à época do batismo cultural, dançava-se no hall, em animadas vesperais que precediam o início do filme programado. Antigo hábito interiorano, o passeio na praça foi incorporado ao lazer da nova capital, sob o rótulo de *footing* na avenida Goiás. Agremiações sociais e recreativas, bem como clubes de futebol congregavam os diversos segmentos da sociedade em formação. Os mais simples e os mais pobres buscavam distrair-se em pescarias ou em peladas suburbanas.²³³

Aqui Freitas considera o passeio na praça como um hábito interiorano, contrariando a ideia de que se tratava de uma característica moderna. Arrisco dizer que era uma prática híbrida, ou seja, uma incorporação de valores inspirados na prática do *footing* que se moldou aos costumes da população vivente na cidade.

Frequentar casas de prostituição também era uma das alternativas de lazer dos homens da cidade, conforme observa Oliveira:

A maior concorrência dos bares eram as casas de tolerância, em Campinas: as principais eram as da Maria Branca, da Virgulina, da Maria Bonita e da Etelvina, todas em Campinas. Elas eram frequentadas tanto pela elite goianiense (chefes de alguma repartição pública), quanto pelos operários.²³⁴

Sobre esse aspecto, Freitas observa:

Os bordéis de Campinas funcionavam, igualmente, como locais de encontro. Dentre eles o de Ana Bagunça e o de Maria Branca, que era freqüentado por figurões do mundo político: [...] parece que ao tempo era de bom tom, ou era uma alta recomendação a notícia de que um alto funcionário era freqüentador de bordel.²³⁵

Uma fantástica descrição desse mundo dos bordéis é colocada no romance quando Toninho faz uma visita ao cabaré Sonho Azul, que não está situado geograficamente na cidade; daí não se poder afirmar que ele se localiza em Campinas, como sugerem os trechos anteriores. Toninho está há algum tempo sem frequentar o lugar por conta da morte de uma das prostitutas que ali trabalhavam, mas a convite de Waldo acabou parando lá:

²³³ FREITAS, 1999, p. 272.

²³⁴ OLIVEIRA, 1999, p. 55.

²³⁵ FREITAS, 1999, p. 266.

Depois do suicídio de Tianinha não frequentara mais o cabaré. [...] Conhecia muito bem o corpo de Tianinha entregando-se como rameira experiente e sentia-se também responsável pela morte dela, porque se aproveitara de sua juventude perdida. A miséria em casa dos pais a levava à prostituição. Homens endinheirados lhe deram notas sujas para que sua fome passasse e sua virgindade morresse. [...] Waldo parou o carro à porta do SONHO AZUL, onde havia caras novas.²³⁶

O fato de conhecer caras novas revela a constância das visitas ao lugar. A condição econômica foi determinante para que aquela mulher se lançasse no mundo da prostituição: tinha fome, mas não possuía dinheiro para saciá-la. Homens lhe ofereceram dinheiro e em troca queriam seu corpo. E tiveram. Sucessivamente os homens usufruíram daquela “rameira experiente”. É a mulher como mercadoria — ideia que fica mais evidente quando o narrador menciona o cartaz colado na parede:

Sempre que ia àquele cabaré encabulava-se com as letras grandes do CONSUMAÇÃO OBRIGATÓRIA, na parede do fundo, perto da orquestra. Era um perfeito edital. [...] No salão havia movimento, havia gargalhadas histéricas, muitos cafetens trançando entre as rameiras. A orquestra tocava um samba. O trombone imitava uma gaitada de deboche, para depois iniciar um choro que o pistão e a clarineta acompanhavam em surdina. [...] Os pares se arrastavam pelo salão, com a frieza de um troço estrangeiro que substituiu o samba. Algumas mulheres tresnoitadas cochilavam ao ombro de homens suados e vermelhos. Um samba para acompanhar um enterro seria menos impróprio do que aquela música viscosa num ambiente que precisava de animação. [...] Toninho percebera que a túnica dos guardas estava estufada por causa dos revólveres de cano longo. Em outra mesa um professor do Colégio fazia carícias a uma mulher de sorriso parado. Deveria estar bêbada ou esgotada. — Bucheiro! [...] Quando a orquestra parou todos procuraram suas mesas, alguns embarçando-se nas próprias pernas. [...] No meio daquele salão caíra Tianinha como prato apetitoso para mexericos e piedade hipócrita. Por que se julgava tão culpado pela morte dela? Havia desertado o mundo do nojo daquela vida, depois de ver que não passava de pedaço de carne na boca de cães. Fora medo da degenerescência total, quando os lobos esfomeados procurassem outros repastos? Covardia, pela inexperiência da vida, surpresas do ambiente dos alcoices, falta de roteiro para uma reabilitação. Agora ele a concebia pura, entregando-se inocentemente com o desejo de agradar, sem saber que os homens jogavam imundície na sua alma. Não, estava fazendo um julgamento tardio, idiota. Tianinha era mulher da vida. Um dia um homem mau lhe deu dinheiro, porque estava com fome. Quando os homens maus estavam com fome ela lhes entregava seu corpo. Estaria ali no meio do salão, pisada por aqueles dançarinos bêbados? Limpou o suor da testa, teve ímpetos de voltar.²³⁷

²³⁶ BRASILIENSE, 2002, p. 83.

²³⁷ BRASILIENSE, 2002, p. 85-87.

CONSUMAÇÃO OBRIGATÓRIA. Essas são as palavras que remetem ao mundo da mercadoria e do consumismo. Uma banda tocava. O entendimento e a descrição perspicaz dessa banda por Toninho é fruto de um olhar atento. Ali, naquele momento, assimila-se a atitude de Toninho como observador que vê o lugar e concatena suas reflexões, expostas pelo narrador que domina a escrita. Essa aproximação com a prostituta, mesmo que confusa, lembra a atitude de Baudelaire que, segundo Menezes,

identificou-se com todos os marginais da sociedade: as prostitutas, os bêbados etc. Não é comum para um rebelde de sua classe igualar-se à parte “suja” da sociedade. Baudelaire interpretou a sociedade em que viveu, o processo opressivo de sua banalização. A sociedade inteira estava comprometida com um tipo de prostituição gigante: tudo estava à venda e o escritor, entre todos, foi um dos que mais se prostituíram, pois ele prostituiu sua arte. Baudelaire tinha outras opções, podia tornar-se um escritor mercenário, e isso seria pior que vender o corpo. Ele voluntariamente apropriou-se do lugar da prostituta e, mais que ter aceitado tal identidade sobre si pela necessidade bruta, ele a manteve.²³⁸

Longe de se aproximar dos escritos de Baudelaire, o romance deixa transparecer essa relação do consumismo e do materialismo. A piedade dirigida aos que se esfacelam diante do sistema não passa de pura hipocrisia e Tianinha é prova disso. Hipócritas aqueles que, após alimentar a fome da prostituta em troca de seu corpo, dela se apiedam. A morte dessa mulher não mudou aquele mundo. Sobre o mesmo salão em que seu corpo se estirou ao chão, as pessoas dançavam e transitavam. Os lamentos se acabaram tal qual a música da banda. É uma coisificação do humano que Toninho tenta entender, colocando-se no lugar da prostituta que suicidara. Toninho, Tianinha, os nomes se aproximam, provocando ainda mais um efeito de empatia e cumplicidade. O espanto e a angústia final do moço insinuam sua percepção de que, em verdade, ele também poderia ser Tianinha.

²³⁸ MENEZES, 2004, p. 70.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisei o romance *Chão vermelho* no intuito de localizar representações da cidade e da sociedade goianiense. O romance é rico em caminhos de interpretação, mas concentrei minha atenção em alguns aspectos, sem ter a pretensão de realizar uma abordagem que explorasse todas as possibilidades presentes na obra. Dei ênfase àquelas que percebi como sendo de maior destaque e àquelas que respondiam minhas inquietações. Afinal, conforme discutido na introdução, a leitura é também uma escolha. Assim, dividi meu estudo em três capítulos que me permitiram chegar a diversas considerações, muito mais expressas no decorrer do texto do que nas palavras que apresento aqui, que são muito mais um retorno e um repensar sobre o já pensado, agora de maneira mais objetiva.

Heterogênea, múltipla, ambivalente, contraditória ou lugar de diferenças. São expressões que podem definir a cidade descoberta neste trabalho. O romance *Chão vermelho* possibilitou perceber a cidade e seus atores sociais. Mostrou pontos de vista que se contrapõem a muitos dos expostos nos debates que giravam em torno da cidade.

Chão vermelho revela múltiplas sensibilidades, umas latentes e tantas outras enfaticamente manifestadas pelas personagens desse instigante cosmo citadino no qual habitam. Mas o ponto de sustentação do romance é o mundo operário e os momentos em que as pessoas inseridas direta e indiretamente nesse universo transitam pelos demais mundos da cidade. Vi com nitidez que se tratava de uma sociedade que se percebia diferente.

Pude observar que a cidade era marcada por fronteiras, tanto materiais quanto simbólicas, que dividiam os espaços, separavam os sujeitos e diferenciavam necessidades e desejos. Eram fronteiras erguidas desde a origem da cidade, quando se colocaram os construtores da cidade de um lado e a cidade de outro. É nítido no romance que não havia, em regra, uma comunhão entre os operários da construção civil e os que pagavam por seus serviços, conforme observado em diversos diálogos no livro. Em meio a relações laterais ou de camaradagem, não se estabelece uma aproximação estreita entre patrões e empregados. Esse aspecto se destaca no percurso da obra e a sua intensidade revela muito da Goiânia de meados

do século passado, onde e quando Joviano concluía que “pobre escora uns aos outros, não tava tudo perdido”.²³⁹

Não havia uma harmonia geral na cidade. Existiam, sim, distinções sociais e espaciais. À separação espacial se associava uma diferenciação nas formas de sociabilidade e nos sentimentos das personagens. Pude perceber que tais divisões se faziam sensíveis ao olhar das personagens quando abordei a segregação socioespacial e mesmo o moderno, cujos impactos não eram homogêneos. Apontei a segregação, que ignora a cidade em sua heterogeneidade e tenta escondê-la, deslocando para a periferia os elementos que não se encaixavam no projeto de capital moderna e progressista.

Observei, no terceiro capítulo, que a cidade não deixa de apresentar características associadas ao moderno e ao progresso. Embora tais questões não constituam a mais importante pauta do romance, elas são perceptíveis na dinâmica de vida urbana. Materializado em elementos como o automóvel que rouba o sossego dos pedestres e os cigarros industrializados, o moderno marca presença, provocando reações diversas. Ora desejada e vivida, ora vivida e indesejada, ora indesejada e não vivida, a modernidade penetrou no universo dos goianienses, modificando hábitos e, muitas vezes, provocando reclamações e até mortes. Na terra de chão vermelho transitavam a modernidade e o seu contrário, impondo novos ritmos e ao mesmo tempo acelerando o processo de segregação social e expondo mazelas e dilemas de uma cidade essencialmente interiorana.

Reconheço a impossibilidade de definir a Goiânia de *Chão vermelho* como uma cidade moderna ou não moderna. Nesse ponto, o contato com a literatura foi uma experiência enriquecedora e me permitiu seguir rastros deixados por vários autores que se debruçaram sobre a tarefa de desvendar as características da cidade em seus anos iniciais, alguns com a proposta de responder ao questionamento: ela era ou não uma cidade moderna? Ao interpretar o romance de Eli Brasiense, afastando-me dessa proposição que levanta hipóteses excludentes, encontrei uma cidade na qual se imbricam fortemente as duas possibilidades descritivas e em cuja trama histórica se articulam, com muitas ambivalências e contrastes, a modernidade e o seu contrário.

²³⁹ BRASILIENSE, 2002, p. 48.

Chão vermelho desnuda características múltiplas do humano e do espaço urbano, expondo contradições que perpassam todo o romance e revelam de que forma a cidade é também um lugar de exploração do homem. Essas considerações resultaram de uma leitura que transcendeu a representação da cidade com base numa visão reducionista com foco nas materialidades. Vasculhei as linhas e entrelinhas do romance, capturei mensagens subjacentes e implícitas ao texto, extraindo pressupostos e subentendidos. Busquei, a partir da leitura do dito, o não-dito no discurso literário de Eli Brasiense, considerando também o silêncio como indício de significados.

Entre o dizer e o não-dizer da literatura se delineia um espaço ocupado por representações que podem ser interpretadas pelo historiador. E elas não se referem apenas à cidade vivida, mas também à cidade pensada, planejada, desejada, à cidade utópica. São representações do passado, plasmadas no presente e lançadas no futuro. Nesse sentido, o romance apresenta uma cidade e uma sociedade marcadas por ambivalências, não encerrando a discussão nas críticas que tece, mas deixando questionamentos em aberto, prenes de respostas possíveis.

Observei no romance muitas contradições em torno do humano que se assentavam na cidade e a partir delas pude perceber que algumas personagens corporificam os pensamentos do narrador, mesmo que de forma sutil. A sutileza da crítica de Brasiense se mostra desde a epígrafe, posta em confronto com a história narrada. Na citação de versículos do livro do profeta Isaías está embutida a intencionalidade do autor de *Chão vermelho*. A mensagem extraída da Bíblia ganha outra conotação num discurso que não se pode interpretar como neutro.

No último parágrafo do romance, quando exterioriza as reflexões de Joviano sobre a metáfora da cidade como uma amada infiel, o narrador enfatiza uma não desistência, indicando que, apesar do que aconteceu em todo o romance, apesar das desigualdades gritantes perceptíveis na cidade, o homem não abandona o espaço que ajudou a construir. Esse mesmo sujeito pensa na cidade e em seus habitantes, traçando um perfil ideal de homem:

Os homens deveriam ser como Ferreira, como Sancho, como o carroceiro Manoel e muitos outros que não eram trastes. Amavam a vida e o seu trabalho, não se deixavam vencer pelo desespero. Nem santos nem heróis, apenas homens.²⁴⁰

²⁴⁰ BRASILIENSE, 2002, p. 275.

Joviano, como outras personagens, sonha com uma cidade melhor e entende que isso implica transformações dos indivíduos e da sociedade. Na mesma direção seguem Patureba e Alfredo, que confiam na literatura e no discurso escrito como coadjuvantes nesse processo de mudanças que envolve conhecimento, debates e reflexões. “Aqueles que estudam e investigam estão construindo as ‘mais bonitas’ auroras para o amanhã”²⁴¹, salienta Alfredo.

Chão vermelho não é um livro panfletário, mas traz mensagens e críticas acerca dos impasses vividos pelas personagens, que se veem acudados pelo avanço do capitalismo e a consequente coisificação do humano. E desse fenômeno não escapam os operários, os camponeses expulsos de suas terras, as prostitutas, nem o menino que vende pirulitos pelas ruas da cidade.

Eli Brasiense mostra uma cidade repleta de experiências humanas, de angústias vividas por ele e suas personagens naquele momento histórico. O grito soado no silêncio da narrativa de *Chão vermelho* faz um convite ao leitor: olhe a cidade, perceba essas contradições que a rondam, perceba e assunte a cidade.

O texto impresso e o não escrito, o discurso dito e o não dito, incitam múltiplas interpretações e abrem espaço para novas investigações. Este estudo não encerra o debate sobre o romance, nem foi minha intenção esgotá-lo, mas espero que ele contribua para reforçar o convite de Brasiense para que as pessoas olhem para a cidade, a fim não apenas de contemplá-la, mas de assuntá-la e quem sabe assim encontrar uma nova aurora.

²⁴¹ BRASILIENSE, 2002, p. 208.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Clarismar Gomes de. **A escolha do lugar para construção da nova capital do Estado de Goiás**. Goiânia: UFG, 2007. (Monografia de Graduação).

ADORNO, Kleber. Goiânia: seu primeiro plano diretor e aspectos atuais da realidade da cidade. **Revista Anhanguera Goiânia**, v. 3, n.1, p. 77-100, jan./dez. 2002.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval. **História: arte de inventar o passado**. Bauru: Edusc, 2007.

ALMEIDA, Cristiane Roque de. **História e sociedade em Bernardo Élis: uma abordagem sociológica de O Tronco**. Goiânia: UFG, 2003, (Dissertação de Mestrado).

ALMEIDA, Nelly Alves de. **Presença literária de Eli Brasiense: estudo crítico-histórico-biográfico: seleção de textos: notas explicativas**. Goiânia: UCG, 1985.

ARRAIS, Cristiano Pereira Alencar. **Identidade e cidades de fronteira: um estudo sobre a construção de Goiânia a partir do conceito de momento de fronteira**. Goiânia: UFG, 2003. (Dissertação de Mestrado).

_____. **Projeções urbanas: um estudo sobre as formas de representação e mobilização do tempo na construção de Belo Horizonte, Goiânia e Brasília**. Belo Horizonte: UFMG, 2008. (Tese de Doutorado).

BAKHTIN, Mikhail. Formas de tempo e de cronotopo no romance: ensaios de poética histórica. In: BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance**. São Paulo: Unesp, 1993. p. 211- 362.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em:
<<http://www.bcb.gov.br/?REFSISMON>>. Acesso em: 07 jul. 2010a.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em:
<<http://www.bcb.gov.br/htms/museu-espacos/S%C3%ADntesePadroesMonetariosBrasileiros.pdf>>. Acesso em: 07 jul. 2010b.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. **Trabajo, consumismo y nuevos pobres**. Barcelona: Gedisa, 1999.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BERNARDES, Genilda D'Arc. **Construtores de Goiânia**: o cotidiano no mundo do trabalho. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1989. (Dissertação de Mestrado).

Bíblia on line. Disponível em: <<http://www.bibliaonline.com.br/acf/23/65>>. Acesso em: 10 de novembro de 2010a.

Bíblia on line. Disponível em: <<http://www.bibliaonline.com.br/acf/23/35>>. Acesso em: 10 de novembro de 2010b.

BORGES, Barsanufu Gomides. **O despertar dos dormentes**: estudo sobre a Estrada de Ferro Goiás e seu papel nas transformações das estruturas regionais: 1909-1922. Goiânia: Cegraf, 1990. (Coleção Documentos Goianos).

BOSI, Alfredo. **A interpretação da obra literária**. 274-287. In: Série Temas. Volume 4. Estudos Literários.

BOTELHO, Tarcisio Rodrigues. **Goiânia**: cidade pensada. Goiânia: Ed. da UFG, 2002.

BRANDÃO, Hilma Aparecida. **Memórias de um tempo perdido**: a estrada de Ferro Goiás e a cidade de Ipameri. Uberlândia: UFU, 2005. (Dissertação de Mestrado).

BRASILIENSE, Eli. **Chão vermelho**. Goiânia: IGL, Agepel. 2002. (Coleção Karajá).

CALVINO, Ítalo. **Por que ler os clássicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

CAMPOS, Itami. Operários na construção de Goiânia. **Educação em Mudança**. Anápolis, v. 7/8, p. 143-149, 2001.

CAMPOS JÚNIOR, Paulo Borges. **A Transferência da sede da “Goiás” para Goiânia: 1954**. Goiânia: UFG. 1998. (Dissertação de Mestrado).

CASTILHO, Paulo. **A água e a cidade de Goiânia** (24 abr. 2010): Disponível em: <<http://www.meiaponte.org/artigos/a-agua-e-a-cidade-de-goiania.html>>. Acesso em: 07 jul. 2010.

CHAUL, Nasr N. Fayad. **A construção de Goiânia e a transferência da capital**. Goiânia: UFG, Centro Editorial e Gráfico, 1988. (Documentos Goianos; n. 17).

_____. **Caminhos de Goiás**: da construção da decadência aos limites da modernidade. Goiânia. Ed. da UFG. 1997.

COSTA, Carolina Alvarenga Alves de Moura. **Estação Ferroviária de Goiânia**: uma proposta de uso turístico. Goiânia: UCG, 2006. (Dissertação de Mestrado)

COSTA, Castro. **Goiânia, a metrópole do oeste**. Goiânia: Prefeitura de Goiânia. 1985.

CRUZ, Cláudio. **Literatura e cidade moderna**: Porto Alegre 1935. Porto Alegre: EDIPUCRS / IEL. 1994.

FOLHA DA MANHÃ. **Rebelião na Colônia Correccional da Ilha Anchieta**. 21 de junho de 1952. Disponível em:
<http://almanaque.folha.uol.com.br/cotidiano_21jun1952.htm>. Acesso em: 07 jul. 2010.

FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. **Saúde e doenças em Goiás: a medicina possível: uma contribuição para a história da medicina em Goiás**. Goiânia: Editora da UFG, 1999.

FROST, Jennifer. 'Good Riddance to Bad Company': Hedda Hopper, Hollywood Gossip, and the Campaign Against Charlie Chaplin, 1940-1952. **Australasian Journal of American Studies**, v.6, n. 2, p. 74-88, december 2007.

GALLI, Ubirajara. **A história da hotelaria em Goiás**. Goiânia: Contato Comunicação/Editora da UCG, 2005. Disponível em:
<<https://literaturadobrasil.websiteseuro.com/livro.php?livro=73&cap=2620>>. Acesso em: 14 jun. 2010.

GIESBRECHT, Alph Mennucci. **Estações ferroviárias do Brasil**. Disponível em:
<www.estacoesferroviarias.com.br/.../goiania.htm>. Acesso em: 06 set. 2010.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GIUCCI, Guillermo. **A vida cultural do automóvel: percursos da modernidade cinética**. São Paulo: Civilização Brasileira. 2004.

GONÇALVES, Alexandre Ribeiro. **Goiânia: uma modernidade possível**. Brasília: Ministério da Integração Nacional: UFG. 2002. (Coleção Centro-Oeste de Estudos e Pesquisas).

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil**. Tradução de João Paulo Monteiro, Maria Beatriz Nissa da Silva, Cláudia Berliner. Organizado por Richard Tuck. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

JARY, Marcus. Futebol, sociabilidade e psicologia de massas: ritos, símbolos e violência nas ruas de Goiânia. **Pensar a Prática**, v. 10, n. 1, p. 99-115, jan./jun. 2007.

LATTES/CNPQ. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br>>. Acesso em: 24 nov. 2009.

MACHADO, Lacy Guaraciaba. **O narrador em Eli Brasileira**: uma voz entocaiada. Goiânia: UFG, 1989. (Dissertação de Mestrado).

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Estudos do lazer**: uma introdução. Campinas: Autores Associados. 2006. (Coleção Educação Física e Esportes).

MARTINS, J. de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano, São Paulo: Hucitec, 1997.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e cultura**: história, cidade e trabalho. Bauru: Edusc, 2002.

MATTOS, Sílvia Clímaco. **Memória e Cidade: lembranças do Bairro da Vila Nova – 1930 ao tempo presente**. Brasília: UNB. 2008. (Dissertação de Mestrado).

MELO, Victor Andrade de. O automóvel, o automobilismo e a modernidade no Brasil (1891-1908). **Rev. Bras. Cienc. Esporte**, Campinas, v. 30, n. 1, p. 187-203, set. 2008.

MENDONÇA, Jales Guedes Coelho. A queda de Bonfim e a escolha prévia de Campinas. Tribuna Documento. **Tribuna do Planalto**. Goiânia, 18 a 24 de outubro de 2009, p. 1-4.

MENDONÇA, Kely Yara de Souza. A sedução da imagem: representações da modernidade na publicidade brasileira (1956-1960). **Revista Eletrônica de Monografias do Curso de História**. Faculdade de Ciências Humanas, Letras e Artes, n. 2, Universidade do Tuiuti do Paraná, 2008.

MENEZES, Marcos Antônio de. **Um flâneur perdido na metrópole do século XIX: história e literatura em Baudelaire**. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em História, 2004. (Tese de Doutorado).

MIRANDA, Melissa. A Atlântica no Atlântico. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 3, n. 2, 2003. Disponível em: <www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/ojs/include/getdoc.php>. Acesso em: 21 jul. 2010.

MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. **Como nasceu Goiânia**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1938.

MOREIRA, Cleumar de Oliveira. **História Política de Goiás: a dinâmica do desenvolvimento: 1945 a 1964**. Goiânia: UFG. 2000. (Dissertação de Mestrado).

UBIRATAN DE MOURA, J., ALUÍZIO DA SILVA, J.. SUBSIDIOS PARA O CONHECIMENTO. **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia: UFG. Vol. 1, N. 1. 1981. p. 47-68.

MUSEU DA CANÇÃO. **Boneca de pano**. Disponível em: <<http://museudacancao.multiply.com/photos/album/94>>. Acesso em: 07 jul. 2010.

NETTO, A.G.M et al. (Coord.), **Dicionário de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1986.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **Reclames do Estadão**. Disponível em: <<http://blogs.estadao.com.br/reclames-do-estadao>>. Acesso em: 07 set. 2010.

OEHLER, Dolf. **Terrenos Vulcânicos**. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

OLIVEIRA, Eliezer Cardoso de. **Imagens e mudança cultural em Goiânia**. Goiânia: UFG, 1999. (Dissertação de Mestrado).

_____. **As representações do medo e das catástrofes em Goiás.** Brasília: UNB, 2006. (Tese de Doutorado).

PEREIRA, Isabel Cristina Auler. **“Corpo Fechado”**: símbolo de resistência no sertão em Pium e uma sombra no fundo do rio de Eli Brasiliense. Brasília: UNB, 2002. (Dissertação de Mestrado).

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Apresentação do Dossiê “História Cultural & Multidisciplinaridade”. **Fênix** – Revista de História e Estudos Culturais, ano IV, v. 4, n. 4, out./nov./dez. 2007.

_____. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, v. 27, n. 53, 2007.

_____. **Cidades Imaginárias: Literatura, História e Sensibilidades.** Revista Fênix – Revista de História e Estudos Culturais. Jan/Fev/Mar. Vol. 6. Ano VI. Nº 1. 2009.

_____. Com os olhos no passado: a cidade como palimpsesto. **Esboços** - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, América do Norte, v. 11, jan. 2008.

_____. **História & literatura**: uma velha-nova história. Nuevo Mundo Mundos Nuevos, Debates, 2006. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/1560>>. Acessado em: 10 de novembro de 2010.

_____. **O imaginário da cidade**: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

RAMOS, Maria. **Tifo**. Portal Invivo Fiocruz. Disponível em: <<http://www.invivo.fiocruz.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=758&sid=8>>. Acesso em: 06 maio 2009.

REVISTA OESTE. Goiânia, 1983 (Ed. fac-similiar).

RIBEIRO, Maria Beatriz. **A revolução de 1930 e a *Revista Oeste* na consolidação de Goiânia: do bandeirismo utópico à concretização do discurso.** Goiânia: UFG. 1994. (Dissertação de Mestrado)

RIBEIRO, Maria Eliana Jubé. **Goiânia:** os planos, a cidade e o sistema de áreas verdes. Goiânia: Ed. da UCG, 2004.

ROCHA, Antônio Gonçalves. O realismo de Bernardo Elis. A nova democracia, n. 33. Disponível em: <www.anovademocracia.com.br/no-33/362-o-realismo-de-bernardo-elis>. Acesso em: 12 out. 2010.

RONILK, Raquel. O que é cidade. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

RORIZ JUNIOR, Laudemiro. **A Influência da volumetria arquitetônica no design de mobiliário contemporâneo. (Estudo de caso: o trabalho de agosto Thomé).** Goiânia: UFG. 2008. (Dissertação de Mestrado).

RUSEN, Jorn. **Razão histórica:** teoria da historia: fundamentos da ciência histórica. Brasília: Ed. UnB, 2001.

SANTOS, Bárbara Cacau. "Trabalhadores cearenses, uni-vos!": o pacto de unidade sindical em Fortaleza (1957-1964). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2009 (Dissertação de Mestrado em História Social).

SCHWARZ, Roberto. **Um mestre na periferia do capitalismo:** Machado de Assis. São Paulo: Duas Cidades, 2000.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão:** tensões sociais e criação cultural na primeira república. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SILVA, Ivonete Maria. **“Ou trabalha e come ou fica com fome e estuda”**: o trabalho e a não-permanência de adolescentes, jovens e adultos na escola em Goiânia. Goiânia: UFG, 2004. (Dissertação de Mestrado)

SOUZA, Renato Dias de. **“Fazia Tudo de Novo”**: Camponeses e Partido Comunista Brasileiro em Trombas e Formoso (1950-1964). Goiânia: UFG. 2010. (Dissertação de Mestrado)

TEIXEIRA, Alessandra. Dispositivos de exceção e novas racionalidades do sistema punitivo: o surgimento do PCC e o modelo RDD. **Perspectivas**, São Paulo, v. 36, p. 175-208, jul./dez. 2009.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Cronologia das eleições no Brasil. Disponível em: <<http://www.tse.gov.br/internet/eleicoes/cronologia.htm>>. Acesso em: 08 jul. 2010.

TYNDALE HOUSE PUBLISHERS. Bíblia de Estudo. Aplicação Pessoal. Rio de Janeiro: CPAD, 2004.

UNES, Wolney. **Identidade art decó de Goiânia**. São Paulo: Ateliê Editorial; Goiânia: Editora da UFG, 2001. [não está citado no texto]

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

WIEDERHECKER, Clyce Louise; CHAVES, Elza Guedes; PEREIRA, Luís Araújo Pereira. **Memória social de trabalhadores da construção de Goiânia**. Cadernos, n. 02, v. 1, Goiânia: 1987. [não está citado no texto]

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade**: na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. [não está citado no texto]